

Faculdades Alves Faria – ALFA
Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional

Nilton Antônio Faleiro

**ESTUDO SOBRE OS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA
INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS - 1980 A
2007**

Goiânia

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Faculdades Alves Faria – ALFA
Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional

Nilton Antônio Faleiro

**ESTUDO SOBRE OS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA
INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS - 1980 A
2007**

Dissertação apresentada às Faculdades Alves Faria - ALFA - para Defesa do Mestrado de Desenvolvimento Regional - Linha de Pesquisa: Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional .

Profª Orientadora: Drª Renata Cristina de Sousa Nascimento

Goiânia
2010

RESUMO

Durante grande parte de sua história, o Estado de Goiás só contribuiu com o crescimento econômico do Brasil através de sua produção de alimentos, vocação desenvolvida ao longo de mais de quatro séculos de ocupação de seu território. Até a década de 1970, a Região Sudoeste do Estado manteve suas características socioeconômicas praticamente inalteradas, com baixos índices de urbanização, pouco povoada e pecuária extensiva. Nessa época, investimentos do Governo Federal em pesquisas de aproveitamento do Cerrado provocaram uma mudança de perfil, ampliando a produção agrícola e atraindo imigrantes de outras regiões do país. O Sudoeste iniciou uma fase de desenvolvimento econômico, mas ainda fortemente baseado na produção de alimentos e *commodities* para exportação (soja, milho, algodão, etc). Na década seguinte, foi a vez do Governo Estadual investir no crescimento descentralizado de Goiás, com a criação de programas de incentivo à implantação de indústrias, priorizando aquelas que agregassem valor à produção de cada região do Estado. O Sudoeste Goiano foi uma das regiões que mais se beneficiou desses projetos, conseguindo atrair agroindústrias de diversos setores e dando um salto em seu desenvolvimento socioeconômico. Este trabalho que teve por objetivo mostrar o desenvolvimento do Estado e da Região Sudoeste até a implantação dos programas de incentivo à industrialização e suas consequências sobre os indicadores socioeconômicos, realizou um levantamento histórico dessa trajetória de crescimento, através da coleta de dados junto a fontes estatísticas oficiais, procurando mostrar os efeitos da industrialização sobre a economia da região e os indicadores sociais de seus moradores.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Sudoeste Goiano; Industrialização; Incentivos Fiscais

ABSTRACT

During most of its history, the only contribution the State of Goiás gave to the economic growth of Brazil was in the area of food production, a vocation developed throughout the more than four centuries of settlement. Until the 70s, the social and economic characteristics of the Southwest region of the State remained practically unchanged, with low urbanization rates. The region was sparsely populated and the prevailing activity was extensive cattle raising. At that time, investments made by the Federal Government on research aimed at an increased use of the Brazilian savanna resulted in a change of profile, as they expanded agricultural production and attracted immigrants from other regions of the country. The Southwest then witness the beginning of an economic development phase, which was still strongly rooted on the production of food and *commodities* for export (soy, corn, cotton, etc). During the following decade, the Federal Government directed its investments to foster decentralized growth for the State by creating incentive programs for new industries, and prioritizing those that would add value to production from every region of Goiás. The Southwest was one of the regions that benefited the most from these projects, and as a result attracted agroindustries, active in several sectors, which caused a surge of social and economic development. This study aimed to show the development of the state and the Southwest Region to the deployment of programs to encourage industrialization and its impact on socioeconomic indicators, conducted a historical survey of this growing trend, by collecting data from the statistical sources officers, trying to show the effects of industrialization on the region's economy and social indicators of the inhabitants

Key words: Regional development; The Southwest region of Goiás; Industrialization; Tax Incentives

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Província de Goyaz e dos Julgados de Desemboque e Araxá.....	20
Figura 2 - Goiás - Evolução percentual da população, por sexo e situação do domicílio - 1950-1970	27
Figura 3 - Goiás - Evolução percentual de analfabetismo entre os homens, por faixa etária - 1950-1970	29
Figura 4 - Goiás - Evolução percentual de analfabetismo entre as mulheres, por faixa etária - 1950-1970	29
Figura 5 - Goiás - Evolução percentual de analfabetismo, por sexo e situação da residência - 1950-1970.....	30
Figura 6 - Goiás - Participação percentual do número de propriedades rurais, por área - 1950 e 1970.....	38
Figura 7 - Goiás - Participação percentual da área ocupada de propriedades rurais, por área - 1950 e 1970.....	38
Figura 8 - Goiás - Participação percentual do número de estabelecimentos industriais e empregados ocupados em relação aos totais do Brasil - 1950 e 1970	44
Figura 9 - Goiás - Localização Geográfica do Sudoeste Goiano.....	50
Figura 10 - Goiás - Percentual de moradores nascidos em outros Estados em relação ao total de migrantes - 1980	57
Figura 11 - Goiás - Percentual de moradores nascidos em outros Estados - 1980	58
Figura 12 - Percentual de Ocupação das Terras no Sudoeste Goiano e Goiás - 1970/1980	58
Figura 13 - Sudoeste Goiano - Percentual da População por Situação de Domicílio - 1970/1980.....	63
Figura 14 - Goiás - Percentual da População por Situação de Domicílio - 1970/1980.	63
Figura 15 - Goiás / Sudoeste Goiano - Crescimento no número de pessoas com mais de 10 anos envolvidas com a agropecuária e o extrativismo, com a indústria e com o comércio - 1970/1980.....	65
Figura 16 - Goiás / Sudoeste Goiano - Índice de Urbanização 1970-2000	71
Figura 17 - Goiás - Percentual de migrantes segundo as Regiões do país -	

1980-2000	74
Figura 18 - Sudoeste Goiano - Percentual de migrantes segundo as Regiões do país - 1980-2000	75
Figura 19 - Sudoeste Goiano - Número de municípios de acordo com a classificação do IDI - 1999/2004.....	91
Figura 20 - Sudoeste Goiano - Percentual de Trabalhadores Economicamente Ativos, segundo as faixas de renda, em salários-mínimos - 1980-2000.	93
Figura 21 - Goiás - Percentual de Trabalhadores Economicamente Ativos, segundo as faixas de renda, em salários-mínimos - 1980-2000.	93
Figura 22 - Goiás / Sudoeste - Produção de cana-de-açúcar. 2000-2008.	97
Figura 23 - Goiás / Sudoeste Goiano - Participação percentual do PIB Industrial e do PIB Agropecuário no PIB Total - 1980/2006	102

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Goiás - Subprogramas do Produzir	69
Quadro 2 - Goiás - Principais Características dos programas Produzir e Microproduzir.....	70
Quadro 3 - Goiás / Região Sudoeste - Municípios criados após 1980	73
Quadro 4 - Principais Estados de Origem dos Migrantes para Goiás e para o Sudoeste Goiano - 2000.....	76
Tabela 1 - Goiás / Goiânia - Evolução da População 1900-1970 - Censos e Estimativas	25
Tabela 2 - Goiás - Evolução da População 1950-1970, de acordo com o sexo e a faixa etária	26
Tabela 3 - Goiás - População Urbana e Rural, por sexo - 1950-1970.....	27
Tabela 4 - Goiás - Percentual de Analfabetismo, segundo faixa etária e sexo - 1950-1970	28
Tabela 5 - Goiás - Percentual de de Analfabetismo, segundo situação do domicílio e sexo - 1950-1970	30
Tabela 6 - Goiás - Percentual de conclusão de curso dos que estudaram na população acima de 10 anos, por grau e sexo - 1950-1970.....	31
Tabela 7 - Goiás - Percentual de conclusão de curso da população acima de 10 anos em relação à população total, por grau e sexo - 1950-1970...	32
Tabela 8 - Goiás - Unidades de Ensino, por nível - 1950-1970.....	32
Tabela 9 - Brasil/Goiás - Hospitais/Clínicas, Leitos e Médicos - 1950-1970	33
Tabela 10 - Goiânia - Óbitos e Taxa de Mortalidade - 1950-1970.....	34
Tabela 11 - Goiás - Abastecimento de Água Tratada - 1950-1970	34
Tabela 12 - Goiás - Coleta de Esgoto Sanitário - 1950-1970.....	35
Tabela 13 - Goiás - Produção dos principais produtos agrícolas, em toneladas - 1950-1970	36
Tabela 14 - Goiás - Caracterização das Propriedades Rurais, em quantidade - 1950-1970	37
Tabela 15 - Goiás - Caracterização das Propriedades Rurais, em área ocupada - 1950-1970	37
Tabela 16 - Brasil - Comparativo de áreas e valores de terras entre estados da Região Sul e da Região Centro-Oeste - 1960	39

Tabela 17 - Brasil/Goiás - Evolução no número de cabeças do rebanho - 1950-1970	40
Tabela 18 - Brasil/Goiás - Evolução na produção leiteira, em mil litros - 1950-1970	40
Tabela 19 - Goiás - Principais produtos minerais - 1959-1961.....	42
Tabela 20 - Goiás - Produção Industrial - 1950-1970.....	43
Tabela 21 - Brasil/Goiás - Mão-de-Obra Industrial - Pessoal Ocupado e Salários - 1950-1970	45
Tabela 22 - Brasil - Preços médios de alguns alimentos nas capitais - 1950.....	47
Tabela 23 - Brasil/Goiás - Arrecadação anual do Imposto sobre Vendas e Consignações / Imposto sobre Circulação de Mercadorias (Cr\$ 1.000) - 1950-1970	48
Tabela 24 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Área e População - 2009	51
Tabela 25 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - População e Analfabetismo - 1940.....	52
Tabela 26 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - População por Ramo de Atividade Principal Exercida - 1940	53
Tabela 27 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - População por Situação da Residência - 1940.....	53
Tabela 28 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Estabelecimentos Agropecuários e Utilização - 1940.....	54
Tabela 29 - Goiás / Região Sudoeste - Principais Produtos Agrícolas - 1940.....	54
Tabela 30 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Caracterização do Rebanho - 1940.....	55
Tabela 31 - Sudoeste Goiano - Número de habitantes nascidos em outros Estados e residentes há menos de 5 anos no município - 1960/1970	55
Tabela 32 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Evolução dos principais produtos agropecuários - 1970/1980.....	59
Tabela 33 - Sudoeste Goiano - Evolução da população urbana e rural - 1970/1980	62
Tabela 34 - Sudoeste Goiano - Evolução do Comércio - 1970/1980	64
Tabela 35 - Total da População por Tipo de Moradia - Goiás / Região Sudoeste - 1980-2000	71

Tabela 36 - Goiás/Sudoeste - População nascida em outros Estados do Brasil - 1980-2000	75
Tabela 37 - Sudoeste Goiano - População 1980-2007	77
Tabela 38 - Goiás / Sudoeste Goiano - Índices de Analfabetismo na População com mais de 5 anos de idade - 1980-2000	79
Tabela 39 - Sudoeste Goiano - Municípios com maior percentual de migrantes da Região Nordeste e Índices de Analfabetismo - 2000.....	80
Tabela 40 - Sudoeste Goiano - Analfabetismo da População com mais de 5 anos de idade, por situação de moradia - 2000.....	81
Tabela 41 - Sudoeste Goiano - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação (IDH-M Educação) - 1991-2000.....	82
Tabela 42 - Sudoeste Goiano - Matrículas no Ensino Fundamental e Taxa Geométrica de Crescimento - 2000-2007.....	84
Tabela 43 - Sudoeste de Goiás - Matrículas no Ensino Médio - 2000-2007	85
Tabela 44 - Sudoeste Goiano - Número de Salas de Aula, nos níveis Pré-Escolar, Fundamental e Médio - 2000-2007	86
Tabela 45 - Sudoeste Goiano - Matrículas na Pré-Escola - 2000-2007	87
Tabela 46 - Sudoeste Goiano - Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos) - 1990-2000.....	88
Tabela 47 - Sudoeste Goiano - IDH-M Longevidade - 1991-2000	89
Tabela 48 - Sudoeste Goiano - Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) - 1999/2004.	91
Tabela 49 - Sudoeste Goiano - Renda per Capita (em R\$ de 2000) - 1991-2000	93
Tabela 50 - Sudoeste Goiano - Produção Total da Agropecuária - em R\$ de 2000 (mil) - 1980-2007	96
Tabela 51 - Goiás / Sudoeste Goiano - Principais Produtos Agrícolas (em toneladas) - 1980-2007	97
Tabela 52 - Goiás / Sudoeste Goiano - Rebanho e Produção Leiteira - 1980-2007	99
Tabela 53 - Sudoeste Goiano - PIB Municipal e PIB Municipal Industrial (em R\$ mil, de 2000) - 1980/2006	101
Tabela 54 - Sudoeste Goiano - PIB Municipal e PIB Municipal Industrial (em R\$ mil, de 2000) - 1980/2006	102

SUMARIO

INTRODUÇÃO	11
1 FORMAÇÃO ECONÔMICA E OCUPAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS	13
1.1 BREVE HISTÓRICO	13
1.2 A VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA	18
1.3 AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS DO ESTADO ATÉ A DÉCADA DE 1970	22
1.3.1 Marcos de Desenvolvimento	22
1.3.2 Caracterização Socioeconômica da População (1950-1970).....	25
1.3.2.1 Caracterização Demográfica	25
1.3.2.2 Educação	27
1.3.2.3 Saúde da População	33
1.3.3 O Desenvolvimento da Economia.....	35
1.3.3.1 A Agropecuária.....	35
1.3.3.2 A Mineração	40
1.3.3.3 A Indústria	42
1.3.3.4 O Comércio e os Serviços.....	46
2 A REGIÃO SUDOESTE E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DAS DÉCADAS DE 1980-2000.....	50
2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E REGIONAL	50
2.2 A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA E SEUS EFEITOS.....	56
2.2.1 O Efeito sobre o Comércio e sobre a Indústria	65
2.3 OS PROGRAMAS OFICIAIS DE INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO	67
3 OS EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO SOBRE OS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DA REGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS	71
3.1 INDICADORES SOCIAIS	71
3.1.1 Demografia e Migração	71
3.1.2 Educação e Saúde.....	78
3.1.3 Emprego e Renda.....	92
3.2 INDICADORES ECONÔMICOS	95

3.2.1 Agropecuária	95
3.2.2 Indústria	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

Até há poucas décadas, o Estado de Goiás só contribuía com o crescimento econômico do país através de sua produção de alimentos, vocação desenvolvida ao longo de mais de quatro séculos de ocupação, iniciada pela exploração de riquezas minerais, como ouro e diamantes, e que viu-se ameaçada quando esses produtos começaram a escassear, ao final do século XVIII.

A distância dos grandes centros urbanos dificultava a comunicação, atrasando o desenvolvimento da economia goiana, que só foi lembrada quando houve necessidade de produzir mais alimentos em áreas alternativas àquelas anteriormente utilizadas com esse objetivo e que mudaram seu destino para outras atividades, dentre elas a industrialização.

Até o início da década de 1970, era essa a principal atividade econômica das terras goianas: a produção de alimentos, principalmente arroz e carne bovina, para abastecer os estados que já estavam em outro patamar de desenvolvimento, como São Paulo e Rio de Janeiro, mais preocupados com a industrialização e com a exportação de seus produtos.

Por motivos políticos, de ocupação do território, e econômicos, da necessidade de expansão na produção de alimentos, na década de 1970, o Governo Federal deu início a alguns projetos de reconhecimento desse território, buscando incentivar as pesquisas e o desenvolvimento de novas tecnologias para aproveitamento das grandes áreas que até então eram consideradas de difícil utilização, exceto para o que já se destinavam: a agricultura primária e a criação de gado bovino.

Esses projetos melhoraram os índices tecnológicos e descobriram novas vocações para a região do Cerrado, atraindo as atenções de todo o país e aumentando a migração de brasileiros de outras regiões para as oportunidades oferecidas pela nova fronteira agropecuária brasileira. Mesmo com esses incentivos, Goiás ainda não representava um local atrativo o suficiente para que aqui se instalassem indústrias, atividade de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social da região.

A partir da década de 1980, a administração estadual decidiu modificar esse perfil eminentemente agropecuário, abrindo programas de incentivo fiscal para os investidores que se propusessem a instalar plantas industriais em Goiás. Apesar de aparentemente prejudiciais aos cofres do Estado, aos poucos esses projetos

começaram a dar frutos por todo o território goiano, através da instalação de empresas de pequeno, médio e grande portes distribuídas de maneira descentralizada e atraídas pelos benefícios fiscais que lhe foram oferecidos.

O Sudoeste Goiano foi uma das regiões para onde esses investimentos se dirigiram, por inúmeros fatores que incluíram a proximidade com as regiões mais desenvolvidas do país e as grandes áreas ainda inexploradas ou subaproveitadas, abundantes na região.

O objetivo geral deste trabalho é mostrar como se deu o desenvolvimento de Goiás, especialmente da região Sudoeste, antes da implantação dos programas de incentivo fiscal para o desenvolvimento industrial do Estado, e suas consequências posteriores sobre os indicadores socioeconômicos do Sudoeste Goiano e de sua população.

Como objetivos específicos, foram adotados os seguintes:

- Levantar o histórico da ocupação do Estado de Goiás e suas características socioeconômicas;
- Analisar as características do desenvolvimento socioeconômico do Estado a partir do século XX;
- Conhecer as peculiaridades do desenvolvimento histórico da Região Sudoeste de Goiás;
- Analisar o contexto socioeconômico da Região Sudoeste antes e depois das políticas de incentivo ao desenvolvimento agrícola e industrial das décadas de 1970-1990;
- Avaliar os efeitos dessas políticas sobre indicadores sociais e econômicos da região até 2006.

Para a concretização desses objetivos, foram coletados dados de fontes oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz), que dispõem de um volume importante de séries estatísticas e análises históricas e comparativas desde o final do século XIX. Para confirmação dessas informações os dados das fontes foram comparados e, em caso de divergência, optou-se por adotar os censos do IBGE, que possui histórico mais antigo na metodologia de coleta de dados e no estabelecimento de parâmetros estatísticos que tornem essas informações mais confiáveis. A opção pelos dados da Sefaz se deu apenas nos casos em que esses eram mais detalhados do que os do IBGE ou eram os únicos disponíveis.

1 FORMAÇÃO ECONÔMICA E OCUPAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

1.1 BREVE HISTÓRICO

Até cerca de um século após o descobrimento do Brasil, o interesse dos colonizadores esteve concentrado próximo ao litoral, principalmente por três fatores: a abundância de riquezas a serem exploradas, como o pau-brasil e a cana-de-açúcar, as facilidades de transporte e os obstáculos representados pelo desbravamento do interior, tanto pelo desconhecimento do território quanto pela falta de instrumentos e recursos que permitissem uma aventura com menores riscos.

As primeiras expedições ao território da Região Centro-Oeste tiveram início no final do século XVI. Oliveira-Reis (2001) relata que, entre 1589 e 1593, a bandeira comandada por Domingos Luis Grou, partiu do sul do Rio São Francisco, atingindo o Rio Tocantins. Em 1597, a bandeira comandada por Domingos Rodrigues, com patrocínio do Governador-geral, sediado na Bahia, levou para a capital uma índia das proximidades do Rio Araguaia, cuja tribo era denominada Goyá ou Guaiá. A partir de então, diversas outras expedições bandeirantes se aventuraram pelo interior do território com o intuito de caçar índios a serem escravizados ou de procurar por minas de ouro, prata e pedras preciosas, incentivados pelas descobertas que vinham sendo divulgadas pelos colonizadores da América espanhola. Nesse primeiro período, as expedições tiveram como origem as capitanias das regiões norte e nordeste, e avançaram sobre o que hoje é território do Estado do Tocantins.

Em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva, bandeirante paulista, partiu de São Paulo e atravessou o atual território goiano até chegar às margens do Rio Araguaia à procura de ouro, como já haviam feito outros bandeirantes na região do Rio das Velhas (Minas Gerais). Por não haver registros seguros, conta a lenda que, na viagem de retorno, próximo às margens do Rio Vermelho, Bartolomeu Bueno encontrou-se com uma tribo de índios goyá, pacífica, cujas mulheres usavam adornos de ouro no pescoço. O bandeirante tentou convencer os índios a mostrar-lhe de onde o ouro era retirado. Por não obter êxito, despejou aguardente em um prato e colocou fogo, ameaçando fazer o mesmo com os rios da região. Ao ver o forasteiro colocar fogo na "água", os índios ficaram com medo do "Anhangüera" (em tupi *añã'gwea*), que significa "diabo velho", e o levaram até as minas. A primeira

expedição foi apenas de reconhecimento, não tendo deixado nenhum resultado concreto na região (ROSSETTO, 2006; TEIXEIRA NETO, 2003).

Há relatos informando que a pecuária precedeu a mineração na ocupação do território goiano, a partir da invasão de rebanhos originados da região oeste da Bahia. Segundo Teixeira Neto (2006. p. 2-3),

É bem possível, porque um dos nossos primeiros historiadores, o Padre Luiz Antônio da Silva e Souza, autor de *O Descobrimento da Capitania de Goyaz*, dá notícia de que os bandeirantes do Anhangüera teriam se deparado com cabeças de gado bravo que já pastavam naturalmente na região do Vão do Paranã. Teriam vindo, desgarradas, dos Gerais da Bahia, onde, desde meados do século XVII, a pecuária – como já vinha acontecendo em todo o grande sertão nordestino – se tornara a principal atividade econômica e social.

Apesar da importância dada aos bandeirantes mais renomados, o território goiano foi desbravado por diversas outras expedições, cujo registro perdeu-se no tempo. Motta (2006, p. 38) relata que:

Apesar da relevância atribuída a determinadas tropas que atravessaram a porção central da colônia, supomos que outros andarilhos também estiveram transitando pela região, ainda que não tenham sua presença documentada por registros oficiais. Expondo sobre a dinâmica dos fluxos para o interior e assinalando, ao mesmo tempo, as dificuldades para obter registros sobre as bandeiras desse período, afirma Americano do Brasil que “as paragens goianas tinham sido cortadas em todas as direções. (...) Nas últimas décadas do século XVII tornam-se tão comuns a partida de bandeiras para o descobrimento de metais preciosos que não mais as registram as crônicas, nem as Atas ou Inventários e testamentos do arquivo paulista, sendo provável que muitas se tenham realizado.”

Considerando a criação de vilas como um marco formal de ocupação, essa se deu a partir da segunda expedição bandeirante, comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, "o moço", filho do primeiro Anhangüera e conhecido também por esse apelido. Iniciada também em São Paulo, em 1722, essa expedição tinha por objetivo abrir uma nova rota para alcançar as jazidas encontradas anteriormente na região central, evitando passar pelo território das Gerais, especialmente depois dos conflitos pelo direito de exploração das minas daquele território, que culminaram na Guerra dos Emboabas, ocorrida entre 1707 e 1709, pouco antes do desmembramento daquela capitania do território paulista (1720) (ROSSETTO, 2006).

Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, havia acompanhado o pai na primeira expedição. Dessa vez, aproveitou uma picada aberta por outros exploradores, seguindo em direção ao norte, margeando a Serra da Mantiqueira, até onde se encontra hoje o município de Uberaba, onde virou para oeste em direção a Goiás

(ROSSETTO, 2006). É esse Anhangüera o responsável pela fundação do arraial da Barra (atualmente distrito da Cidade de Goiás), em 1725, e posteriormente ao arraial de Sant'Anna, núcleo ao redor do qual se estabeleceram diversas vilas, denominadas Barra, Ferreiro, Ouro Fino, Arraial das Antas, Santa Rita, Pillar. Alguns desses arraiais posteriormente transformaram-se em vilas e cidades, como foi o caso de Sant'Anna, origem de Vila Boa e, posteriormente, da Cidade de Goiás. Mas, em geral, a vida dessas aglomerações tinha a mesma duração dos veios auríferos encontrados em suas proximidades (OLIVEIRA-REIS, 2001).

Nas décadas seguintes, as lavras de ouro apareceram em diversos outros pontos do território goiano, dando origem, como anteriormente, a arraiais, como Santa Cruz (1729), Meia Ponte (1731, atual Pirenópolis), na porção sul, e Maranhão (1730), Água Quente (1732), Traíras (1735), São José do Tocantins (1735, atual Niquelândia), Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal (1738), Arraias (1740) e Cavalcante (1740), na porção norte e nordeste (MOTTA, 2006).

De acordo com Teixeira Neto (2006), a atividade agropastoril em Goiás surgiu nessa mesma época com o objetivo de abastecer as lavras de mineração. Com a fundação dos arraiais, a agricultura e a pecuária abasteciam também as populações locais, acabando por se estabelecer de forma definitiva. As primeiras cabeças de gado leiteiro e alguns suínos foram trazidos por Antônio Ferraz de Araújo, concunhado de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1726 (GALLI, 2005b).

Em 1744, foi criada a Capitania Geral de Goiás, separando-a da Capitania de São Paulo, sendo nomeado Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, como seu primeiro governador. A confusão algumas vezes encontradas na data dessa criação reside no fato de que, somente em 1748 foram estabelecidos oficialmente suas fronteiras (TEIXEIRA NETO, 2003).

A produção aurífera encontrava-se em seu auge e era a principal preocupação das autoridades da Capitania. Teixeira Neto (2006, p. 3-4) assim descreve esse período:

Durante os primeiros cinqüenta anos de Goiás, os administradores coloniais – inclusive o nosso primeiro governador, D. Marcos de Noronha, que governou de 1749 a 1753 – relegaram a agricultura ao patamar mais baixo das atividades produtivas. Goiás produzia muito ouro e os produtos de que necessitava a população mineira – todos ou quase todos – vinham de fora e eram pagos, literalmente, a peso de ouro. Foi necessário que as minas se esvaziassem de vez para que, não apenas a administração, mas também toda a população, acordasse para a única saída econômica capaz de tirar a população do estado de letargia coletiva em que se encontrava: a agricultura. Não havia outra saída, porque fora da roça e da criação de gado como formas permanentes de atividade, Goiás se transformaria em breve em uma imensa tapera, abandonado que seria pelos seus moradores.

O abastecimento de alimentos no período de grande produção de ouro era feito pelas capitanias de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Em função das distâncias e das condições climáticas e de transporte, muitas vezes esse abastecimento era interrompido, provocando escassez de gêneros para a população.

Nos anos de 1773 a 1778, por exemplo, durante o governo de José de Vasconcelos, os estragos provocados pelos efeitos climáticos causaram a fome, assolando toda a região. Primeiro foi a seca, em decorrência da falta de chuvas durante quase três anos, que extinguiu as lavouras e as pastagens, causando grande mortandade no gado, paralisando as fábricas de mineração, obrigando uma grande parte da população a emigrar da capitania. A esses anos de estiagem sucedeu um de chuvas torrenciais que maiores males causaram. Os anais da província registram que durante a administração de Vasconcelos, “a penúria era geral, e feia a desolação. Para gravame das misérias da fome, os atravessadores e monopolistas ousados afrontavam os clamores públicos, e os agricultores trancavam seus paióis”. [...] Desse modo, a escassez, carestia dos gêneros e a fome, por vezes deflagrada, constituíram traços preponderantes daquele período (MAGALHÃES, 2004, p. 53).

O período de isolamento iniciou-se com a queda na produção das jazidas de ouro, que não se revelaram tão produtivas quanto às de Minas Gerais. A partir do final do século XVIII, muitos arraiais desapareceram e os exploradores, que para aqui vieram apenas em busca da riqueza mineral, partiram para outras regiões. Um retrato dessa época é relatado por Oliveira-Reis (2001, p. 19):

Apesar de alguns desses arraiais terem vindo a se tornar nascedouros de cidades goianas, o empenho em se lhes dar continuidade era proporcional ao meteórico tempo de produção aurífera local, de modo que já no findar das descobertas dos veios, em 1789, o governador Tristão da Cunha fazia um desanimado prognóstico para essas localidades: “os grandes arraiais que se estabelecem, de ordinário sem mais outra escolha que a riqueza do lugar, e se fazem mais ou menos consideráveis à proporção da riqueza dos descobertos, de tal sorte que se vêem hoje quase despovoados e reduzidos a tapera arraiais que, poucos anos antes, floresceram e foram populosíssimos”

Aqueles mineiros que não tinham como se transferir para outras regiões, ou que já haviam formado família e laços com o território, não viram outra forma de sobrevivência que não a invasão das terras ao redor dos pequenos núcleos urbanos, desenvolvendo uma produção agropastoril de subsistência.

Após o longo período de letargia coletiva, como classificou Palacin, a fase da desilusão criada pelo ouro, os imensos campos em volta dos arraiais coloniais foram sendo ocupados – mais ilegal que legalmente, conforme enfatizara Nasr Chaul – pelos antigos mineiros. Segundo o autor, “quando a mineração dava os seus últimos sopros, não restava outra opção aos mineiros senão a ocupação das áreas próximas aos antigos centros mineradores. Apossaram-se das terras, requereram sesmarias, e procuraram legalizá-las (valendo mais a posse que a lei), com o intuito de

desenvolver uma agricultura básica que alimentasse a si e aos seus". (TEIXEIRA NETO, 2006, p. 4-5)

Nem todas as propriedades, entretanto, eram legalizadas. As distâncias entre as diversas regiões da província e sua capital, Vila Boa, propiciavam a ocupação ilegal de terras, que posteriormente foram incorporadas aos patrimônios das famílias.

No que se refere à capitania de Goiás, afirma o cônego Luís Antônio da Silva e Souza, em memória escrita em 1809 e publicada no ano de 1832, que "poucas sismarias estão demarcadas judicialmente, e apenas se contão em todo o Termo noventa e oito: as mais tem o título de posse, e as concessões dos antigos Capitães Generaes. Todas quasi são mal cultivadas pela falta de methodo, de forças e de industria" (MOTTA, 2006, p. 51).

A decadência da produção aurífera reduziu significativamente a economia de Goiás, mas não a interrompeu completamente. A situação geográfica da região tornava-a rota obrigatória para a passagem de viajantes e tropeiros que se deslocavam entre o litoral e o interior. Segundo Motta (2006), no final do século XVIII, duas rotas cruzavam Goiás ligando regiões distantes. A primeira, partia de Salvador (BA) e seguia até Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital da Capitania de Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia. Depois de cruzar o sertão da Bahia, essa rota passava pelos arraiais de Meia Ponte e Vila Boa, seguindo em direção a Cuiabá. O outro caminho partia do Rio de Janeiro com destino a Belém (PA), uma trajetória com mais de 3 mil km, passando pela região onde atualmente se encontra o Distrito Federal, pelo nordeste goiano e pelo território que atualmente pertence ao Estado do Tocantins. "Nessa capitania, cruzava os arraiais de Santa Luzia, Mestre d'Almas (atual Planaltina), Arraias e Natividade. A seguir, cruzava o Maranhão até chegar à cidade de Santa Maria do Belém do Grão-Pará." (MOTTA, 2006, p. 54).

Havia, portanto, um fluxo de fraco a moderado de viajantes que dependiam do abastecimento fornecido pelos locais de pouso para seguirem viagem. Essas tropas também faziam parte da clientela da agropecuária incipiente que surgiu com a decadência do ouro.

Os grupos formados por comerciantes e vendedores repassavam os víveres produzidos na capitania e os bens exportados à sociedade citadina por meio das tabernas e casas comerciais. Segundo dados de 1783, Vila Boa possuía 22 lojas de fazendas secas, 20 armazéns de molhados, 63 tabernas e 2 boticas. Os artigos vendidos nessas lojas eram bem diversificados, incluindo uma gama de produtos importados, dos quais são exemplos: vinhos, tecidos de lã e algodão, seda, cobertores, rendas, pólvora, chumbo, sal, aço, papel, bacalhau, louças, ferragens, chapéus, pimenta do reino, cravo e canela (MOTTA, 2006, p. 56).

Diferentemente do que ocorreu em Minas Gerais, a atividade econômica goiana estava quase que somente concentrada na mineração, o que contribuiu para agravar a situação da população no período de decadência dessa atividade. Em Vila Rica (atual Ouro Preto), por exemplo, na segunda metade do século XVIII, as atividades de comércio e ofícios (serviços) ocupavam os dois primeiros lugares, respectivamente, entre a população ocupada. A mineração vinha somente em terceiro lugar. Os poucos empreendedores agropecuários de Goiás se estabeleceram, inicialmente, longe das áreas de mineração, como por exemplo Sebastião da Silva Moreira, que já criava gado na região do Meia Ponte em 1759, e o reverendo Manoel Pereira da Silva, que requereu uma carta de sesmaria para a mesma atividade junto ao rio Piracanjuba (MAGALHÃES, 2004).

A diferença de tratamento dado às Capitânicas de Goiás e de Mato Grosso foi outro fator que influenciou o desenvolvimento de ambos os futuros estados. Durante o ciclo do ouro, Goiás era considerada economicamente mais importante, mas politicamente, Mato Grosso tinha maiores atenções das autoridades por sua situação geográfica estratégica, fazendo fronteira com as províncias espanholas de Moxos (Paraguai) e Chiquitos (Bolívia). Essa diferença influenciou negativamente não só a recuperação sócioeconômica de Goiás após a exaustão dos veios auríferos como também, posteriormente, teve reflexos na perda de territórios para o Estado do Mato Grosso (TEIXEIRA NETO, 1982).

O período considerado como "decadência" ou "isolamento" deve-se mais ao fato de que não houve uma atividade economicamente produtiva que substituísse de imediato as riquezas produzidas pela mineração. Até meados do século XIX, Goiás ainda sobreviveu com uma produção para consumo local e subsistência, sem excedentes que permitissem a exportação para outras regiões do país.

1.2 A VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA

Galli (2005b) relata que o comportamento da pecuária goiana foi influenciado pela atividade mineradora. Assim, até 1753, o gado era criado apenas com a finalidade de fornecer alimentos para a população, no auge do período aurífero. Entre 1753 e 1787, período de decadência das minas, a criação de gado ajudou a reduzir seus efeitos econômicos, junto com a agricultura. A partir dessa data, a

pecuária passou a ser tratada como importante atividade econômica, impulsionada com a abertura de novas rotas de comércio com as demais regiões do país.

Na primeira metade do século XIX, a atividade agropecuária consolidou-se como a única alternativa econômica para a população da província de Goiás. A situação geográfica e a precariedade das redes de transporte dificultavam o comércio com os grandes centros do país, desestimulando o desenvolvimento para produção de excedentes. Nessa época, a pecuária assumiu um papel preponderante por apresentar-se mais adequada às condições climáticas e geológicas da região.

Superando as carências econômicas da província, a pecuária rompia as dificuldades impostas pelas comunicações, uma vez que o gado se auto-transportava. Apesar da presença da agricultura nas unidades produtivas, inexistia o cultivo voltado à exportação por causa da falta de estímulo para que esta atividade suplantasse o nível de subsistência. [...] A baixa fertilidade dos solos do cerrado é conhecida desde os tempos da ocupação das terras interioranas. Os cerrados impossibilitavam as atividades agrícolas e a única forma de tirar algum proveito deles consistia na extração de lenha e na pecuária extensiva com gado mais rústico. (MAGALHÃES, 2004, p. 59-60)

As regiões do Estado que mais se desenvolveram foram aquelas que estavam mais próximas do Triângulo Mineiro e, conseqüentemente, de São Paulo, não só pela situação geográfica mas também por apresentarem terras mais férteis e mais propícias para a agricultura. Dessa forma, a redefinição econômica de Goiás ficou condicionada às características do solo e às condições de transporte da produção, utilizando os recursos humanos e materiais que anteriormente haviam se dedicado à mineração (MAGALHÃES, 2004). É importante lembrar que entre 1744 e 1833, a região que hoje é denominada Triângulo Mineiro, incluindo as redondezas de Araxá, pertenceram à Capitania de Goiás (Figura 1), depois de terem sido desmembradas da Capitania de São Paulo. A região, então dividida em Julgado de Desemboque e Julgado de Araxá, só foi dividida pouco antes da Independência, passando a fazer parte da Província de Minas Gerais.

Desde o final do século XVIII, alguns governadores da Capitania se preocupavam com a ampliação da produção agrícola, como D. José Almeida Vasconcellos (1770-1778), cujo principal objetivo era evitar que se repetissem as crises de abastecimento ocorridas nos anos de seca. A maioria deles, entretanto, não deu importância a essa atividade, ocupando-se de encontrar formas para reavivar a produção mineradora. No início do século XIX, o governador D. Francisco Mascarenhas assinou um edital proibindo que qualquer roceiro se deslocasse para a

atividade mineira sem deixar a terra preparada para a plantação. (MAGALHÃES, 2004).

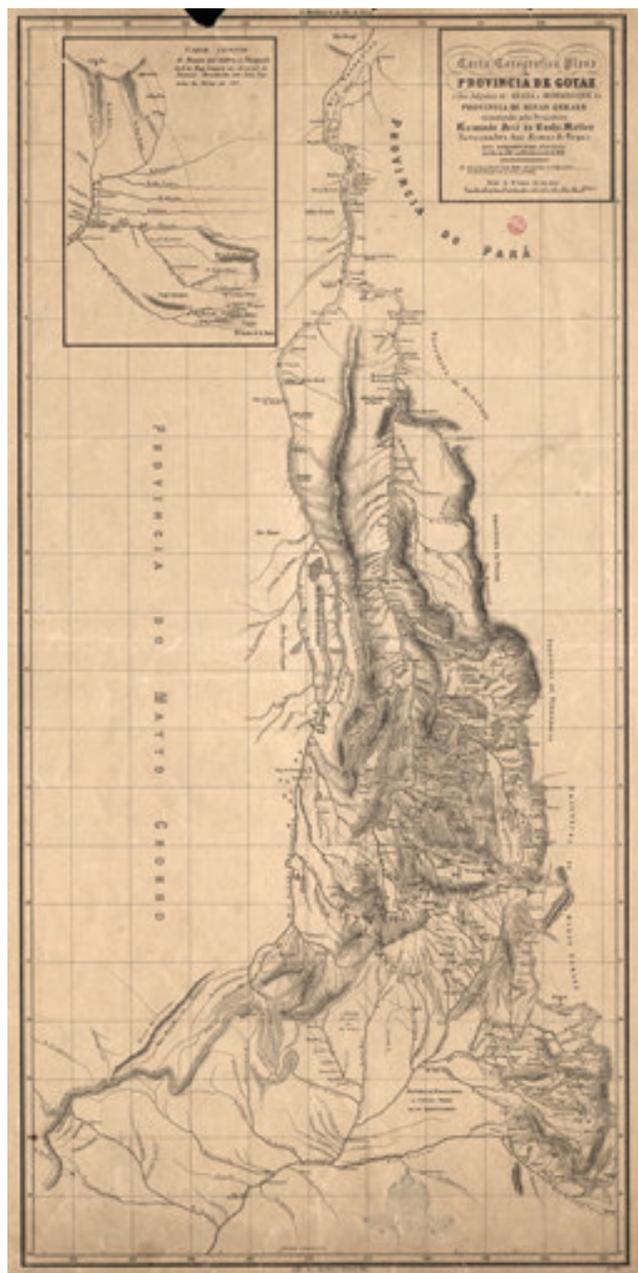


Figura 1 - Mapa da Província de Goyaz e dos Julgados de Desemboque e Araxá. De autoria do Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos, então Governador das Armas de Goyaz. Percebe-se que o território ocupava, também, uma parte dos atuais estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Fonte: MATOS (1839).

Até meados do século XIX, a economia goiana foi gradualmente se tornando mais diversificada. Ainda havia regiões mineradoras, como Anicuns, Anta, Ouro Fino, Traíras, Conceição e Crixás. A maioria, entretanto, procurou desenvolver outras atividades mais adequadas ao mercado consumidor local e regional. Em Meia

Ponte e Santa Cruz, por exemplo, a tecelagem do algodão adquiriu alguma importância. No arraial de Couros (atual Formosa), a abundância de gado e caça propiciou a abertura de diversos curtumes, que deram nome ao vilarejo, cuja produção era exportada para São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Félix destacou-se a fundição de ferro e aço, posteriormente deslocada para Cavalcante (MAGALHÃES, 2004).

Até o início do século XX, as condições de Goiás não se modificaram significativamente, caracterizando-se pela baixa densidade populacional, oligarquias, latifúndios, pecuária extensiva, agricultura de subsistência, dificuldades de comunicação com as demais regiões do país e poucas perspectivas de futuro.

O desprezo do minerador pelo trabalho agrícola, a omissão das autoridades governamentais, o pequeno consumo motivado pelas dificuldades de circulação de mercadorias por causa da precariedade das estradas, a distância entre as vilas, a cobrança dos dízimos feita de maneira irregular, as técnicas agrícolas rudimentares, contribuíram decisivamente para o precário desenvolvimento agrícola goiano [...] A falta de investimentos técnicos na agricultura justificava em parte a pequena produção alimentícia, uma vez que a pobreza nutricional do solo dos cerrados exigia maior investimento por parte dos agricultores. (MAGALHÃES, 2004, p. 76)

A precariedade do transporte de gêneros tornava o escoamento do excedente da produção muito oneroso e inviabilizava a exportação para outras regiões do país. Segundo Borges (1999, p. 3), muitas vezes o custo do transporte superava o valor da carga e "era preferível deixá-la apodrecer na roça".

O panorama começou a ser alterado com o avanço da industrialização no Sudeste, obrigando a abertura de novas frentes de produção de alimentos para o Centro-Oeste. A abertura da Estrada de Ferro Goiás, como será visto mais adiante, permitiu a diversificação da agricultura, tornando-a comercialmente viável para abastecimento dos grandes centros urbanos.

O primeiro produto a ser exportado em escala foi o arroz, que encontrou no território goiano condições favoráveis de clima e solo para se desenvolver com qualidade. A produção era adquirida por atacadistas de origem síria e libanesa, localizados junto à Estrada de Ferro, beneficiado e enviado para os mercados mineiro e paulista com grandes lucros gerados pela diferença entre o preço pago ao produtor, durante a safra, e o valor cobrado para venda na entressafra (BORGES, 1999).

1.3 AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS DO ESTADO ATÉ A DÉCADA DE 1970

1.3.1 Marcos de Desenvolvimento

O desenvolvimento de Goiás durante a primeira metade do século XX sofreu a influência das mudanças políticas de caráter nacional, havendo pouca ou nenhuma iniciativa das autoridades ou da sociedade local.

A primeira mudança significativa nas condições socioeconômicas surgiu com a chegada da Estrada de Ferro Goiás, que já havia sido autorizada por um decreto do Governo Imperial de 1873, mas que só começou a se tornar realidade a partir de 1890, já na República. O Decreto 862 daquele ano determinava a interligação da capital do Estado com a Estrada de Ferro Mogiana, a partir da cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro. Diversas ingerências políticas atrasaram o início das obras, que somente tiveram início em 1911.

A estrada de ferro surgiu como uma alternativa para romper o estrangulamento da economia goiana, quanto à sua demanda por um meio de transporte que viesse atender às necessidades de escoamento de sua produção. Em 28 de março de 1906, a estrada recebeu esse nome através do decreto federal nº 5.949, pois até então ela se denominava Estrada de Ferro Alto Tocantins, autorizada para construir e explorar o trecho de Catalão a Palmas, objetivando ligar então a capital de Goiás a Cuiabá, e estas à rede ferroviária do país (CAMPOS JR, 2004, p. 16).

Em 1912, as obras já haviam alcançado Goiandira, e em 1913 chegaram a Ipameri (Roncador), onde ficaram paralisadas até 1922. Segundo Chaul (1997, p. 107),

A implantação da estrada de Ferro em Goiás e a construção de rodovias favoreceram o crescimento deste movimento migratório e intensificaram a ocupação econômica do Estado. A melhoria dos meios de transporte e comunicação arrancou Goiás do isolamento físico e econômico em que se encontrava. Com a Estrada de Ferro, o grilhão que prendia a economia agrícola regional a uma situação de estagnação começaram a ser quebrados ao ritmo da expansão do trilhos. Ao lado da pecuária, a agricultura começou a se organizar com a atividade mercantil. Os produtos primários, que antes apodreciam na roça por falta de transporte para escoá-los, passaram a ser largamente explorados.

As mudanças econômicas e políticas causadas pelo desenvolvimento das regiões sul e sudeste do Estado foram um dos motivos que levaram à idéia da construção de uma nova capital, mais próxima dessas regiões. A nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal no Estado rompeu com o monopólio político da família Caiado, sediada na Cidade de Goiás, oferecendo um motivo adicional para que a sede do governo fosse transferida para outra região.

Apesar da motivação política, os argumentos utilizados na época para quebrar a resistência da população e das oligarquias que se opunham à mudança da capital foram de outra ordem. Segundo Barreira e Deus (2006, p. 74),

A sede administrativa dentro do território goiano, pela localização geográfica não atendia as demais localidades com presteza, dada a fragilidade da comunicação disponível à época. As estradas não se adequavam à expectativa gerada por veículos automotores; a interligação com o Centro Sul e a distribuição dentro do Estado era inadequada, necessitando de uma postura política e investimentos para atender as cidades existentes. Assim o grande argumento a favor da mudança foi negar as condições à cidade de ser capital, e a base da crítica foi dada pelo que se chamou de argumento sanitário seguiu elencando itens desfavoráveis a Vila Boa, como o sítio, o clima, o abastecimento de água, rede de esgotos, habitações. Dessa forma, dentro de parâmetros urbanísticos de referência utilizados à época, não se justificava investimento maciço que deveria ser implantado na capital antiga ao custo muito superior do que iniciar um novo processo de ocupação urbana. O aspecto de salubridade, elemento importante no apelo à mudança, era argumento no qual a localização da capital à época, tinha obstáculos enormes para serem superados para atender satisfatoriamente a população residente no núcleo urbano.

Assim, aproveitou-se da idéia originalmente atribuída ao Conde dos Arcos, governador da província do século XVIII, que já havia observado as condições de insalubridade, de deficiência climática e de comunicação da antiga capital, sugerindo a mudança da sede para Pirenópolis.

A construção da capital, iniciada em 1932, com a nomeação de uma comissão encarregada da escolha do novo local, representou um novo marco no desenvolvimento do Estado, atraindo grandes contingentes de migrantes, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e dos estados da Região Nordeste. Em 1940, durante as solenidades que marcaram a inauguração de Goiânia, o Presidente Getúlio Vargas lançou o programa "Marcha para o Oeste", que visava a ocupação de espaços pouco povoados das regiões do interior do país através da implantação de colônias agrícolas e da ampliação da malha viária que facilitasse o escoamento dos produtos, especialmente para a Região Sudeste, cuja economia estava voltada para a indústria e para a produção de bens de exportação.

Em 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra criou uma comissão de estudos para a determinação do local de construção da nova capital do país. Ainda no final do século XIX, sob o governo de Floriano Peixoto, outra comissão havia delimitado uma área do Planalto Central para essa finalidade, na forma de retângulo, que ficou conhecido pelo nome do chefe da equipe, coronel Luís Cruls. Com base nesse estudo anterior, a nova comissão visitou as cidades de Corumbá, Luziânia, Planaltina e Formosa, todas próximas àquele retângulo. No ano seguinte, a nova Constituição do Estado de Goiás prevê, em seu artigo 54, que a área destinada à

nova capital seria desmembrada automaticamente do território goiano (OLIVEIRA, 2005).

Apesar da comissão de estudos ter aprovado a região anteriormente escolhida, ampliando sua área, o relatório final entregue ao Presidente Dutra, que previa sua imediata desapropriação, não foi imediatamente acatado. O Presidente optou por enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional para que fosse discutido pelos parlamentares, criando uma polêmica que colocou em lados opostos deputados mineiros e goianos, o que protelou por cinco anos a decisão. Somente em 1953, já sob o novo governo de Getúlio Vargas, foi votada e sancionada a Lei nº 1.803 que determinava a imediata instalação da equipe de estudos para a transferência definitiva da Capital Federal (OLIVEIRA, 2005).

O Governo de Goiás facilitou o processo de criação do Distrito Federal através da criação de uma comissão que tinha por objetivo simplificar as desapropriações na área escolhida, o que efetivamente se deu a partir de 1955, iniciando os preparativos que vinham sendo adiados pelo Presidente Café Filho, que assumira a presidência após o suicídio de Getúlio Vargas, no ano anterior. Essa iniciativa permitiu que, dois anos depois, já no governo de Juscelino Kubitschek, as obras pudessem começar com rapidez (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Amaral et al (2002), a localização da nova capital, apesar de ter sido feita com base em discussões políticas anteriores, constando, inclusive, das constituições nacionais desde 1891, teve por objetivo dar continuidade ao projeto de interiorização do desenvolvimento, iniciado no primeiro Governo Vargas.

A construção de Brasília foi um empreendimento do governo federal da época com o intuito de povoar o interior do Brasil, introduzir recursos econômicos em áreas despovoadas, conquistar e desenvolver as áreas potencialmente ricas da Bacia Amazônica, introduzir e desenvolver uma sólida agricultura em Goiás, no Mato Grosso e Maranhão, desenvolver um sistema de comunicação que contribuísse para a integração nacional e combater a inflação (AMARAL et al, 2002, p. 129).

De certa forma, a construção de Brasília teria outros efeitos políticos e sociais, não explicitados pelo Governo, tais como a redução dos vícios da máquina governamental historicamente arraigada no Rio de Janeiro, a possibilidade de melhoria na eficiência do governo pela proximidade física de seus diversos órgãos, a melhoria da auto-estima da população e da imagem do país perante o mundo através de um projeto moderno e arrojado de arquitetura e urbanismo, dentre outros (AMARAL et al, 2002).

O movimento migratório provocado pela construção da nova capital, iniciada em 1956, teve efeitos econômicos e sociais não só no território do Distrito Federal mas em todo o Centro-Oeste, especialmente em Goiás, onde este está incrustado. Apenas a título de exemplo, como será visto mais adiante, a população de Goiânia, entre 1950 e 1960, data da inauguração de Brasília, aumentou 176,97%, contra 31,52% de aumento ocorrido na década anterior. O Estado de Goiás, que já vinha sendo meta de imigração desde a década de 1940, sofreu um aumento populacional de 57,83% entre os censos de 1950 e 1960 (IBGE, 1990).

1.3.2 Caracterização Socioeconômica da População (1950-1970)

1.3.2.1 Caracterização Demográfica

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento da população goiana durante o século XX foi significativamente superior aos índices nacionais, o mesmo ocorrendo com a capital, Goiânia, em relação ao Estado e ao país (Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil / Goiás / Goiânia - Evolução da População 1900-1970 - Censos e Estimativas

Ano	Brasil		Goiás		Goiânia*	
	População	% Crescimento	População	% Crescimento	População	% Crescimento
1900	17.318.536		255.284		13.475	
1910	23.151.669	33,68	363.642	42,45	15.815	17,37
1920	30.838.301	33,20	515.972	41,89	21.387	35,23
1930	37.625.436	22,01	654.931	26,93	26.943	25,98
1940	45.002.176	19,61	812.354	24,04	42.139	56,40
1950	52.632.577	16,96	1.214.921	49,56	55.423	31,52
1960	70.119.071	33,22	1.917.460	57,83	153.505	176,97
1970	93.204.379	32,92	2.899.266	51,20	389.784	153,92

(*) Os dados anteriores a 1940 referem-se à antiga capital, a Cidade de Goiás. (**)

Fonte: IBGE (1990)

Destaca-se a evolução da população de Goiânia durante as décadas de 1950 e 1960, causada, principalmente, pelas mudanças regionais provocadas pela construção de Brasília. Segundo Maia (2005, p. 47),

Definida a construção de Brasília, o governo sentiu a necessidade de incentivar o fluxo de progresso iniciado e que deveria se deslocar do eixo centro-sul do Brasil através da ocupação e exploração das riquezas naturais abundantes e imprescindíveis ao mercado consumidor do eixo São Paulo e Rio de Janeiro, fato que deu início ao fim do isolamento que praticamente desconsiderava a economia de Goiás e do Centro-Oeste em valores e em sua maior extensão. Este eixo que veio a conduzir às transformações conhecidas nos dias de hoje tinha passagem obrigatória por Goiás.

A Tabela 2 mostra que entre as décadas de 1950 e 1970, houve uma leve predominância dos homens em relação às mulheres, diferença que se tornou um pouco mais acentuada no levantamento feito pelo Censo de 1960. Em ambos os casos, a variação quantitativa entre 1950 e 1970 foi de 138,55% para os homens e 138,73% para as mulheres, sendo mais acentuada nas faixas etárias acima dos 50 anos, o que pode ser justificado pela melhoria nas condições de vida da população, com o conseqüente aumento da longevidade.

Tabela 2 - Goiás - Evolução da População 1950-1970, de acordo com o sexo e a faixa etária

Faixas Etárias (anos)	1950		1960		1970		% Variação 1950-1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0-4	104.776	101.133	167.491	160.235	243.397	239.979	132,30	137,29
5-9	92.567	88.726	155.360	147.277	230.061	223.745	148,53	152,18
10-14	79.824	77.498	125.822	122.213	194.549	193.933	143,72	150,24
15-19	64.606	67.438	100.825	106.722	160.109	165.177	147,82	144,93
20-24	57.053	57.862	89.519	86.772	130.136	127.083	128,10	119,63
25-29	49.820	47.445	73.685	70.404	106.434	101.262	113,64	113,43
30-39	75.217	69.624	112.763	104.463	167.760	155.656	131,33	127,81
40-49	49.472	43.661	80.655	69.145	115.596	103.088	123,03	123,57
50-59	25.610	23.264	44.969	37.538	70.312	62.618	133,66	136,11
60-69	12.523	12.139	22.408	19.495	36.070	32.788	174,55	169,16
70 ou mais	5.223	6.374	9.507	9.216	16.503	16.651	188,03	170,10
Ignorada	1.383	1.683	452	524	3.479	2.880	215,97	161,23
Totais	618.074	596.847	983.456	934.004	1.474.406	1.424.860	136,98	136,28
% sobre total	50,87	49,13	51,29	48,71	50,85	49,15		

Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

Houve uma queda acentuada da população rural entre 1950 e 1970 no Estado, passando de 79,80% para 57,90% do total (Tabela 3). Entretanto, esses percentuais ainda eram superiores à media nacional. Também significativa é a mudança quantitativa da população residente nessas áreas: enquanto as cidades tiveram um aumento de 152,14%, a zona rural perdeu 12,22% da população absoluta.

A Figura 2 mostra outra mudança importante no perfil da população entre o campo e a cidade nessas duas décadas, com a redução da diferença da proporção entre homens e mulheres nas cidades e aumento dessa diferença no campo. De acordo com os dados da Tabela 2, é provável que essa diferença tenha se dado principalmente na faixa etária entre 15 e 29 anos, onde, nas duas décadas, os homens aumentaram quantitativamente 131,33% (de 171.479 para 396.679 habitantes) e as mulheres apenas 127,81% (de 172.745 para 393.522 habitantes).

Essa diferença fez com que, nessa faixa etária, as mulheres passassem de maioria para minoria.

Tabela 3 - Goiás - População Urbana e Rural, por sexo - 1950-1970

Censo	População Urbana			População Rural			%Pop Rural
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
1950	233.412	257.234	490.646	1.002.008	936.400	1.938.408	79,80
%	47,57	52,43	20,20	51,69	48,31	79,80	
1960	279.649	300.869	580.518	703.807	633.135	1.336.942	69,72
%	48,17	51,83	30,28	52,64	47,36	69,72	
1970	604.784	632.324	1.237.108	899.192	802.377	1.701.569	57,90
%	48,89	51,11	42,10	52,84	47,16	57,90	

Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

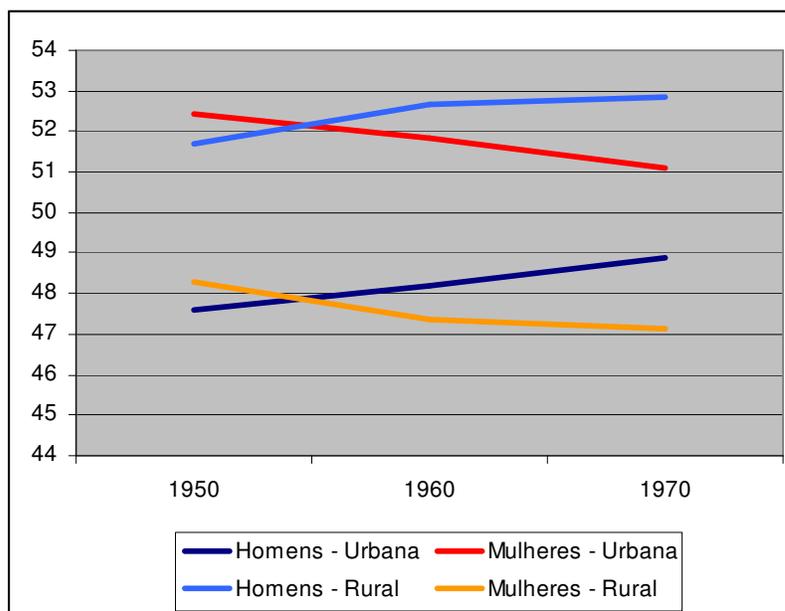


Figura 2 - Goiás - Evolução percentual da população, por sexo e situação do domicílio - 1950-1970.
Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

1.3.2.2 Educação

Nas duas décadas analisadas, houve uma queda significativa no analfabetismo em Goiás, acompanhando aproximadamente os índices nacionais (Tabela 4). Entre as mulheres, essa redução foi um pouco mais acentuada do que entre os homens. Durante a década de 1950, Goiás chegou a ter índices inferiores aos do restante do país, mas essa diferença não se repetiu para a década seguinte.

Tabela 4 - Goiás - Percentual de Analfabetismo, segundo faixa etária e sexo - 1950-1970

Faixas Etárias	1950		1960		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5-9	94,12	93,48	88,22	87,37	76,22	74,33
10-14	75,68	73,69	52,70	49,12	38,50	32,68
15-19	63,61	62,27	40,50	37,06	29,05	23,17
20-24	56,82	65,18	37,42	41,03	29,97	30,65
25-29	56,16	69,50	38,12	48,13	33,75	38,46
30-39	55,50	74,09	39,19	53,49	37,51	46,73
40-49	57,57	80,17	43,94	66,21	43,97	59,25
50-59	58,17	83,50	50,70	77,92	49,72	69,76
60 anos ou mais	63,71	86,79	54,51	82,63	55,06	76,32
Total	345.460	374.811	425.631	452.384	549.378	561.086
% Total	55,89	62,80	43,28	48,43	37,26	39,38
% Brasil	53,79	60,49	44,19	49,28	37,07	40,35

Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

É curioso notar que acima dos 20 anos, o índice de analfabetismo entre as mulheres é significativamente superior ao dos homens, confirmando o costume de que a população feminina tinha menor acesso à educação, o que pode ser atribuído aos casamentos mais precoces ou à menor importância dada pelas famílias à educação das filhas. Nesse ponto, Goiás teve uma evolução melhor do que o restante do país. Entre 1950 e 1970, a diferença nos índices de analfabetismo entre homens e mulheres caiu de 6,91 pontos percentuais para 2,12 pontos percentuais, enquanto no país como um todo essa redução foi de 6,70 para 3,28.

Entre os homens, a maior redução nos índices de analfabetismo entre 1950 e 1970 foi observada na faixa etária entre 10 e 29 anos (Figura 3). Acima dos 30 anos, apesar de ter havido uma redução significativa entre 1950 e 1960, na década seguinte essa redução foi quase desprezível.

Já entre as mulheres, a redução mais acentuada no índice de analfabetismo nessas duas décadas pode ser observada numa faixa etária um pouco maior, dos 10 aos 39 anos (Figura 4). Entre elas não ocorreu a estabilidade nos índices acima dessa idade durante a década de 1960, como aconteceu com os homens. Apesar da diferença ser menos acentuada do que nas idades inferiores, houve um decréscimo nos índices de analfabetismo, o que pode ser interpretado como uma maior oportunidade ou interesse das mulheres pela educação mesmo nas idades mais avançadas. Observando os dados da Tabela 4, pode-se perceber, por exemplo, que, acima dos 60 anos, enquanto para os homens houve um aumento nos índices de analfabetismo entre 1960 e 1970 (de 54,51% para 55,06%), entre as mulheres esse índice recuou 6,31 pontos percentuais (de 82,63% para 76,32%) .

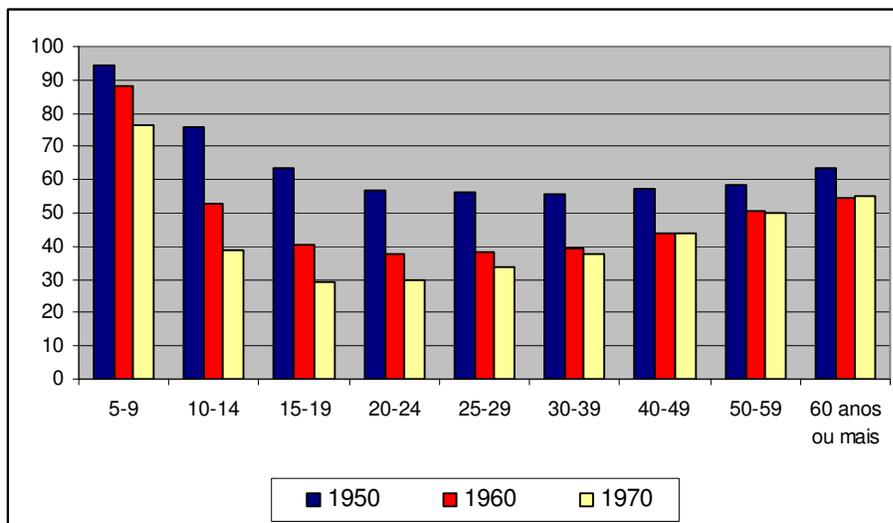


Figura 3 - Goiás - Evolução percentual de analfabetismo entre os homens, por faixa etária - 1950-1970. Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

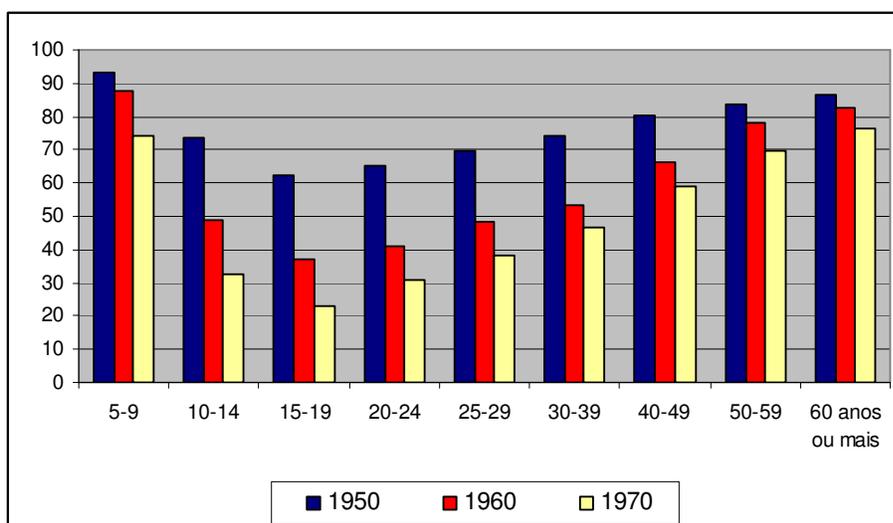


Figura 4 - Goiás - Evolução percentual de analfabetismo entre as mulheres, por faixa etária - 1950-1970. Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

A Tabela 5 confirma o que parece mais ou menos lógico: o analfabetismo na zona rural era mais acentuado do que na zona urbana, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, o que não se modificou ao longo das duas décadas analisadas. Entre as mulheres, entretanto, essa redução foi mais significativa, tanto na zona urbana quanto na rural (Figura 5).

Tabela 5 - Goiás - Percentual de de Analfabetismo, segundo situação do domicílio e sexo - 1950-1970

Sexo	1950		1960		1970	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Homens	38.741	308.555	74.021	351.829	138.633	411.503
% Total	39,46	74,33	31,52	60,54	26,86	55,26
Mulheres	53.894	323.260	100.722	351.992	174.265	387.615
% Total	48,87	83,87	39,27	68,04	31,96	59,68

Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

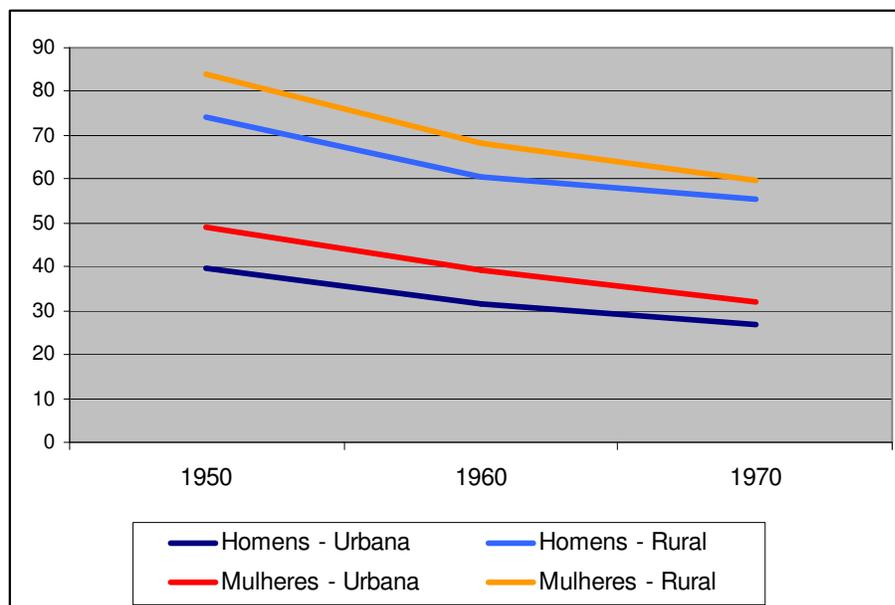


Figura 5 - Goiás - Evolução percentual de analfabetismo, por sexo e situação da residência - 1950-1970. Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

A Tabela 6 mostra um quadro interessante, ao mesmo tempo inverso e complementar aos da Tabela 5. No que se refere à educação nas duas décadas pesquisadas, de maneira geral, as mulheres eram mais persistentes ou tinham maior oportunidade de concluir os estudos do que os homens. Em outras palavras, apesar de ter menor acesso, as mulheres concluíam os estudos em percentual maior do que os homens. Com exceção do curso ginásial na década de 1960, do curso médio na década de 1950 e dos cursos superiores, o percentual de mulheres que puderam estudar e concluíram algum dos níveis é sempre maior do que entre os homens.

Tabela 6 - Goiás - Percentual de conclusão de curso dos que estudaram na população acima de 10 anos, por grau e sexo - 1950-1970

Ano	Sexo	Primário	Ginasial	Secundário/ Médio	Superior
1950	Homens	32.129	5.552	673	1.381
	% Total	20,55	3,55	0,43	0,88
	Mulheres	15.430	3.543	166	77
	% Total	22,18	5,09	0,24	0,11
1960	Homens	66.999	7.725	3.557	3.222
	% Total	82,20	9,48	4,36	3,95
	Mulheres	61.032	8.391	3.851	545
	% Total	82,68	11,37	5,22	0,74
1970	Homens	151.059	23.859	12.375	6.208
	% Total	78,07	12,33	6,40	3,21
	Mulheres	148.986	21.719	15.848	2.223
	% Total	78,92	11,50	8,39	1,18

Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

Outro dado interessante é o quantitativo de mulheres que passaram a estudar a partir da década de 1950. Se na década anterior esse número era bem inferior ao dos homens, a partir de então a diferença reduziu drasticamente, chegando a ser maior o número de mulheres concluintes no caso do curso médio na década de 1960 (15.848 mulheres para 12.375 homens) e no curso ginasial durante a década de 1950 (8.391 mulheres para 7.725 homens).

A Tabela 7 trás os percentuais de conclusão dos níveis de ensino em relação à população total para o Estado de Goiás e para o Brasil. Por esses dados, percebe-se que, durante as décadas de 1950 e 1960, os índices de conclusão de níveis de ensino em Goiás foram significativamente inferiores aos do país como um todo, para ambos os sexos. Na maioria dos casos, entretanto, tanto em Goiás quanto no restante do país, o índice de conclusão de níveis entre as mulheres aumentou mais acentuadamente do que entre os homens, principalmente nos níveis médio e superior. Ou seja, aparentemente começou a romper-se a barreira cultural que considerava a educação para as mulheres como um valor secundário.

Não é possível determinar-se se a relativamente baixa conclusão de cursos dos alunos goianos em relação ao restante do país devia-se ao pouco interesse da população ou à pouca oferta de unidades de ensino e vagas. A Tabela 8 mostra a evolução no número de unidades de ensino em Goiás e no Brasil, que pode ser confrontada com os dados da Tabela 1. Nos anos de 1950, 1960 e 1970, a população do Estado correspondia a 2,31%, 2,73% e 3,11% da população total do país, respectivamente. Sendo assim, apenas em 1970 e no ensino primário, o número de unidades de ensino disponíveis tornou-se proporcional à população.

Tabela 7 - Goiás - Percentual de conclusão de curso da população acima de 10 anos em relação à população total, por grau e sexo - 1950-1970

Ano	Sexo	Primário	Ginasial	Secundário/Médio	Superior
1950	Homens				
	% Goiás	5,20	0,90	0,11	0,22
	% Brasil	8,97	1,02	0,44	0,56
	Mulheres				
	% Goiás	2,59	0,59	0,03	0,01
1960	Homens				
	% Goiás	6,81	0,79	0,36	0,33
	% Brasil	14,43	1,81	1,07	0,70
	Mulheres				
	% Goiás	6,53	0,90	0,41	0,06
1970	Homens				
	% Goiás	10,25	1,62	0,84	0,42
	% Brasil	15,96	2,88	1,95	0,87
	Mulheres				
	% Goiás	10,46	1,52	1,11	0,16
		15,80	2,77	2,29	0,30

Fonte: IBGE (1956, 1964, 1973)

Tabela 8 - Goiás - Unidades de Ensino, por nível - 1950-1970

Unidades de Ensino	1950		1960		1970		%Variação 1950-1970
	Unid	% Brasil	Unid	% Brasil	Unid	% Brasil	
Goiás							
Primario	1.389	1,93	2.089	2,18	4.743	3,25	241,47
Secundário*	30	1,80	83	2,54	176	2,07	486,67
Superior	8	2,22	8	1,64	8	1,29	0,00
Brasil							
Primario	72.128		95.938		146.136		102,61
Secundário*	1.663		3.272		8.493		410,70
Superior	361		489		619		71,47

Fonte: IBGE (1952, 1962, 1972)

(*) Apenas curso secundário geral, não incluindo cursos técnico-profissionalizantes ou Normal

Ao mesmo tempo, percebe-se que assim como houve um aumento na participação da população do Estado em relação ao país, o número de unidades de ensino também cresceu bem acima da média nacional entre os anos de 1950 e 1970, com exceção do ensino superior. As diferenças encontradas entre as décadas de 1950 e 1960 podem ser atribuídas, dentre outros motivos, ao aumento da migração de outras regiões do país provocada pela construção de Brasília, o que

provocou um aumento correspondente no interesse despertado por Goiás no restante do país.

1.3.2.3 Saúde da População

Assim como na Educação, o atendimento à saúde da população de Goiás também apresentou um crescimento acentuado entre os anos de 1950 e 1970 (Tabela 9), especialmente no que se refere ao número de leitos para internação hospitalar e ao número de médicos. Essa melhoria é melhor percebida nos índices de habitantes/leito e habitantes/médico, onde Goiás apresentou uma evolução muito maior do que a média do país.

Tabela 9 - Brasil/Goiás - Hospitais/Clínicas, Leitos e Médicos - 1950-1970

	1950		1960		1970		%Variação 1950-1970
	Unid	% Brasil	Unid	% Brasil	Unid	% Brasil	
Goiás							
Hospitais/ Clínicas	43	1,39	79	3,10	144	3,79	234,88
Leitos	1.288	0,69	3.531	1,63	6.574	2,19	410,40
Habitantes/leitos	943		543		441		-53,25
Médicos	98	0,50	283	1,33	677	1,58	590,82
Habitantes/ médicos	12.397		6.775		4.283		-65,46
Brasil							
Hospitais/ Clínicas	3.094		2.547		3.800		22,82
Leitos	185.681		216.378		300.241		61,70
Habitantes/leitos	283		324		310		9,52
Médicos	19.593		21.282		42.827		118,58
Habitantes/ médicos	2.686		3.295		2.176		-18,99

Fonte: IBGE (1952, 1962, 1972)

Infelizmente os dados do IBGE sobre a mortalidade apenas foram levantados para as capitais, o que não permite um comparativo das mudanças ocorridas em todo o Estado de Goiás com relação ao país. Entretanto, os dados da Tabela 10 que se referem à mortalidade em Goiânia entre as duas décadas estudadas permitem observar a influência que o aumento no número de estabelecimentos de saúde, leitos e médicos sobre esses números. Pode-se observar que, enquanto a população da capital aumentou 603,29% nesse período, a taxa de mortalidade caiu acentuadamente.

Tabela 10 - Goiânia - Óbitos e Taxa de Mortalidade - 1950-1970

	1950	1960	1970	% Var 1950-1970
Óbitos	688	1.744	2.694	291,57
Taxa de Mortalidade*	12,41	11,36	6,91	-44,32
Menores de 1 ano	213	458	1.117	424,41
Taxa de Mortalidade*	3,84	2,98	2,87	-25,43
População Total	55.423	153.505	389.784	603,29

Fonte: IBGE (1952, 1962, 1972)

(*) Óbitos por 100 mil habitantes

Mesmo considerando outros fatores que podem influenciar na redução da taxa de mortalidade, como aqueles que proporcionam a melhoria na qualidade de vida da população, não se pode minimizar a importância do aumento na oferta de serviços de saúde como uma principais causas dessa redução.

Exemplo de outro fator que pode ter contribuído para a melhoria nas taxas de mortalidade da população goiana é mostrado na Tabela 11. Se o atendimento à saúde já apresentou índices significativos nas duas décadas analisadas, quando comparado às médias nacionais, o abastecimento de água tratada foi ainda mais acentuado, chegando a superar cinco vezes a média do Brasil.

Tabela 11 - Goiás - Abastecimento de Água Tratada - 1950-1970

	1950	1960	1970	% Var 1950-1970
Goiás				
Número de Municípios atendidos	9	179	221	2.355,56
Extensão da rede adutora (m)	28.520	54.904	166.004	482,06
Extensão da rede distribuidora (m)	55.482	297.321	918.239	1.555,02
Prédios abastecidos	3.778	30.201	53.532	1.316,94
Brasil				
Municípios atendidos	763	2.778	3.949	417,56
Extensão da rede adutora (m)	4.936.240	6.541.823	10.647.143	115,69
Extensão da rede distribuidora (m)	16.460.123	29.040.158	59.030.012	258,62
Prédios abastecidos	1.332.560	2.584.797	5.048.084	278,83

Fonte: IBGE (1952, 1962, 1972)

Apenas esses dois aspectos, atendimento à saúde e abastecimento de água tratada, já seriam suficientes para justificar a queda verificada na mortalidade da população goiana. Os serviços de coleta de esgoto, porém, também foram ampliados em índices superiores à média nacional (Tabela 12), o que pode ser

acrescentado ao rol de fatores positivos para a melhoria da qualidade de vida da população. Apenas a título de exemplo, se em 1950 apenas a capital dispunha desse serviço, vinte anos depois todos os 221 municípios de Goiás já eram atendidos pela coleta de esgoto sanitário em alguma extensão.

Tabela 12 - Goiás - Coleta de Esgoto Sanitário - 1950-1970

	1950	1960	1970	% Var 1950-1970
Goiás				
Municípios atendidos	1	179	221	22.000,00
Extensão da rede coletora (m)	47.886	242.201	383.063	699,95
Prédios atendidos	1.421	5.153	20.894	1.370,37
Brasil				
Municípios atendidos	371	2.779	3.949	964,42
Extensão da rede coletora (m)	7.003.407	12.615.013	24.981.811	256,71
Prédios atendidos	800.204	1.370.152	2.585.077	223,05

Fonte: IBGE (1952, 1962, 1972)

1.3.3 O Desenvolvimento da Economia

1.3.3.1 A Agropecuária

Até o final da década de 1950, as técnicas de cultivo de lavouras em Goiás ainda eram bastante rudimentares. Borges (1999) relata que em 1950 o Estado contava apenas com 86 tratores, número que foi ampliado para 1.349 em 1960. O Censo Agropecuário de 1960, realizado pelo IBGE, apontou que, dos 111.015 estabelecimentos rurais cadastrados no estado, 102.970 (92,75%) utilizavam a forma humana nos trabalhos agrários, 6.910 (6,22%) utilizavam a força animal, 654 (0,59%) utilizavam força animal e mecânica e apenas 481 (0,43%) utilizavam exclusivamente a força mecânica (IBGE, 1967).

A Tabela 13 mostra a evolução da produção agrícola de Goiás e do país das principais lavouras entre os anos de 1950 e 1970, bem como a posição do Estado em relação às demais unidades da federação.

Tabela 13 - Goiás - Produção dos principais produtos agrícolas, em toneladas - 1950-1970

Produto	Goiás			Brasil			% Total 1970	Posição	
	1950	1970	%	1950	1970	%		1950	1970
Café	14.055	2.617	(81,38)	1.071.437	1.140.510	6,45	0,23	8º	10º
Algodão	3.858	62.406	1.517,57	774.091	1.261.704	62,99	4,95	7º	3º
Arroz	317.116	893.374	181,72	3.217.690	5.271.272	63,82	16,95	7º	2º
Cana-de-açúcar	726.652	219.530	(69,79)	32.670.814	67.759.180	107,40	0,32	10º	15º
Feijão	38.644	85.630	121,59	1.248.138	1.518.846	21,69	5,64	10º	5º
Mandioca	357.050	185.484	(48,05)	12.532.482	14.588.768	16,41	1,27	12º	16º
Milho	146.911	547.432	272,63	6.023.549	12.770.216	112,00	4,29	7º	6º
Amendoim	285	1.586	456,49	118.192	642.243	443,39	0,25	9º	8º

Fonte: IBGE (1952, 1975a)

No período entre 1950 e 1970, alguns dos principais produtos agrícolas perderam importância no Estado, assim como outros aumentaram sua produção e participação no total da produção nacional. Café, cana-de-açúcar e mandioca, por exemplo, tiveram uma redução significativa de sua produção em Goiás nesse período, enquanto algodão, arroz, feijão, milho e amendoim aumentaram acima das médias nacionais. Em 1970, por exemplo, Goiás era responsável por quase 17% da produção nacional de arroz em casca, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul.

Durante essas duas décadas, houve um aumento no número de estabelecimentos rurais e na área trabalhada (Tabelas 14 e 15).

Pelas Figuras 6 e 7, percebe-se que as propriedades menores praticamente não sofreram mudanças quantitativas, enquanto as propriedades entre 10 e 100 hectares aumentaram significativamente, tomando espaço das propriedades maiores (entre 100 e 10.000 hectares). Isso ocorreu tanto no número de propriedades quanto na área ocupada por elas. De qualquer forma, as propriedades entre 100 e 10.000 hectares continuaram ocupando a maior parte das áreas cultivadas no Estado.

O aumento na área cultivada e na produtividade pode ser, em parte, justificado pelas políticas públicas de incentivo à produção de alimentos para abastecer a Região Sudeste, mais populosa e industrializada, apesar de grande parte desse abastecimento, na época, ser feito pelos estados da Região Sul, especialmente pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul. Até a década de 1980, o cerrado não era valorizado como terra para agricultura, sendo considerado mais apropriado para pastagens e para a pecuária extensiva.

Tabela 14 - Goiás - Caracterização das Propriedades Rurais, em quantidade - 1950-1970

	1950	1960	1970	% Variação 1950-1970
Estabelecimentos	63.736	111.015	145.115	127,68
Propriedade das terras				
Individual	41.756	92.810	122.427	193,20
Coletiva	4.889	3.674	5.359	9,61
Entidade pública	16.633	14.521	16.919	1,72
Sem declaração	458	10	410	(10,48)
Responsável				
Proprietário	37.882	76.432	101.691	168,44
Arrendatário	4.202	8.584	7.140	69,92
Ocupante	18.075	18.025	25.303	39,99
Administrador	3.577	7.974	10.981	206,99
Área Total				
< 10 ha	7.592	16.071	16.313	114,87
De 10 a 100 ha	26.322	53.505	69.591	164,38
De 100 a 1.000 ha	25.012	36.149	52.983	111,83
De 1.000 a 10.000	4.672	5.179	6.081	30,16
> 10.000	138	105	130	(5,80)

Fonte: IBGE (1974)

Tabela 15 - Goiás - Caracterização das Propriedades Rurais, em área ocupada - 1950-1970

	1950	1960	1970	% Variação 1950-1970
Estabelecimentos	24.588.115	28.877.314	35.783.038	45,53
Propriedade das terras				
Individual	18.401.287	25.096.968	29.999.690	63,03
Coletiva	2.482.168	1.814.633	2.362.492	(4,82)
Entidade pública	3.693.271	1.965.301	3.403.206	(7,85)
Sem declaração	11.389	412	17.649	54,97
Responsável				
Proprietário	16.692.907	18.201.365	22.567.853	35,19
Arrendatário	310.393	432.309	469.844	51,37
Ocupante	3.614.490	2.389.427	3.528.722	(2,37)
Administrador	3.970.325	6.854.213	9.216.618	132,14
Área Total				
< 10 ha	38.444	94.886	98.948	157,38
De 10 a 100 ha	1.194.035	2.302.291	3.105.666	160,10
De 100 a 1.000 ha	9.120.250	12.008.648	16.194.427	77,57
De 1.000 a 10.000	11.303.569	12.095.785	13.509.337	19,51
> 10.000	2.931.817	2.375.704	2.874.660	(1,95)

Fonte: IBGE (1974)

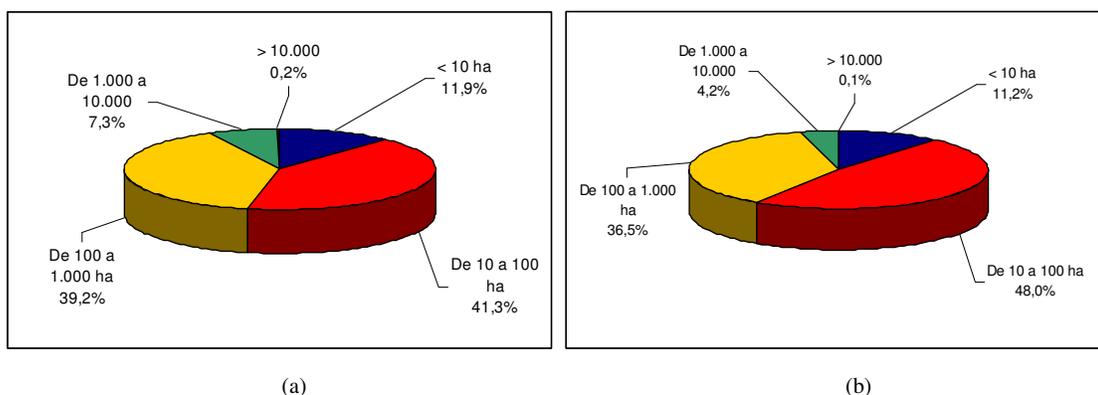


Figura 6 - Goiás - Participação percentual do número de propriedades rurais, por área - 1950 (a) e 1970 (b). Fonte: IBGE (1974)

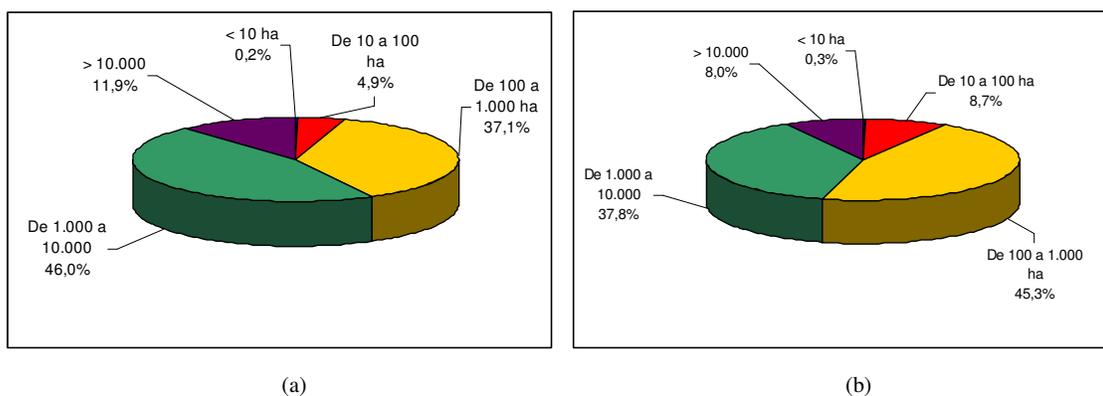


Figura 7 - Goiás - Participação percentual da área ocupada de propriedades rurais, por área - 1950 (a) e 1970 (b). Fonte: IBGE (1974)

Isso pode ser visto na Tabela 16, que mostra um comparativo das áreas de lavoura e pastagem dos estados da Região Sul e da Região Centro-Oeste, com dados levantados pelo recenseamento agrícola de 1960. Destaque-se as grandes diferenças entre os dados das duas regiões. Enquanto Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham mais de metade de suas áreas ocupadas por propriedades rurais cadastradas pelo Governo Federal, em Goiás essa área não chegava nem à metade do total do Estado.

Tabela 16 - Brasil - Comparativo de áreas e valores de terras entre estados da Região Sul e da Região Centro-Oeste - 1960

	Área Total	Área Recenseada	% Total	Valor Área Recenseada (Cr\$)	Média (Cr\$/ha)	Área Lavoura	% Total*	Área Pastagem	% Total*
Brasil	851.384.400	249.862.142	29,35	1.370.566.618	5,49	28.712.209	11,49	122.335.386	48,96
Paraná	20.085.700	11.384.934	56,68	166.515.766	14,63	3.440.971	30,22	2.894.023	25,42
Santa Catarina	9.479.800	5.948.950	62,75	52.155.375	8,77	993.335	16,70	1.993.015	33,50
R G do Sul	28.248.000	21.659.406	76,68	201.703.843	9,31	3.709.781	17,13	13.539.874	62,51
Goiás	61.709.800	28.877.314	46,80	84.101.120	2,91	988.554	3,42	19.168.094	66,38
Mato Grosso	126.109.400	30.696.873	24,34	52.724.617	1,72	373.737	1,22	23.597.641	76,87
Distrito Federal	81.400	139.378	23,97	377.404	2,71	3.588	2,57	84.899	60,91

Fonte: IBGE (1967) - * Em relação à área recenseada

Os dados também mostram a enorme diferença de valor das terras entre as duas regiões e a distribuição de aproveitamento entre área para lavoura e para pastagem. Neste último fator, percebe-se que o Rio Grande do Sul também tinha, na época, grande parte de suas propriedades rurais voltadas para a pecuária. A diferença é que aquele estado também tinha uma agricultura importante, ocupando 17,13% do total da área recenseada, sendo quantitativamente superior à área de lavouras do Paraná, enquanto Goiás dedicava apenas 3,42% de suas terras para o mesmo fim. Essa diferença no aproveitamento da área cultivada justifica que as terras no Paraná e no Rio Grande do Sul fossem cinco e três vezes mais caras, respectivamente, do que em Goiás.

Apesar das terras goianas serem consideradas como mais apropriadas para a pecuária extensiva de corte, a participação de Goiás no rebanho nacional não era tão significativa (Tabela 17). Em 1970, o estado era o quinto colocado no número de cabeças do rebanho bovino, perdendo para Minas Gerais (15,1 milhões), Rio Grande do Sul (12,3 milhões), Mato Grosso (9,43 milhões) e São Paulo (9,1 milhões). Na criação de suínos, era oitavo colocado e na produção de ovinos e caprinos sua participação era quase inexpressiva.

Na produção leiteira, Goiás também cresceu significativamente entre 1950 e 1970, conforme mostra a Tabela 18. Em 1950, o Estado era o sétimo colocado entre as unidades da Federação, subindo para o sexto lugar em 1970, com uma produção de 5,36% do total do país.

Tabela 17 - Brasil/Goiás - Evolução no número de cabeças do rebanho - 1950-1970

	1950	1960	1970	% Variação 1960- 1970
Brasil				
Bovinos	52.655.490	56.041.307	78.562.250	40,19
Suínos	26.058.640	25.579.851	31.523.640	23,24
Ovinos	14.250.950	14.275.569	17.643.044	23,59
Caprinos	8.525.680	7.820.285	5.708.993	-27,00
Goiás				
Bovinos	4.562.100	4.862.782	7.792.839	60,25
% Brasil	8,66	8,68	9,92	
Suínos	1.750.550	1.240.381	1.680.387	35,47
% Brasil	6,72	4,85	5,33	
Ovinos	45.020	32.595	49.333	51,35
% Brasil	0,32	0,23	0,28	
Caprinos	70.830	3.998	4.075	1,93
% Brasil	0,83	0,05	0,07	

Fonte: IBGE (1953, 1967, 1974, 1975a)

Tabela 18 - Brasil/Goiás - Evolução na produção leiteira, em mil litros - 1950-1970

	1950	1960	1970	% Variação 1950-1970
Brasil	2.750.892	3.698.259	6.303.111	129,13
Goiás	104.264	192.657	337.969	224,15
% Brasil	3,79	5,21	5,36	

Fonte: IBGE (1967, 1975a)

Todos os dados acima demonstram que Goiás tinha alguma importância na produção agropecuária do país, mas em nenhum dos produtos se destacava em relação aos outros estados da Federação. Em sua maioria, as propriedades rurais ocupavam áreas médias ou grandes e mesmo assim seu aproveitamento não conseguia atingir o que era produzido nos estados do Sul do país no que se refere à agricultura e nem conseguia ser superior ao Mato Grosso em relação à pecuária bovina.

Em parte, essa pouca relevância pode ser atribuída à forma de ocupação e colonização do território goiano, que se deu por força da necessidade de sobrevivência após o declínio da produção aurífera e de pedras preciosas. Se a Região Sul pode contar com o desenvolvimento provocado pela tradição dos imigrantes europeus, o mesmo não ocorreu com Goiás, que manteve sua estrutura

socioeconômica ainda atrelada ao modo de vida colonial e artesanal, com pouca mecanização e baixo investimento em tecnologia.

Para exemplificar, tome-se a produção de arroz em 1970, cultura em que Goiás ocupava o segundo lugar entre os estados da Federação, com uma produção de 893.374 toneladas em uma área de 896.238 hectares. O Rio Grande do Sul, primeiro colocado, produziu, no mesmo ano, 1.383.516 toneladas em 451.281 hectares. Ou seja, produziu 54,86% mais arroz em 49,65% menos área cultivada, o que significa uma produtividade três vezes maior por área.

Destaque, porém, precisa ser dado ao desenvolvimento apresentado pelo Estado a partir da década de 1950. De maneira geral, tanto na agricultura quanto na pecuária, Goiás cresceu bem acima da média nacional em praticamente todos os principais produtos.

1.3.3.2 A Mineração

Após a decadência da mineração colonial, a produção extrativa de Goiás praticamente desapareceu. Galli (2005a, p. 59) afirma que "o ouro nunca deixou de ser bateado" tendo havido, inclusive, uma tentativa de retomada da produção, no início do século XX, utilizando-se tecnologia mais moderna, financiada com capital estrangeiro. Mas até a década de 1960, praticamente não houve produção comercial de minérios que tivesse alguma relevância.

No Anuário Estatístico do Brasil de 1952 (IBGE, 1953), com dados de 1950, Goiás aparece timidamente entre os principais estados produtores com o cristal de rocha (84 t) e cromo (53 t), produzidos, respectivamente, em Cristalina e Cromínia.

Em 1959, presidente Juscelino Kubitschek autorizou Tanier Teixeira a pesquisar cassiterita (estanho), tantalita, columbita (nióbio) e feldspato. A literatura não informa qual era a origem ou a profissão desse cidadão nem quais foram os resultados dessas pesquisas, mas o Anuário Estatístico de 1962, do IBGE (1963) relata que, em 1960, a produção de cassiterita em Goiás foi de 2.188 toneladas, tendo caído para 540 toneladas no ano seguinte. Mesmo assim, aparentemente, a cassiterita apresentou potencial de exploração já que, em 1962, foi autorizada a lavra desse minério para a Companhia Estanífera do Brasil.

Além da cassiterita, ainda em 1960, o IBGE (1963) cita Goiás entre os principais produtores de amianto, cristal de rocha, mica, cromo, níquel e rutilo (Tabela 19). Com exceção de cassiterita, cromo e rutilo, a produção goiana desses

minerais era irrisória se comparada com os principais estados produtores. Além disso, a forma de exploração das jazidas era muito irregular, com grande variação na produção de um ano para o outro.

Tabela 19 - Goiás - Principais produtos minerais - 1959-1961

Mineral	1959	1960	1961	Principal Estado produtor em 1961
Amianto	-	15	15	Bahia - 86.896 t
Cassiterita	-	2.188	540	Goiás
Cristal de rocha	386	612	245	Minas Gerais - 758 t
Mica	135	60	82	Minas Gerais - 5.034 t
Cromo	110	380	7.037	Bahia - 7.600 t
Níquel	39	-	-	Minas Gerais - 4.431 t
Rutilo	127	81	128	Goiás

Fonte: IBGE (1963)

Em 1959, o Censo Industrial realizado pelo IBGE (1965) levantou que havia 27 empresas exploradoras de minérios em Goiás, com uma produção total de Cr\$ 18,6 milhões, o que representava apenas 0,13% do valor total da produção mineral do país.

Os dados levantados pelo IBGE (1975c) para 1970 não mostram uma mudança significativa na produção mineral de Goiás. Como houve mudanças na metodologia do levantamento, não é possível fazer um comparativo mais com os dados publicados nas décadas anteriores. O número de empresas exploradoras passou para 42 e a produção total para Cr\$ 23,1 milhões, representando um aumento de 55,56% e 24,19%, respectivamente, em relação ao que havia sido levantado em 1959. Em valor, houve um crescimento percentual na participação de Goiás no total da produção mineral nacional, passando de 0,13% para 0,84%, mas ainda assim, percebe-se que esse tipo de produção não era significativa.

Na realidade, como será visto mais adiante neste trabalho, a produção mineral somente começou a se desenvolver a partir da década de 1970, com a descoberta de novas jazidas e a instalação de empresas com capacidade de investimento que permitisse sua exploração comercial. Apenas a título de exemplo, em 1975, o valor total da produção extrativista mineral goiana subiu para Cr\$ 234,9 milhões, o que representou um aumento de mais de 1.000% em relação ao início da década.

1.3.3.3 A Indústria

Se a agropecuária, tradicional atividade econômica de Goiás, não apresentava números relevantes no cenário nacional, a indústria de transformação era ainda menos expressiva.

A Tabela 20 mostra dados de alguns grupos de indústrias, levantados pelos censos industriais do IBGE, e o percentual de representatividade no montante total da produção do país. Deve-se notar que é difícil fazer uma comparação quantitativa entre os três anos levantados, em razão da inflação ocorrida no período e de uma desvalorização que o cruzeiro sofreu em 1970, com o corte de três zeros.

Tabela 20 - Goiás - Produção Industrial - 1950-1970

	1950		1960(*)		1970	
		% Brasil		% Brasil		% Brasil
Estabelecimentos (número)	674	0,76	1.596	1,47	4.351	2,64
Funcionários (número)	3.282	0,26	7.035	0,40	19.513	0,72
Valor total da produção (Cr\$ mil)	507.852	0,44	5.144.584	0,44	787.841	0,67
Valor da produção (Cr\$ mil)						
Produtos alimentares	387.099	1,15	4.079.826	1,43	582.265	2,47
Têxteis	-	-	27.007	0,02	36.367	0,34
Química e farmacêutica	836	0,01	9.675	0,01	9.128	0,06
Metalurgia	673	0,01	38.505	0,03	18.258	0,13
Mecânica			8.000	0,02	5.096	0,08
Vestuário e calçado	11.730	0,25	162.863	0,40	16.682	0,42
Madeira	5.485	0,19	196.260	0,63	18.403	0,69
Bebidas	6.662	0,20	35.338	0,13	9.702	0,00
Transformação de minerais não metálicos	11.853	0,25	277.756	0,52	28.885	0,60
Material elétrico e de comunicações	(*)	(*)	590	0,00	2.885	0,05
Material de transporte	(*)	(*)	24.537	0,03	2.930	0,03
Mobiliário	(*)	(*)	108.098	0,50	9.401	0,45
Papel e papelão	(*)	(*)	822	0,00	2.445	0,09
Couros, peles e similares	(*)	(*)	42.845	0,34	2.890	0,38
Perfumaria, sabões e velas	(*)	(*)	53.860	0,30	1.908	0,12
Editorial e gráfico	(*)	(*)	64.677	0,24	10.548	0,36

(*) A partir de 1960, o IBGE passou a realizar o censo industrial, introduzindo uma mudança na classificação das indústrias e considerando outros setores que não eram levantados anteriormente.

Fonte: IBGE (1963, 1965, 1975b)

Obviamente, o número de estabelecimentos e de funcionários não foi afetado por esse fator. Nessas informações, portanto, é mais importante considerar o percentual que a indústria goiana representava no conjunto da produção brasileira do que os valores absolutos em si.

Se em valores absolutos a participação de Goiás nos números da indústria nacional não aparenta ser significativo entre 1950 e 1970, é importante notar que houve um aumento bastante expressivo durante essas duas décadas na maioria dos setores recenseados pelo IBGE. As indústrias que se instalaram no Estado, entretanto, não dependiam da utilização intensiva de mão-de-obra, já que o aumento do número de funcionários não acompanhou o aumento no número de estabelecimentos (Figura 8). Esse crescimento explica-se porque, entre 1950 e 1970, o aumento no número de estabelecimentos em Goiás foi de 545,55% enquanto que no total do país esse aumento foi de 96,88%. Também o número de funcionários empregados subiu muito acima da média nacional: foi de 494,55% em Goiás e de 114,83% no total do país, no mesmo período. Esses números mostram que, enquanto no total do país a mão-de-obra ocupada cresceu mais do que o número de estabelecimentos industriais, em Goiás ocorreu exatamente o inverso.

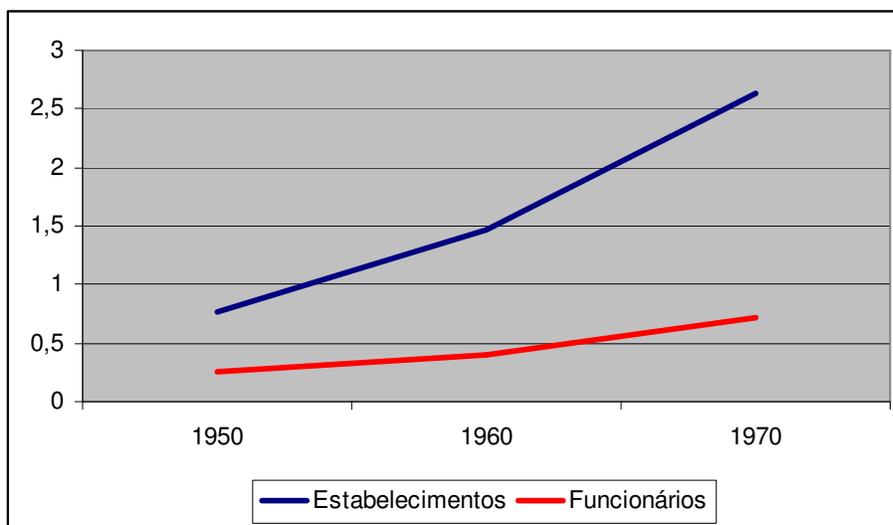


Figura 8 - Goiás - Participação percentual do número de estabelecimentos industriais e empregados ocupados em relação aos totais do Brasil - 1950 e 1970. Fonte: IBGE (1963, 1965, 1975b)

Os dados da Tabela 20 mostram também que os setores em que a indústria goiana melhor se desenvolveu são aqueles ligados de alguma forma à produção agropecuária, atividade consolidada no Estado. Dessa forma, não é estranho que setores como o de produtos alimentares, couro, peles e similares, vestuário e têxteis

e madeiras e mobiliário tivessem um crescimento significativo na participação em relação aos índices nacionais. Ao mesmo tempo, setores que dependem mais de tecnologia do que de matéria-prima agropastoril, como o químico-farmacêutico, mecânico e material elétrico, por exemplo, não tiveram um aumento equivalente.

Obviamente essa análise deve ser relativizada, porque não foram considerados os aumentos setoriais ocorridos em outras regiões do país. Mesmo assim, não se pode desprezar que, entre 1950 e 1970, houve um aumento de 0,44% para 0,67% na participação relativa do valor da produção industrial goiana no montante nacional, o que representa 52,27% de crescimento.

Além de utilizar menos mão-de-obra do que a média das indústrias nacionais, os salários pagos em Goiás também eram menores. A Tabela 21 mostra que, entre 1950 e 1970, apesar de ter havido um aumento relativo no número de operários da indústria em relação ao restante do Brasil, os salários médios tiveram uma redução significativa. Em 1950, o salário de um trabalhador da indústria goiana equivalia a 66,30% da média nacional. Vinte anos depois, esse percentual caiu para 43,50%. No mesmo período, a mão-de-obra industrial goiana subiu de 0,26% para 0,72% do total do país.

Tabela 21 - Brasil/Goiás - Mão-de-Obra Industrial - Pessoal Ocupado e Salários - 1950-1970

	1950	1960	1970
Brasil			
Pessoal ocupado (nº)	1.256.807	1.799.396	2.699.969
Total de salários (Cr\$ mil)	12.401.958	142.123.399	12.637.981
Salário médio (Cr\$)	9.867,83	78.983,95	4.680,79
Goiás			
Pessoal ocupado (nº)	3.282	7.137	19.513
% Brasil	0,26	0,40	0,72
Total de salários (Cr\$ mil)	21.471	309.579	39.733
Salário médio (Cr\$)	6.542,05	43.376,63	2.036,23
% Brasil	66,30	54,92	43,50

Fonte: IBGE (1963, 1965, 1975b)

Essa diferença pode ser explicada exatamente pelo tipo de indústria que mais cresceu no Estado: a indústria de transformação que requer menos mão-de-obra especializada, já que não era empregada tecnologia avançada para beneficiar os produtos agropecuários. É óbvio que esse perfil se modificou a partir da última década do século XX, como será visto mais adiante, mas os equipamentos e as técnicas utilizadas naquela época para se descascar o arroz ou para se curtir o

couro, por exemplo, ainda eram rudimentares se comparados com os demais setores industriais que se desenvolveram com mais pujança em outras regiões do país.

É importante ressaltar que até 1982, o salário-mínimo não era unificado e possuía valores diferentes para as diversas regiões do país, variando, inclusive, dentro do mesmo Estado. Em 1950, por exemplo, em Goiás, o salário-mínimo variava entre Cr\$ 690,00 (Goiânia, Anápolis, Catalão, Goiandira, Leopoldo de Bulhões, Pires do Rio, Silvânia e Vianópolis) e Cr\$ 550,00 (demais municípios). No mesmo ano, em São Paulo, o salário-mínimo variava entre Cr\$ 700,00 e Cr\$ 1.190,00, Estado em que havia a maior oferta de vagas na indústria (IBGE, 1953). Isso pode explicar parcialmente, também, a diferença nas médias salariais aplicadas em Goiás e no restante do país.

Em síntese, a indústria goiana até 1970 cresceu acima das médias nacionais, mesmo sem chegar a representar valores significativos diante dos números totais. Entretanto, essa indústria utilizava menos mão-de-obra, baixa especialização e privilegiava os setores de transformação ligados à produção agropecuária, até então a principal atividade econômica do Estado.

1.3.3.4 O Comércio e os Serviços

O Anuário Estatístico de 1952, editado pelo IBGE (1953), traz algumas informações interessantes sobre o custo de vida em Goiânia em 1950, baseadas no preço médio dos alimentos observado nas capitais do país (Tabela 22).

Deve-se destacar que não são levados em conta eventuais fatores excepcionais que possam ter causado distorção nos valores acima relatados.

É curioso notar algumas distorções que aparentemente não possuem uma explicação lógica se tratadas meramente pelos aspectos econômicos da produção. De maneira geral, os preços deveriam ser tão mais caros quanto a distância entre o centro produtor e o centro consumidor, uma vez que as vias de transporte oneravam a distribuição de produtos originários de outras regiões. De fato, isso ocorre em diversos casos, especialmente na Região Norte do país, onde a maioria dos preços médios, com exceção da carne de vaca, é superior às demais regiões. O valor do frete também justifica o porquê dos preços em Belém serem inferiores aos das demais capitais da mesma região, já que grande parte do comércio com o restante do país era feito por via marítima, mais barata e rápida do que a via terrestre.

Tabela 22 - Brasil - Preços médios de alguns alimentos nas capitais - 1950

Região / Capital	Açúcar (kg)	Arroz (kg)	Banha (kg)	Batata (kg)	Café (kg)	Carne de Vaca (kg)	Leite (l)	Ovos (dz)	Pão (kg)
Região Norte*	6,13	6,20	25,40	10,18	29,80	8,80	4,65	17,67	9,06
Porto Velho	5,80	7,00	25,00	11,50	35,30	7,00	7,90	23,00	11,50
Rio Branco	7,00	7,00	25,00	--	34,00	7,00	4,00	18,00	--
Manaus	5,70	6,00	22,60	12,00	27,90	12,00	3,90	13,10	6,10
Boa Vista	8,00	8,00	32,50	--	30,00	--	5,00	24,00	12,00
Belém	4,70	4,10	22,50	7,20	23,80	10,00	4,30	14,40	5,70
Macapá	5,60	5,10	24,80	10,00	27,80	8,00	2,80	13,50	10,00
Região Nordeste*	4,42	4,64	20,83	7,00	23,33	10,04	3,82	9,43	7,17
São Luís	5,60	2,90	19,00	7,00	25,00	9,00	4,80	12,00	5,70
Teresina	5,40	2,90	--	--	30,80	7,80	3,70	10,20	10,00
Fortaleza	4,50	4,10	18,50	6,30	22,30	9,60	3,90	7,60	5,60
Natal	4,10	5,00	20,00	6,30	26,50	13,30	3,30	7,50	6,50
João Pessoa	3,90	5,00	22,00	6,00	20,10	9,30	3,50	10,50	8,00
Recife	3,90	5,60	19,90	8,00	20,50	11,10	3,70	9,40	6,40
Maceió	4,20	4,90	20,60	7,10	20,20	11,00	3,50	9,40	7,30
Aracaju	4,40	5,00	22,00	8,30	22,80	8,80	3,00	7,80	10,00
Salvador	3,80	6,40	24,60	7,00	21,80	10,50	5,00	10,50	5,00
Região Sudeste*	4,22	5,32	18,20	4,76	25,06	8,06	2,84	12,42	4,84
Belo Horizonte	3,90	5,40	17,50	4,10	26,30	9,20	2,60	11,80	4,80
Vitória	4,90	5,30	19,30	4,60	25,50	6,30	2,50	10,00	6,00
Niterói	4,10	4,80	19,30	5,10	25,40	8,30	2,90	12,60	4,50
Rio de Janeiro	4,10	6,40	17,90	5,40	20,30	9,00	3,40	14,40	4,20
São Paulo**	4,10	4,70	17,00	4,60	27,80	7,50	2,80	13,30	4,70
Região Sul*	4,87	4,20	16,67	3,77	24,63	8,97	3,00	11,30	6,80
Curitiba	4,90	4,80	19,10	3,80	26,00	10,30	3,00	11,80	7,20
Florianópolis	5,00	4,00	16,80	3,50	21,00	9,10	3,00	11,00	7,50
Porto Alegre	4,70	3,80	14,10	4,00	26,90	7,50	3,00	11,10	5,70
Região Centro-Oeste*	4,90	3,20	18,40	6,40	27,25	7,90	3,75	9,95	9,40
Cuiabá	5,30	2,70	20,00	8,80	31,00	6,50	5,10	13,50	10,50
Goiânia	4,50	3,70	16,80	4,00	23,50	9,30	2,40	6,40	8,30

(*) As médias regionais foram calculadas pela média aritmética das respectivas capitais.

(**) Pela divisão geográfica do IBGE, em 1950, o Estado de São Paulo fazia parte da Região Sul. Para facilitar a compreensão, a cidade de São Paulo foi colocada junto à Região Sudeste, como é considerada hoje.

Fonte: IBGE (1953)

O transporte também é responsável por diferenças significativas entre os preços, como o que ocorre entre Goiânia e Cuiabá, por exemplo. Em alguns casos, o valor do frete inviabilizava a exportação dos produtos para outras regiões, tornando o preço local mais barato. Isso ocorre, por exemplo, com a carne de vaca em Cuiabá e em algumas capitais da Região Norte e com os ovos em Goiânia.

Mas há outros valores que não podem ser explicados por essa via. Não é compreensível, por exemplo, que a carne de vaca em Goiânia fosse mais cara do que em Macapá, principalmente se considerarmos que Goiás possuía um rebanho bovino de corte muito maior do que o Amapá. O mesmo se aplica à diferença de preço desse produto entre Goiânia e Cuiabá, já que ambos os estados possuíam

condições semelhantes de produção. E se aplica, também, a essas mesmas capitais no que se refere ao preço do litro do leite.

Poder-se-ia questionar, sob o mesmo ponto de vista, porque o café em Goiânia era mais barato do que a maioria das capitais do Sudeste, região tradicionalmente produtora e até exportadora, sendo que Goiás não tinha lavouras significativas desse produto. É o mesmo que ocorre com a banha em Goiânia com relação à Região Sul, onde o rebanho suíno era muito mais numeroso.

Para encontrar-se a resposta para essas aparentes incongruências, seria necessário realizar um estudo mais detalhado da economia da época, o que não é objetivo deste trabalho.

De maneira geral, entretanto, é possível perceber que o custo de vida em Goiânia, com base apenas nesses poucos exemplos, não era tão diferente do das capitais da Região Sudeste, apesar das distâncias que precisavam ser percorridas para a importação de alguns produtos de outras regiões do país.

Com relação às demais atividades comerciais, o levantamento do IBGE somente permite comparar a evolução da movimentação ao longo das décadas de 1950 e 1960 com base na arrecadação do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), tributo de responsabilidade dos Estados incidente sobre a atividade mercantil e que, em 1965, passou a ser denominado Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) (Tabela 23).

Tabela 23 - Brasil/Goiás - Arrecadação anual do Imposto sobre Vendas e Consignações / Imposto sobre Circulação de Mercadorias (Cr\$ 1.000) - 1950-1970

	1950	1960	1970*	% Variação 1950-1970
Brasil	8.552.553	196.841.793	8.061.719.238	94.160,97
Goiás	34.997	2.085.066	86.614.539	247.391,32
% Brasil	0,41	1,06	1,07	

(*) A partir de 1965, o imposto sobre Vendas e Consignações passou a denominar-se Imposto sobre Circulação de Mercadorias

Fonte: IBGE (1953, 1962, 1972)

Inicialmente os percentuais de variação no período parecem ser exagerados, especialmente se for levado em consideração que a inflação no período foi de apenas 209,52% (IBGE, 1972). Mas inúmeros fatores podem influenciar esses valores absolutos, tais como mudança na metodologia de coleta de informações por parte do IBGE, aumento do número de empresas formais, alterações na forma de arrecadação desse imposto, etc. Como todos esses fatores podem ter influenciado

tanto os dados de Goiás quanto os do Brasil, o importante nessa tabela é observar o comparativo entre o Estado e o país.

Percebe-se que a arrecadação do IVC em Goiás no início da década de 1950 correspondia apenas a 0,41% do total do mesmo imposto arrecadado no país. Vinte anos depois, houve um aumento significativo, passando a representar 1,07%. Mesmo assim, o comércio formal em Goiás poderia ser considerado incipiente quando comparado ao restante do Brasil. Em 1950, Goiás era o 20º colocado entre as unidades da federação na arrecadação desse imposto, ganhando apenas do Amazonas (Cr\$ 34,0 milhões), Piauí (Cr\$ 30,5 milhões), Sergipe (Cr\$ 30,4 milhões) e Mato Grosso (Cr\$ 32,8 milhões). Em 1970, o Estado já era o 11º colocado.

Esses dados permitem concluir que houve um aumento significativo na movimentação mercantil de Goiás entre 1950 e 1970, tanto no comércio interno quanto interestadual, já que as exportações eram praticamente nulas nesse período. Na realidade, em 1950, Goiás exportou para outros estados Cr\$ 692,88 milhões e importou Cr\$ 373,29 milhões, o que comprova que o comércio interestadual era mais expressivo do que o comércio local (IBGE, 1952).

A representatividade da economia goiana também pode ser observada através dos dados do setor bancário disponíveis para esse período. Em 1951, Goiás possuía 37 agências. Em 1960, esse número tinha dobrado: eram 75 agências. Dez anos depois, em 1970, o número de estabelecimentos já havia crescido para 168, o que representa um aumento de 354,05%, enquanto no país inteiro o crescimento no mesmo período foi de 189,81% (de 2.710 unidades em 1950 para 5.144 em 1970). Percebe-se, portanto, que a economia do Estado passou a demandar um volume maior de serviços financeiros, chamando a atenção das instituições bancárias que passaram a se interessar mais pela abertura de agências em território goiano. A maior parte dos recursos disponibilizados para empréstimo pelas instituições bancárias era destinada às atividades rurais (71,8% em 1950, 78,93% em 1960 e 81,13% em 1970). (IBGE 1952, 1962, 1972).

2 A REGIÃO SUDOESTE E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DAS DÉCADAS DE 1980-2000

2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E REGIONAL

A região denominada Sudoeste Goiano é formada por 26 municípios (Tabela 24), que fazem fronteira com os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Figura 9).

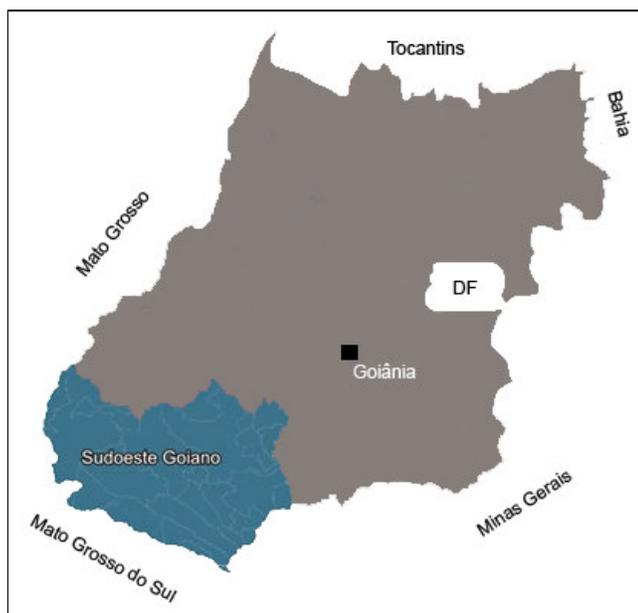


Figura 9 - Goiás - Localização Geográfica do Sudoeste Goiano. Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar de ocupar 18,08% da área total do Estado, sua população representa apenas 8,75% do total. Como pode ser observado na Tabela 24, trata-se de uma região bastante heterogênea no que se refere à densidade populacional. Apenas seis municípios concentram 75,85% de toda a população da região, não por coincidência, os mais antigos e os que apresentam maior desenvolvimento econômico. A maioria é relativamente recente e foi formada a partir do desmembramento dos municípios já existentes, como é o caso de Montividiu, Castelândia e Santo Antônio da Barra, que foram criados a partir de Rio Verde.

Tabela 24 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Área e População - 2009*

	Área (km ²)		População (hab)		Ano de Criação
		%		%	
Acreúna	1.566	2,55	19.246	3,71	1976
Aparecida do Rio Doce	602	0,98	2.871	0,55	1991
Aporé	2.900	4,72	3.708	0,72	1958
Cachoeira Alta	1.654	2,69	8.235	1,59	1953
Caçu	2.251	3,66	11.343	2,19	1953
Castelândia	297	0,48	3.557	0,69	1991
Chapadão do Céu	2.355	3,83	5.863	1,13	1991
Gouvelândia	831	1,35	4.790	0,92	1987
Itajá	2.091	3,40	5.528	1,07	1958
Itarumã	3.434	5,58	5.490	1,06	1953
Jataí	7.174	11,67	86.447	16,68	1882
Lagoa Santa	459	0,75	1.346	0,26	1997
Maurilândia	394	0,64	11.604	2,24	1963
Mineiros	8.896	14,47	48.329	9,32	1905
Montividiu	1.875	3,05	9.965	1,92	1987
Paranaiguara	1.154	1,88	7.862	1,52	1953
Perolândia	1.030	1,67	2.830	0,55	1991
Portelândia	551	0,90	3.321	0,64	1963
Quirinópolis	3.780	6,15	39.756	7,67	1943
Rio Verde	8.388	13,64	163.021	31,45	1854
Santa Helena de Goiás	1.128	1,83	36.336	7,01	1948
Santa Rita do Araguaia	1.362	2,21	6.277	1,21	1953
Santo Antônio da Barra	452	0,73	4.295	0,83	1992
São Simão	414	0,67	14.373	2,77	1958
Serranópolis	5.527	8,99	7.813	1,51	1958
Turvelândia	934	1,52	4.068	0,78	1988
Total da Região	61.499	100,00	518.274	100,00	
% de Goiás	18,08		8,75		
Goiás	340.087		5.926.300		

Fonte: Seplan/GO (2009) - (*) População estimada

Maia (2005) lembra que a região ficou praticamente desabitada até 1833, quando houve o desmembramento dos Julgados de Desemboque (Triângulo Mineiro) e Araxá da Província de Goyaz, incorporando-os à Província de Minas Gerais. Segundo Teixeira Neto (2003), a história da região inicia-se em a partir da disputa de território entre Mato Grosso e Goiás, logo após essa nova configuração de fronteiras. Depois de ocupar a margem esquerda do Rio Araguaia, isentando de impostos quem se interessasse em ocupar o território de maneira produtiva, o poder legislativo matogrossense, em 1838, criou uma paróquia em território reconhecidamente goiano. Não era a primeira vez que ocorria esse tipo de invasão de fronteiras e por isso o Governo de Goiás enviou tropas para ocupar temporariamente a região e respondeu com outra lei provincial de isenção de impostos, nos mesmos moldes daquela aprovada pela província invasora. Vinte anos depois, uma nova lei provincial definiu os limites da Paróquia Nossa Senhora

das Dores, atual Rio Verde, utilizando os rios Verde, Paranaíba, Pardo e Araguaia, o que equivale a toda a região Sudoeste atual e mais uma parte um pouco mais ao norte, desmembrando-a do território da então capital da província, a Cidade de Goiás.

Os primeiros ocupantes da região, vindos de Minas Gerais e de São Paulo, dedicaram-se à pecuária, aproveitando as isenções fiscais concedidas por lei para os criadores de bovinos, equinos e muares. Esse incentivo se justificava pelo fato da pecuária ter se estabelecido prioritariamente ao norte da província, enquanto as terras do sul foram ocupadas por lavouras, por apresentarem terras mais férteis (GALLI, 2005b).

A criação de gado encontrou no sudoeste de Goiás condições favoráveis para seu desenvolvimento: boas pastagens e água abundante. Apesar disso, o comércio com outras regiões padecia dos mesmos problemas do restante da província, ou seja, dificuldade de comunicação. A região sudoeste estava ao largo das rotas que ligavam a região sudeste do país ao Mato Grosso e encontrava-se, também, distante da capital da província. A situação melhorou um pouco com a abertura da Estrada de Ferro, no início do século XX, o que facilitou a travessia do Rio Paranaíba, oferecendo uma nova opção para o acesso à região (MAIA, 2005).

Esse é um dos motivos pelos quais até a década de 1950, como pode ser visto na Tabela 24, toda a região estava dividida em apenas quatro municípios, todos formados por grandes latifúndios de produção pecuária.

Segundo o censo de 1940, a população dos três municípios formadores do Sudoeste Goiano de então totalizava 60.492 habitantes, o que equivalia a 7,32% do total do Estado (Tabela 25).

Tabela 25 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - População e Analfabetismo - 1940

	População			Analfabetismo		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	%
Jataí	11.918	10.875	22.793	6.420	6.547	56,89
Mineiros	3.311	3.011	6.322	1.588	1.710	52,17
Rio Verde	16.271	15.106	31.377	9.256	9.781	60,67
Total	31.500	28.992	60.492	17.264	18.038	58,36
% Goiás	7,52	7,11	7,32	6,84	6,48	

Fonte: IBGE (1952)

Pela observação da Tabela 25 é possível notar dois dados interessantes. Em primeiro lugar, não houve uma modificação significativa no percentual da população

em relação ao Estado de Goiás desde 1940. Se naquela época a região representava 7,32% do total, hoje representa 8,75%.

Em segundo lugar, os índices de analfabetismo da Região Sudoeste eram inferiores à média de Goiás. É possível que isso se deva ao fato da região ter sido principalmente ocupada por migrantes de São Paulo e de Minas Gerais, onde a educação já era mais desenvolvida. Tanto assim que 9,55% dos profissionais liberais levantados pelo Censo de 1940 estavam na região (Tabela 26).

Tabela 26 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - População por Ramo de Atividade Principal Exercida - 1940

	Agropecuária	Extrativismo	Indústrias de transformação	Comércio	Transportes e Comunicações	Adm. Pública	Profissionais Liberais	Serviços
Jataí	6.041	15	288	190	96	71	51	256
Mineiros	1.284	86	155	69	23	23	19	115
Rio Verde	8.606	37	385	284	70	171	61	410
Total	15.931	138	828	543	189	265	131	781
% População	50,57	0,44	2,63	1,72	0,60	0,84	0,42	2,48
% Goiás	7,40	2,45	4,44	8,31	6,35	5,95	9,55	7,59

Fonte: IBGE (1952)

Percebe-se, pela Tabela 26, a força da agropecuária na economia da região em 1940. Mais de 50% da população declarava como atividade principal o trabalho com a agropecuária. O extrativismo era praticamente inexistente, pois a região não possuía tradição mineradora. As indústrias de transformação predominantes estavam ligadas ao beneficiamento dos produtos agropecuários, principalmente da carne e do couro (agroindústria).

As sedes dos municípios eram pequenas e a grande maioria da população morava na zona rural (Tabela 27).

Tabela 27 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - População por Situação da Residência - 1940

	Urbana	% Total	Suburbana	% Total	Rural	% Total
Jataí	2.690	11,80	184	0,81	20.039	87,92
Mineiros	1.507	23,84	917	14,50	3.927	62,12
Rio Verde	3.107	9,90	2.838	9,04	25.594	81,57
Total	7.304	12,07	3.939	6,51	49.560	81,93

Fonte: IBGE (1952)

Pela Tabela 28 é possível perceber as diferenças do Sudoeste Goiano em relação ao restante de Goiás na década de 1940. As pastagens ocupavam, em média, 81,22% da área total explorada, índice bem superior à média estadual. As propriedades eram de grande porte e em pequeno número. O percentual de propriedades é compatível com o percentual da população (7,61% e 7,32% do total do Estado, respectivamente), mas a área explorada equivale a 19,35% de toda a área aproveitada de Goiás. As lavouras equivaliam a apenas 8,25% do território goiano, mas as pastagens representavam 22,26%.

Tabela 28 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Estabelecimentos Agropecuários e Utilização - 1940

	Total propriedades	Área Total explorada (ha)	Média Área / Propriedade	Lavouras (ha)	% Área*	Pastagens (ha)	% Área
Jataí	1.349	1.864.494	1.382,13	12.362	0,66	1.511.683	81,08
Mineiros	256	543.548	2.123,23	807	0,15	479.877	88,29
Rio Verde	2.648	1.384.794	522,96	15.937	1,15	1.088.912	78,63
Goiás	55.908	19.603.521	350,64	352.667	1,80	13.839.557	70,60
% Goiás	7,61	19,35		8,25		22,26	

(*) O restante da área era improdutiva ou ocupada por matas
Fonte: IBGE (1952)

Apesar de não representar a maior atividade econômica da região, os municípios da Região Sudoeste produziam 13,52% de todo o milho e 12,81% de todo o café do Estado de Goiás, em 1940 (Tabela 29). Jataí destacava-se pela produção de feijão e café, enquanto Rio Verde produzia mais arroz, milho e cana. É certo que muitos desses produtos destinavam-se à subsistência ou à alimentação dos animais no período de seca, já que o comércio com as demais regiões do Estado ou do país era relativamente pequeno.

Tabela 29 - Goiás / Região Sudoeste - Principais Produtos Agrícolas - 1940

Produto	Goiás (t)	Sudoeste (t)	% Goiás
Arroz	61.361	5.022	8,18
Feijão	12.370	409	3,31
Mandioca	21.658	2.537	2,09
Milho	55.952	21.092	13,52
Cana	66.853	10.087	6,05
Algodão	2.685	89	3,31
Café	5.588	716	12,81

Fonte: IBGE (1952)

Em relação à pecuária, o rebanho do Sudoeste Goiano possuía 9,92% de todos os bovinos, 10,58% de todos os suínos e 12,20% de todos os ovinos de Goiás, em 1940. Em razão da dificuldade de acesso para os produtos, a principal atividade da pecuária era a produção de bezerros, que eram revendidos para os pecuaristas do Triângulo Mineiro para que lá fosse feita a engorda e o abate (Tabela 30).

Tabela 30 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Caracterização do Rebanho - 1940

	Bovinos	Equinos	Asininos	Suínos	Caprinos	Ovinos	Aves
Jataí	124.681	10.418	983	22.583	388	1.838	63.545
Mineiros	34.249	2.972	229	3.355	-	216	11.786
Rio Verde	136.083	15.109	968	43.188	507	2.119	120.906
Total	295.013	28.499	2.180	69.126	895	4.173	196.237
Goiás	2.975.305	380.513	41.009	653.537	46.370	34.199	2.212.334
% Goiás	9,92	7,49	5,32	10,58	1,93	12,20	8,87

Fonte: IBGE (1952)

A construção de Brasília, no final da década de 1950, atraiu muitos imigrantes de outras regiões do país para o Centro-Oeste, em especial para Goiás. O Sudoeste Goiano, entretanto, teve um crescimento moderado, dentro da média do Estado (Tabela 31).

Tabela 31 - Sudoeste Goiano - Número de habitantes nascidos em outros Estados e residentes há menos de 5 anos no município - 1960 / 1970

Municípios	1960			1970			Crescimento %	
	< 5 anos	População	%	< 5 anos	População	%	Outros Estados	População
Aporé	463	2.772	16,70	1.008	3.174	31,76	117,71	14,50
Cachoeira Alta	1.278	6.855	18,64	2.761	11.159	24,74	116,04	62,79
Caçu	1.388	6.453	21,51	1.936	9.885	19,59	39,48	53,18
Itajá	696	4.298	16,19	1.695	6.700	25,30	143,53	55,89
Itarumã	733	5.583	13,13	1.217	6.206	19,61	66,03	11,16
Jataí	2.900	27.680	10,48	4.370	41.364	10,56	50,69	49,44
Maurilândia					5.732	0,00		
Mineiros	1.820	7.170	25,38	1.946	15.182	12,82	6,92	111,74
Paranaiguara				1.913	9.499	20,14		
Portelândia				153	1.827	8,37		
Quirinópolis	5.034	25.598	19,67	12.405	37.917	32,72	146,42	48,12
Rio Verde	9.321	39.823	23,41	7.195	55.697	12,92	-22,81	39,86
Santa Helena de Goiás	4.146	15.999	25,91	8.471	25.481	33,24	104,32	59,27
Santa Rita do Araguaia				592	2.309	25,64		
São Simão	2.097	4.979	42,12	2.415	7.208	33,50	15,16	44,77
Serranópolis	92	4.555	2,02	410	5.179	7,92	345,65	13,70
Total	29.968	151.765	19,75	48.487	244.519	19,83	61,80	61,12
% de Goiás	7,31	7,91		8,42	8,32			
Goiás	410.189	1.917.460	21,39	575.721	2.938.677	19,59	40,36	53,26

Fonte: IBGE (1964, 1973)

2.2 A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA E SEUS EFEITOS

Assim como o restante do Estado, a região permaneceu mais ou menos estagnada até meados da década de 1970, quando foi criado o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), projeto do Governo Federal para incentivo à pesquisa e à produção nas áreas de cerrado, até então consideradas de baixa produtividade por causa de sua acidez e pouca fertilidade. Esse programa transferiu para a Embrapa um montante importante de verbas para pesquisas, o que levou ao desenvolvimento de novos cultivares e de tecnologias capazes de aproveitar o potencial das terras até então consideradas como improdutivas (MAIA, 2005; MAROUELLI, 2003).

Entre 1975 e 1982, o Polocentro beneficiou mais de 3 mil projetos, principalmente de médios e grandes produtores, com áreas superiores a 200 hectares. A intenção era destinar 40% das terras para pastagens e 60% para a agricultura, oferecendo apoio através de assistência técnica e implantação de infraestrutura (armazenamento, transporte e eletrificação). Logo após o terceiro ano de implantação, o projeto mostrou resultados acima do esperado, criando novos polos de desenvolvimento regional, inclusive no Sudoeste Goiano (MAROUELLI, 2003).

Um efeito direto desses projetos foi atrair para Goiás e Mato Grosso, especialmente para as regiões incluídas no Polocentro, agricultores de outros estados, onde as terras eram mais caras, como no caso das regiões Sul e Sudeste, ou onde as condições para a agricultura eram menos favoráveis, como no caso da Região Nordeste. Além de terras abundantes, férteis e baratas, esses agricultores buscavam novas fronteiras para a produção da soja e do milho, em razão do aumento da demanda internacional por esses produtos. Além dos agricultores interessados em adquirir terras, a região também atraiu mão-de-obra para a agricultura, especialmente da Região Nordeste (Figura 10).

Na Figura 10 é possível perceber que, em 1980, o Sudoeste Goiano abrigava 25,25% de todos os migrantes vindos do Rio Grande do Norte para Goiás, 12,62% dos paraibanos, 15,38% dos paulistas e 15,51% dos gaúchos. A participação percentual elevada de originários dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul é natural em razão da proximidade geográfica. Algumas cidades possuíam

praticamente metade de sua população originária de outros Estados, como era o caso de São Simão (56,47%), Aporé (48,48%) e Itajá (46,57%) (Figura 11). É curioso notar que as cidades mais antigas, como Jataí, Mineiros e Rio Verde, possuíam um percentual de migrantes menor do que as mais recentes, apesar destas terem sido destacadas do território daquelas. Na média, enquanto Goiás possuía 23,03% de sua população nascida em outros Estados, no Sudoeste esse percentual era de 26,05%.

Um dos resultados do Polocentro pode ser observado na Figura 12. Enquanto, na média, Goiás aumentou em cerca de 50% a área ocupada com lavouras entre 1970 e 1980, no Sudoeste Goiano essa área praticamente dobrou. Ao mesmo tempo, no Sudoeste o espaço para pastagens, apesar de ainda predominante, teve uma redução (78,52% em 1970 e 73,08% em 1980), ao passo que em Goiás essa área manteve-se praticamente inalterada (66,47% em 1970 e 65,66% em 1980). Se em 1970 as lavouras do Sudoeste representavam cerca de 15,95% de todas as lavouras do Estado, em 1980 esse percentual subiu para 19,20%. Da mesma forma, em 1970 o Sudoeste possuía 16,24% das pastagens de Goiás, índice que caiu para 13,19% em 1980.

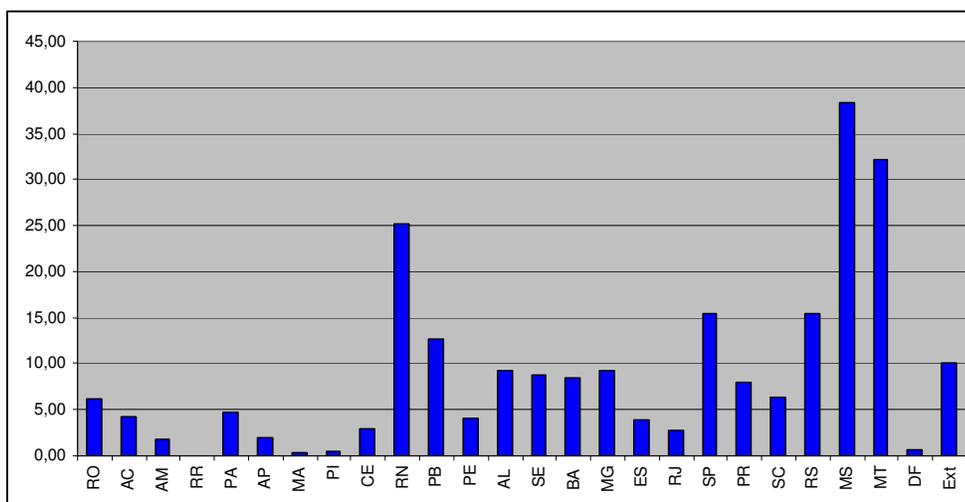


Figura 10 - Goiás - Percentual de moradores nascidos em outros Estados em relação ao total de migrantes - 1980. Fonte: IBGE (1982)

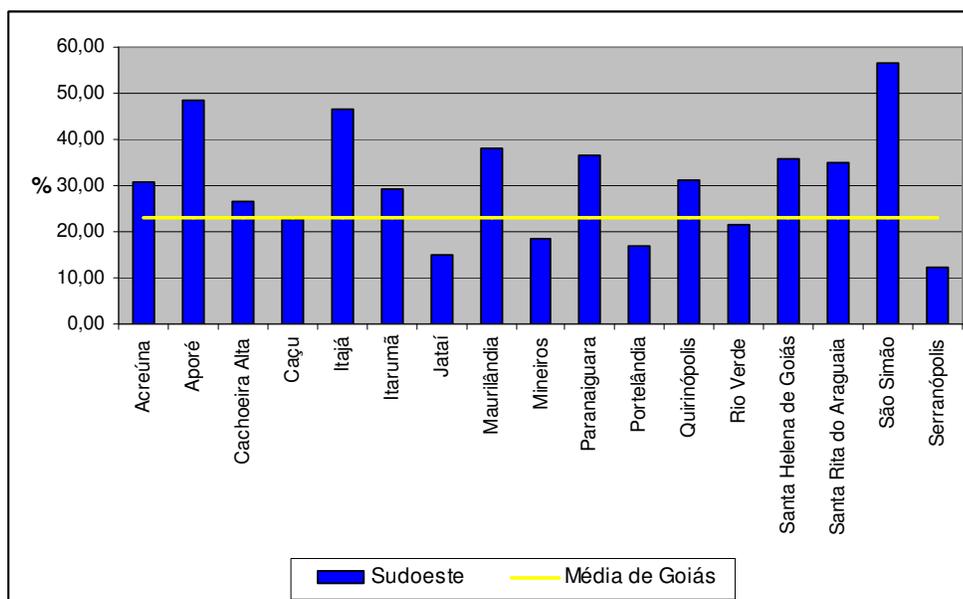


Figura 11 - Goiás - Percentual de moradores nascidos em outros Estados - 1980. Fonte: IBGE (1982)

Além da área plantada, o Sudoeste Goiano, assim como o restante do Estado, alterou significativamente sua produção na década de 1970, deixando de lado as culturas mais tradicionais, voltadas para a subsistência, e incrementando as culturas mais comerciais ou aquelas que apresentavam melhor potencial para o solo e o clima da região (Tabela 32).

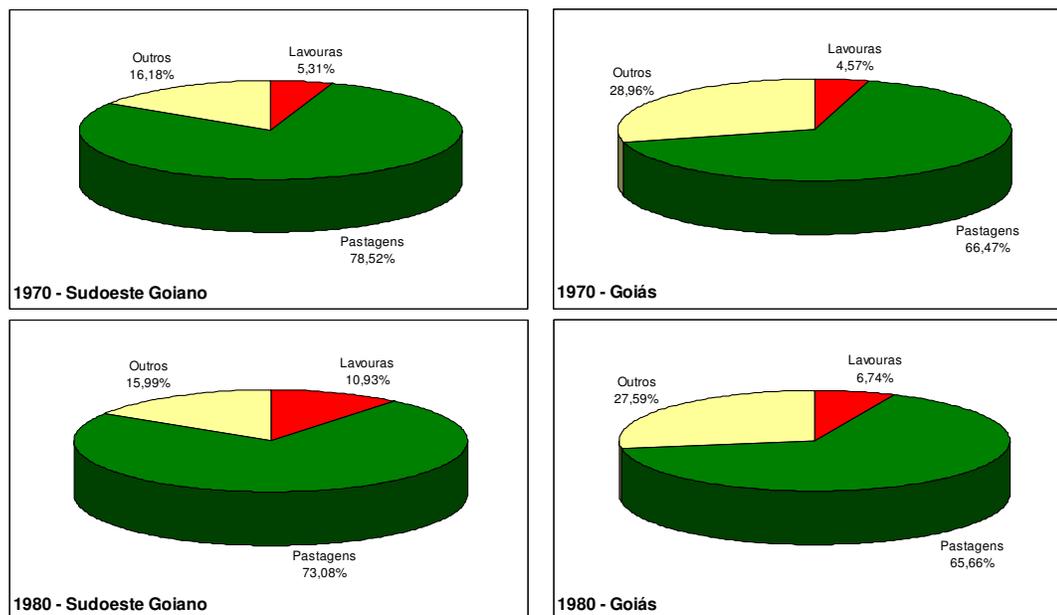


Figura 12 - Percentual de Ocupação das Terras no Sudoeste Goiano e Goiás - 1970/1980. Fonte: IBGE (1973, 1982)

Tabela 32 - Goiás - Municípios da Região Sudoeste - Evolução dos principais produtos agropecuários - 1970 / 1980

Produtos	Goiás			Sudoeste		
	1970	1980	% Variação	1970	1980	% Variação
Pecuária (cabeças)						
Bovinos	7.792.839	18.089.510	132,13	1.086.573	2.771.050	155,03
Suínos	1.680.387	1.692.304	0,71	195.656	173.396	-11,38
Aves	7.003.380	10.638.487	51,91	672.382	740.382	10,11
Agricultura (toneladas)						
Algodão	62.406	54.923	-11,99	58.173	26.319	-54,76
Arroz	893.168	1.337.975	49,80	136.022	241.930	77,86
Café	2.617	17.608	572,83	181	612	238,12
Cana	219.530	706.146	221,66	99.714	180.051	80,57
Feijão	85.630	67.676	-20,97	2.674	1.107	-58,60
Mandioca	185.491	74.014	-60,10	26.682	4.499	-83,14
Milho	547.432	1.277.414	133,35	77.856	262.580	237,26
Soja	10.219	368.477	3.505,80	5.233	130.136	2.386,83

Fonte: IBGE (1973, 1982)

As diferenças acentuadas na produção dos principais itens da agropecuária, entre 1970 e 1980, têm motivos diversos.

No caso da pecuária bovina, apesar da redução na área de pastagens, como pode ser visto na Figura 12, o número de cabeças do rebanho do Sudoeste cresceu proporcionalmente mais do que a média do Estado. Isso se deve, principalmente, a mudanças no tipo de criação: muitos criadores passaram a investir em novas tecnologias, melhorando a produtividade da pecuária extensiva, utilizando, por exemplo, pastagens cultivadas, que permitem um maior número de animais por área, no lugar das pastagens nativas. Segundo Cardoso (2002), a área de pastagens cultivadas mais que triplicou entre 1970 e 1985, passando de 9 para 30,3 milhões de hectares. O aumento no número de cabeças do rebanho goiano fez com que o Estado passasse do 5º lugar entre as unidades da federação, em 1970, para o 2º lugar, em 1980, perdendo apenas para Minas Gerais (19,5 milhões de cabeças).

Entre 1970 e 1980, o rebanho nacional de suínos cresceu apenas 3,5%. Portanto, o índice apresentado por Goiás é compatível com essa evolução. No Sudoeste Goiano, em razão do aumento acentuado do rebanho bovino, a suinocultura perdeu um pouco da importância, até porque exigia maiores investimentos em instalações e pessoal.

A avicultura brasileira de corte, na década de 1970, praticamente dobrou o número de animais (213,6 milhões, em 1970, para 413,2 milhões, em 1980), enquanto a Região Centro-Oeste aumentou apenas 50%. O aumento das regiões Sul e Sudeste deveu-se, principalmente, à abertura do mercado exterior para a carne de frango, com o início das exportações em larga escala para os mercados do

Oriente Médio. Outro fator importante para o aumento da produção foi o crescimento da demanda interna. Segundo a União Brasileira de Avicultura, entre 1970 e 1980, o consumo *per capita* no país subiu de 2,3 kg para 8,7 kg, o que equivale a 278,26%. A distância dos polos exportadores prejudicou a participação de Goiás nesse crescimento.

A produção de algodão foi prejudicada pela queda dos preços internacionais, o que tornou seu cultivo pouco rentável. Para a região Sudoeste de Goiás essa queda foi um grande problema. Em 1970, os municípios de Santa Helena de Goiás e Rio Verde eram responsáveis por 89,3% de toda a produção do Estado e 4,42% da produção nacional. Durante a década, a queda na produção desse produto foi generalizada. Tanto que, em 1980, a produção nacional havia reduzido 7,22%. Para os municípios do Sudoeste Goiano, a alternativa foi migrar para outras culturas, principalmente para o milho e para a soja (IBGE, 1973, 1982).

O arroz continuou a ser uma importante cultura do Estado de Goiás, que permaneceu no segundo lugar entre os estados produtores, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul. A participação percentual do Estado na produção nacional permaneceu praticamente estável: foi de 16,95% em 1970 e de 16,54% em 1980. O Sudoeste aumentou sua participação na produção goiana de 15,23% em 1970 para 18,08% em 1980, tanto pelo crescimento real da colheita quanto pela redução que houve em outras regiões tradicionalmente produtoras, como o denominado Mato Grosso Goiano¹, que teve sua participação reduzida de 29,16% para 13,18% no mesmo período (IBGE, 1973, 1982).

A cafeicultura goiana nunca teve grande expressividade, mas as regiões centro-sul do Estado, tanto pela proximidade geográfica com a Região Sudeste quanto pela presença de migrantes paulistas e mineiros, vem apresentando algum volume de produção. Por se tratar de uma cultura tradicional no país, o café foi um dos produtos que recebeu atenção dos projetos do Polocentro, na tentativa de adaptá-lo às terras do Cerrado. Daí o aumento significativo nos volumes de produção da década de 1970, mais concentrados na região Sudeste, com clima e solo semelhantes aos do Triângulo Mineiro. No Sudoeste Goiano, em 1980, os municípios de Rio Verde e Jataí concentravam 85,94% de todo o café colhido na região.

¹ A região denominada Mato Grosso Goiano compreende uma faixa central do Estado de Goiás, que inclui desde a capital, Goiânia, até as cidades do Vale do São Patrício.

A cultura da cana-de-açúcar recebeu um grande impulso a partir de 1975 em todo o país, a partir do lançamento do Programa Nacional do Álcool (Proalcool), projeto do Governo Federal para substituição em grande escala dos derivados de petróleo. Entre 1970 e 1980, a produção nacional dobrou (aumento de 106,00%), com destaque para a Região Sudeste, cuja participação no total passou de 59,64% para 62,84%. Goiás também recebeu projetos desse programa, e por esse motivo teve um aumento significativo em sua produção no mesmo período (221,66%). Apesar do Sudoeste Goiano ter participado desse processo, aumentando em 80,57% sua produção, as atenções estavam mais voltadas para a pecuária de corte, já tradicional, e para a produção de grãos, principal foco das atenções da Embrapa, financiada pelo Polocentro.

A produção de feijão em Goiás sempre teve por característica o atendimento do mercado interno do Estado. A década de 1970 apresentou uma redução significativa da produção da Região Nordeste do país, com uma queda de mais de 30%, enquanto o Sudeste aumentava sua colheita em 68,6%. As reduções apresentadas por Goiás e pelo Sudoeste Goiano, portanto, acompanharam a evolução da cultura nesse período. Em Rio Verde, por exemplo, a produção baixou de 934 toneladas em 1970 para apenas 67 em 1980.

A mandioca é uma cultura rústica, trazida dos estados do Nordeste para Goiás durante o período de colonização, e está voltada para atendimento do consumo local, humano e animal. Com o surgimento de alternativas mais comerciais, como as propostas pelo Polocentro, foi natural a queda na produção desse produto, tanto que o Sudoeste apresentou uma redução ainda mais acentuada do que a média do Estado.

Os dois últimos produtos analisados merecem destaque, pois foram os grandes responsáveis pelo impulso da agricultura comercial do Sudoeste na década de 1970. Nesse período, tanto o milho quanto a soja tiveram um grande aumento nas cotações internacionais, de 148% e 157%, respectivamente. Como a região dispunha de grandes áreas agricultáveis, as pesquisas da Embrapa conseguiram criar variedades adaptadas ao Cerrado e mais produtivas do que as até então disponíveis, ampliando significativamente o interesse e a produção nessa região.

O milho já fazia parte do portfólio da agricultura brasileira, sendo utilizado tanto para a alimentação humana quanto como principal componente da ração animal para suínos e aves. Mas a soja era praticamente uma novidade. Em 1970, o país produziu apenas 1,88 milhão de toneladas de soja, contra 12,77 milhões de

toneladas de milho. Dez anos depois, essa produção foi de 12,75 e 15,72 milhões de toneladas, respectivamente. Com o aumento na produção de soja da ordem de 3.505,80% (2.386,83% no Sudoeste), Goiás entrou definitivamente para o grupo de exportadores de grãos do país, o que viria a se consolidar nas décadas seguintes, ampliando-se para o restante da Região Centro-Oeste. Posteriormente, a grande produção de grãos do Sudoeste Goiano foi um dos elementos responsáveis pelo crescimento da economia, com a implantação de agroindústrias para aproveitamento desse potencial, como será visto mais adiante.

2.2.1 O Efeito sobre o Comércio e sobre a Indústria

Ao contrário do que se poderia esperar, e apesar do aumento significativo na imigração de outros estados da Federação, percentualmente a população aumentou menos do que a média do Estado (Tabela 33) e a maior redução ocorreu na zona rural, mostrando um acentuado processo de urbanização (Figuras 13 e 14), bem mais intenso do que o restante de Goiás. Por esse motivo, apesar da participação do Sudoeste Goiano na população urbana do Estado ter permanecido praticamente inalterada (8,51% em 1970 e 8,30% em 1980), a participação da população urbana caiu de 7,76% para 5,69%.

Tabela 33 - Sudoeste Goiano - Evolução da população urbana e rural - 1970/1980

	1970		1980		% Diferença 1970-1980	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Sudoeste Goiano	104.732	129.486	199.216	82.956	47,43	-56,09
Goiás	1.230.053	1.669.213	2.401.098	1.459.076	48,77	-14,40
% Goiás	8,51	7,76	8,30	5,69		

Fonte: IBGE (1973, 1982)

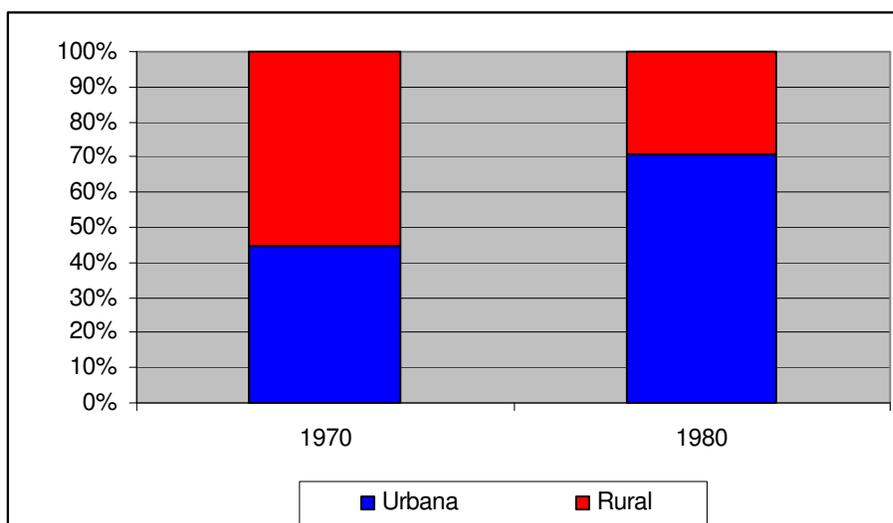


Figura 13 - Sudoeste Goiano - Percentual da População por Situação de Domicílio - 1970/1980. Fonte: IBGE (1973, 1982)

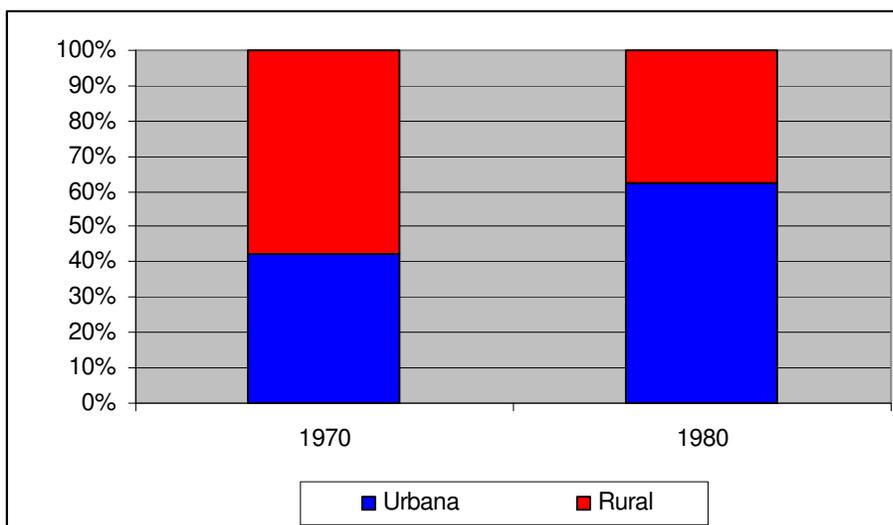


Figura 14 - Goiás - Percentual da População por Situação de Domicílio - 1970/1980. Fonte: IBGE (1973, 1982)

O processo de urbanização foi acompanhado pelo crescimento do comércio, conforme mostra a Tabela 34, não exatamente pelo número de estabelecimentos mas sim pelo número de empregados contratados. Esse crescimento, entretanto, não foi uniforme, variando muito entre os municípios. Enquanto Santa Rita do Araguaia teve um aumento de 57,14% no número de estabelecimentos comerciais e de 213,64% no número de empregados, Santa Helena teve uma redução de 21,80% e 0,26%, respectivamente.

Tabela 34 - Sudoeste Goiano - Evolução do Comércio - 1970/1980

Municípios	1970		1980		% Diferença 1970-1980	
	Estabelecimentos	Empregados	Estabelecimentos	Empregados	Estabelecimentos	Empregados
Acreúna			119	277	100,00	100,00
Aporé	8	11	6	15	-25,00	36,36
Cachoeira Alta	48	62	73	181	52,08	191,94
Caçu	53	74	85	221	60,38	198,65
Itajá	37	62	44	105	18,92	69,35
Itarumã	19	34	19	38	0,00	11,76
Jataí	538	1084	475	1703	-11,71	57,10
Maurilândia	40	55	52	125	30,00	127,27
Mineiros	148	287	204	725	37,84	152,61
Paranaiguara	75	138	61	139	-18,67	0,72
Portelândia	13	21	9	26	-30,77	23,81
Quirinópolis	226	397	313	923	38,50	132,49
Rio Verde	534	1083	673	2005	26,03	85,13
Santa Helena de Goiás	289	768	226	766	-21,80	-0,26
Santa Rita do Araguaia	14	22	22	69	57,14	213,64
São Simão	70	126	102	260	45,71	106,35
Serranópolis	15	22	24	52	60,00	136,36
Total Sudoeste	2.127	4.246	2.388	7.353	12,27	73,17
% Goiás	12,48	11,58	8,83	9,11		
Goiás	17.040	36.666	27.038	80.727	58,67	120,17

Fonte: IBGE (1975c, 1984)

Os dados da indústria também são questionáveis, já que, em 1970, o censo comercial do IBGE incluía nessa categoria todas as formas de indústria, inclusive da construção civil, o que torna difícil distinguir a diferença ocorrida naquela década na indústria de transformação.

Obedecendo os mesmos critérios, é possível perceber, pela análise da Figura 15, que o Sudoeste Goiano teve um crescimento econômico menos significativo do que a média de Goiás, na década de 1970, sob o ponto de vista do número de pessoas economicamente dependentes de cada atividade.

Não é estranho que a agropecuária tenha apresentado uma redução no número de pessoas ocupadas, já que um dos efeitos do Polocentro foi a mecanização da lavoura. Como a pecuária também apresentou um crescimento significativo, e é uma atividade que ocupa pouca mão-de-obra, essa redução pode ser considerada até pequena em função dos resultados apresentados na Tabela 32.

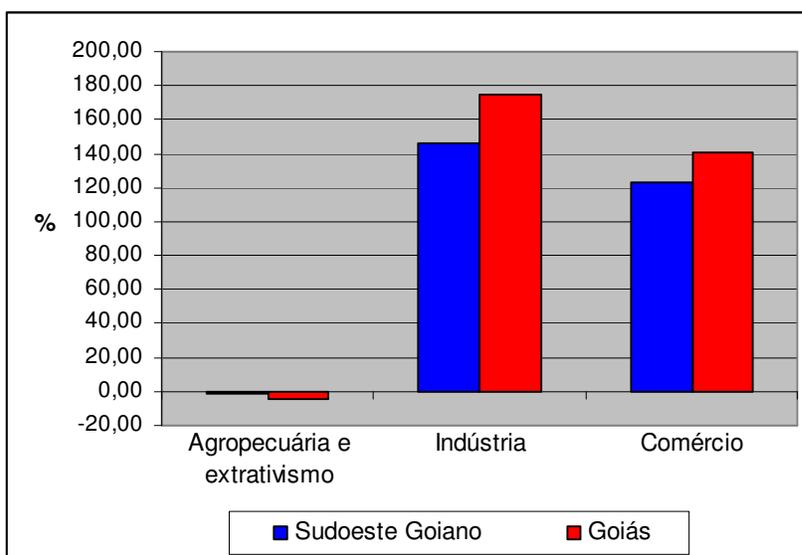


Figura 15 - Goiás / Sudoeste Goiano - Crescimento no número de pessoas com mais de 10 anos envolvidas com a agropecuária e o extrativismo, com a indústria e com o comércio - 1970/1980.
Fonte: IBGE (1975c, 1984)

Já o aumento no número de pessoas ocupadas com a indústria pode ser parcialmente explicada pela inclusão da construção civil entre os ramos dessa atividade. Obviamente, o aumento da urbanização gerou demanda por novas construções, especialmente para moradia. Mas é importante notar que o aumento na atividade industrial foi menor no Sudoeste Goiano do que ocorreu na média do Estado.

Ribeiro (2003) considera que o principal símbolo das mudanças econômicas e sociais ocorridas na Região Sudoeste de Goiás é a soja.

O cultivo, manejo e a posterior comercialização da soja se dão dentro dos moldes capitalistas de acumulação, requerendo técnicas, gerenciamento, mão-de-obra, enfim, relações de trabalho e de produção diferenciadas das caracteristicamente regionais. O novo padrão técnico de produção, por sua vez, promove, e ao mesmo tempo requer, alterações na estrutura econômica a partir da maior circulação de bens e de serviços demandados e gerados, o que desemboca na integração de capitais e capitalização das atividades agrícolas. A dinamicidade da economia regional e local é modificada uma vez que a cultura da soja é dotada da capacidade de movimentação de grandes somas de capital, colocando a região em relação estreita com o mundo. Exceto o óleo, os demais subprodutos da soja são produtos tipo exportação, com pequenos índices de consumo interno, daí a capacidade de movimentação de capital (RIBEIRO, 2003, p. 58).

E foi exatamente o potencial econômico característico da produção da soja que despertou o interesse dos empresários para a construção de agroindústrias que agregassem valor à produção agrícola já consolidada. O aumento significativo da demanda internacional pelo produto, ocorrida ao longo da década de 1980, encontrou o país em condições privilegiadas para se inserir nesse mercado, tanto

pelo desenvolvimento tecnológico alcançado quanto pela vantagem de possuir um menor custo de produção se comparado ao do principal fornecedor mundial, os Estados Unidos (LECLERCQ, 1987).

A crise econômica provocada pelo choque nos preços do petróleo, ocorrido em 1974, teve papel determinante na deterioração das finanças nacionais e, conseqüentemente, na política de financiamento agrícola e no câmbio, o que prejudicou substancialmente a capitalização dos produtores. Segundo Leclercq (1987), na safra 1984-1985 a capacidade de autofinanciamento dos produtores de soja era de 85%, índice que caiu para 8% na safra seguinte. Nesse contexto, a possibilidade de ampliação das exportações tornou-se extremamente atrativa, o que direcionou parte do capital ainda disponível para a industrialização de um produto reconhecidamente necessário para o mercado.

O ambiente econômico desfavorável atingiu, principalmente, os pequenos produtores da Região Sudoeste, que recorreram ao cooperativismo como tábua de salvação para sua sobrevivência. A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), fundada em 1975 e efetivamente iniciada no ano seguinte, teve um aumento significativo de seu quadro social nesse período, especialmente depois de 1983, quando inaugurou sua primeira planta de esmagamento e refino, em Rio Verde. Em 1980, a COMIGO contava com 721 associados, número que subiu para 1.715 em 1985 e para 4.485 em 1990. No início da década de 1990, a COMIGO contava com lojas e unidades armazenadoras espalhadas por toda a região, facilitando a intermediação (GONÇALES, 2003).

Outro ator importante desse período foi a Coinbra, filial do grupo francês de *commodities* Louis Dreyfus, instalada em Jataí em 1982 e que inaugurou sua fábrica em 1989, comercializando e processando soja para o mercado internacional (RIBEIRO, 2003).

2.3 OS PROGRAMAS OFICIAIS DE INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO

A industrialização de Goiás já era uma preocupação governamental no final da década de 1950, acompanhando a política adotada pelo Governo Federal de Juscelino Kubitschek. Em 1958 foi criado o primeiro programa diretamente voltado para esse objetivo, através da Lei Estadual nº 2.000, que beneficiava com isenção do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), por 10 anos, todos os ramos

industriais. Em 1971, através da Lei Estadual nº 7.384, esse benefício foi modificado, implantando-se o financiamento de 42% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), por um prazo de 5 anos, mantendo-se a abrangência para todos os tipos de indústria que desejassem se instalar em Goiás (FONSECA, 2004).

Em 1973, através da Lei Estadual nº 7.700, foi criado o Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio (FEICOM), que incluía a isenção do pagamento do ICM pelo prazo de 7 anos, além de uma programação de obras públicas para a implantação de infra-estrutura, como linhas de transmissão de energia, rede de telefone, água e esgoto e estradas de rodagem. Segundo Rodrigues (2003, p. 6), o programa ainda autorizava,

[...] o aproveitamento de 100% do investimento fixo realizado como crédito de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), a partir da data de início das atividades, num período de cinco anos, improrrogável. Além de garantir a infra-estrutura básica, o Governo assegurava a isenção, na forma de crédito de ICM, de 80% do consumo de telefone, de água e de energia e 100% de juros e correção monetária sobre empréstimos contraídos para aquisição de bens de capital. Garantia em parceria com a prefeitura local, a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e de Taxas e Contribuições de Melhoria.

Essa política foi acompanhada da criação dos Distritos Industriais, regiões com infraestrutura para a instalação dessas indústrias, amparadas pela Lei Estadual nº 7.776/73. Em 1976, foi inaugurado o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) e, dois anos depois, o de Itumbiara (DIAGRI). Esses e outros distritos, que atualmente estão presentes em 30 municípios, ficaram sob a responsabilidade da Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiasindustrial), sociedade de economia mista, sob controle acionário do Governo do Estado.

Na década seguinte, a agroindústria contou com outro incentivo importante para seu desenvolvimento em Goiás a partir da criação do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), criado pela Lei Estadual nº 9.489, de 19 de julho de 1984, e regulamentado pelo Decreto nº 2.453, de 22 de fevereiro de 1985.

O Fomentar dava prioridade para projetos agroindustriais, acompanhando a vocação goiana para a produção agropecuária. Em resumo, o estímulo financeiro era composto de financiamento dos projetos, empréstimo de até 70% do ICMS² a ser recolhido nos primeiros anos de funcionamento, vendas subsidiadas de lotes nos

² Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Instituído pela Constituição de 1988 em substituição ao ICM, Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

distritos agroindustriais, construção da infraestrutura básica nesses pólos e redução do ICMS para operações realizadas com outras empresas beneficiárias do programa. O prazo de duração dos incentivos variavam de acordo com diversos fatores que iam desde sua localização até o número de empregos diretos oferecidos (SILVA, M., 2002).

Em razão do Fomentar, e de outros incentivos setoriais, o estímulo governamental conseguiu implementar uma base para a indústria goiana, com a introdução de diversas plantas, de setores variados.

[...] no segmento agroindustrial, vieram para Goiás (décadas de 1980 e 1990) cerca de 18 laticínios, 09 usinas de açúcar e álcool, 11 curtumes, 10 frigoríficos, 05 indústrias alimentícias, 06 indústrias processadoras de oleaginosas e 04 de derivados de milho. Isso, indubitavelmente, ampliou substancialmente a agregação de valor no estado, pois esse tipo de indústria utiliza como insumos básicos os de origem agropecuária. Logo em seguida, outras empresas de diversos ramos se juntaram a essas: 12 metalúrgicas, 06 cerâmicas, 07 fábricas de bebidas, 04 de cimento, 14 confecções, 05 farmacêuticas, 06 de embalagens, 03 serralharias, 01 montadora de veículos utilitários e 01 de tratores (SILVA, E., 2002, p. 83).

Em janeiro de 2000, foi sancionada a Lei Estadual nº 13.591 instituindo o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) em conjunto com o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (Funproduzir), com o objetivo de aprimorar os incentivos fiscais e abrir novas alternativas para a atração de indústrias, diversificação da produção e renovação tecnológica das empresas já instaladas no Estado. O Produzir oferece financiamento de parte do ICMS, por um prazo entre 5 e 15 anos, e está dividido em diversos programas, destinados a diversos setores, inclusive a empresas de prestação de serviços que ofereçam suporte para as indústrias que aqui pretendam se instalar (Quadro 1),

Uma das principais vantagens do Produzir sobre o Fomentar é a flexibilidade de acesso para empresas de menor porte, que também são beneficiadas através do Microproduzir, o que inclui simplificação no projeto, financiamento de até 90% do ICMS, garantias exigidas escolhidas pelo agente financeiro, etc. Quando da aprovação deste projeto, as empresas que já estavam enquadradas no Fomentar puderam optar pela migração, já que no Produzir, a legislação fiscal está mais adaptada às condições atuais da economia goiana. As principais características de ambos os projetos, Produzir e Microproduzir, estão sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 1 - Goiás - Subprogramas do Produzir

Subprogramas	Objetivo	Lei de Criação
MICROPRODUZIR	Incentivar a implantação ou expansão de micro e pequenas empresas, enquadradas ou não no Regime Simplificado de Tributos Federais, desde que o faturamento não ultrapasse R\$1.200.000,00, com base no financiamento de até 90% do ICMS mensal num prazo de 3 à 5 anos (ver quadro síntese)	Lei nº. 13.591 de 18/01/00
CENTROPRODUZIR	Incentivar, por meio de apoio financeiro, a instalação, no Estado de Goiás de central única de distribuição de produtos de informática, telecomunicação, móvel, eletro-eletrônico, e utilidades domésticas em geral.	Lei nº. 13.844 de 01/06/01
TELEPRODUZIR	Prestação de assistência financeira destinada ao financiamento de parcela do custo do investimento realizado, à empresa de telecomunicação que instalar unidade central de atendimento (call center) no Estado de Goiás.	Lei nº. 13.839 de 15/05/01
COMEXPRODUZIR	Apoiar operações de comércio exterior no Estado de Goiás realizadas por empresa comercial importadora, inclusive por "trading company", que operem exclusiva ou preponderantemente com essas operações. Concede um crédito outorgado de ICMS, a ser apropriado na saída interestadual de mercadorias importadas, compensando o imposto devido pela empresa, no valor de até 65% sobre o saldo devedor do imposto no período correspondente às operações internacionais.	Lei nº. 14.186 de 27/06/02
TECNOPRODUZIR	Prestação de incentivo financeiro destinado a motivar investimentos privados para a construção da torre central do "Teleporto Parque Serrinha", cujo prazo para execução será de 03 anos, após realização do termo licitatório. O incentivo poderá ser concedido com base na arrecadação do ICMS efetivamente pago pela empresa investidora, após celebração de TARE com a Secretaria da Fazenda.	Lei nº. 14.186 de 27/06/02
LOGPRODUZIR	Incentivar a instalação e expansão de empresas operadoras de Logística de Distribuição de produtos no Estado de Goiás. O incentivo consiste na concessão de crédito outorgado sobre o ICMS incidente sobre as operações interestaduais de transportes pela empresa operadora de logística.	Lei nº. 14.244 de 29/07/02

Fonte: Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás (2009)

Além desses programas de incentivo à industrialização, foi criado, também em 2000, o Fundo de Fomento à Mineração (Funmineral), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento desse setor, que conta em Goiás com jazidas importantes de berílio, níquel, calcário, cobalto, cobre, esmeraldas, cristal de rocha, estanho, manganês, nióbio e titânio. o Funmineral apóia projetos não só de exploração mas também de prospecção e pesquisa, oferecendo também assistência técnica e financiamento para micro, pequenos e médios mineradores que pretendam se instalar em Goiás.

Quadro 2 - Goiás - Principais Características dos programas Produzir e Microproduzir

Condições	Produzir	Microproduzir	Observação	
Enquadramento	Média e grande empresa e grupo econômico	Micro e pequena empresa		
Faturamento anual	Acima de R\$1.200.000,00	Até R\$1.200.000,00		
Limite do ICMS financiável	Até 73%	até 90%		
Prazos do financiamento	Prioridade		Prioridade	
	7 anos	2	3 anos	2
	15 anos	3 ou 4	5 anos	3 ou 4
Juros	0,2% a.m	0,2% a.m	Não capitalizáveis	
Projetos	Exige projeto completo, com assinatura de economista regularizado no CORECON/GO - 18ª região.	Projeto simplificado, em modelo padrão, não necessita de economista.		
Forma de Pagamento	Recolhimento normal	27% de ICMS no TARE para o Tesouro Estadual	10% de ICMS no TARE, em modelo padrão.	
	Antecipação	10% sobre o valor mensal do ICMS financiado de 73%.	5% sobre o valor mensal do ICMS utilizado de 90%	Pagos no ato da utilização.
	ICMS	O saldo devedor acumulado do ano terá 12 meses de carência e será pago com redução através dos fatores de descontos, podendo atingir até 100%.		
	Juros	Pagos mensalmente, sobre o saldo das parcelas do ICMS financiado.		
Correção monetária	não há incidência de correção monetária			
Garantias	1- Aval ou fiança dos sócios ou diretores 2- Seguro garantia 3- Garantia real 4- Fiança bancária	O agente financeiro escolherá uma ou mais destas garantias.		
Agente Financeiro	Agência de Fomento de Goiás S/A			

Fonte: Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás (2009)

Com essas e diversas outras opções de menor porte, o Governo de Goiás criou uma rede de atendimento aos empresários locais, nacionais e do exterior, oferecendo inúmeras facilidades para a instalação de novas plantas ou expansão e modernização daquelas já existentes, visando ampliar a oferta de emprego, de maneira descentralizada, diversificar a economia do Estado e agregar valor ao setor agropecuário, que em seu estado primário está sujeito a variações climáticas e sazonais, o que pode comprometer o planejamento econômico local.

A descentralização talvez seja um dos componentes mais importantes desses programas de incentivo, já que permite a criação de pólos de desenvolvimento regionais, melhorando a oferta de trabalho e de renda nesses núcleos e permitindo o aproveitamento do potencial de cada região, reduzindo o fluxo migratório em direção à capital.

3 OS EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO SOBRE OS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DA REGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS

3.1 INDICADORES SOCIAIS

3.1.1 Demografia e Migração

Os projetos de desenvolvimento instituídos pelo Governo Estadual influenciaram as condições demográficas e socioeconômicas de Goiás após a década de 1980. Na Região Sudoeste, essas alterações foram de caráter diferente, mas não menos importante (Tabela 35).

Tabela 35 - Total da População por Tipo de Moradia - Goiás / Região Sudoeste - 1980-2000

	1980*			2000			% Variação 1980-2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Acreúna	12.319	6.866	5.453	18.301	15.883	2.418	48,56	131,33	-55,66
Aparecida Rio Doce	-	-	-	2.402	1.807	595	-	-	-
Aporé	2.764	660	2.104	3.427	2.017	1.410	23,99	205,61	-32,98
Cachoeira Alta	9.243	4.559	4.684	8.646	6.081	2.565	-6,46	33,38	-45,24
Caçu	10.739	5.727	5.012	10.575	8.092	2.483	-1,53	41,30	-50,46
Castelândia	-	-	-	3.882	3.491	391	-	-	-
Chapadão do Céu	-	-	-	3.778	2.818	960	-	-	-
Gouvelândia	-	-	-	4.009	2.956	1.053	-	-	-
Itajá	6.289	2.854	3.435	6.572	4.149	2.423	-	-	-
Itarumã	5.579	1.360	4.219	5.446	3.033	2.413	-2,38	123,01	-42,81
Jataí	53.394	42.840	10.554	75.451	68.821	6.630	41,31	60,65	-37,18
Lagoa Santa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maurilândia	5.032	3.595	1.437	8.969	8.437	532	78,24	134,69	-62,98
Mineiros	21.690	16.827	4.863	39.024	34.660	4.364	79,92	105,98	-10,26
Montividiu	-	-	-	7.736	5.410	2.326	-	-	-
Paranaiguara	6.782	4.825	1.957	8.192	7.229	963	20,79	49,82	-50,79
Perolândia	-	-	-	2.791	1.700	1.091	-	-	-
Portelândia	2.352	1.397	955	3.696	2.817	879	57,14	101,65	-7,96
Quirinópolis	36.236	22.728	13.508	36.512	30.822	5.690	0,76	35,61	-57,88
Rio Verde	74.699	55.541	19.158	116.552	106.079	10.473	56,03	90,99	-45,33
Santa Helena	26.654	20.034	6.620	34.545	32.349	2.196	29,61	61,47	-66,83
Sta Rita Araguaia	3.933	3.063	870	5.087	4.628	459	29,34	51,09	-47,24
Sto Antônio Barra	-	-	-	4.052	3.291	761	-	-	-
São Simão	11.374	10.572	802	13.552	13.277	275	19,15	25,59	-65,71
Serranópolis	5.390	2.279	3.111	6.447	3.723	2.724	19,61	63,36	-12,44
Turvelândia	-	-	-	3.524	2.289	1.235	-	-	-
Total	294.469	205.727	88.742	433.168	375.859	57.309	47,10	82,70	-35,42
Goiás	3.860.174	2.401.098	1.459.076	5.004.197	4.393.392	610.905	29,64	82,97	-58,13
% Goiás	7,63	8,57	6,08	8,66	8,56	9,38			

Fonte: IBGE/Sidra (2009) - (*) Alguns municípios não apresentam dados para a década de 1980 porque só foram criados posteriormente (ver Tabela 24).

Em primeiro lugar, houve um aumento da urbanização do Estado em comparação à média do país. Em 1980, 67,59% dos brasileiros moravam na zona urbana, índice que subiu para 81,19% em 2000. Em Goiás, no mesmo período, a variação foi de 62,20% para 87,79% (Figura 16). Já na Região Sudoeste, apesar de também ter havido um aumento acentuado da urbanização, essa se deu em menor proporção, variando de 69,86% para 86,77%. É interessante notar que, comparado à década anterior (1970 a 1980), a velocidade de urbanização dessa região foi menor do que a do restante do Estado.

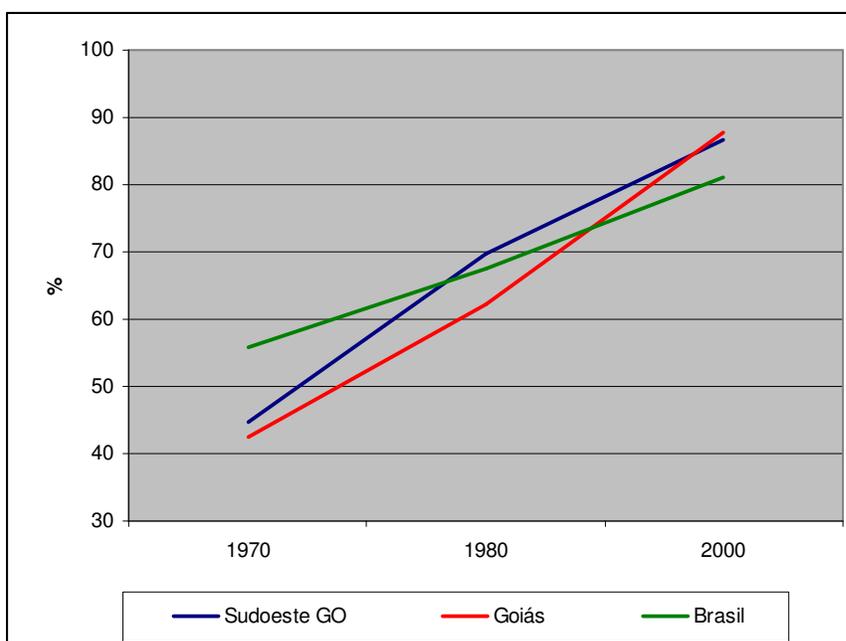


Figura 16 - Goiás / Sudoeste Goiano - Índice de Urbanização 1970-2000. Fonte: IBGE/Sidra (2009)

Isso também pode ser percebido pelo comparativo do aumento da população total em relação ao percentual de urbanização, na Tabela 35. Entre 1980 e 2000, enquanto a população goiana teve um aumento de 29,64%, na Região Sudoeste esse aumento foi de 47,10%. Porém, no mesmo período, a população moradora da região rural reduziu 58,13% em Goiás e somente 35,42% no Sudoeste. Esses índices mostram uma parte significativa do aumento da população do Sudoeste se deu na zona rural, pois o índice de urbanização da região e do Estado foi similar em 2000 (82,97% para Goiás e 82,70% para a Região Sudoeste).

Aparentemente contraditório, esse aumento deve ser observado sob o foco das mudanças econômicas ocorridas na região, como será visto mais adiante. O

crescimento da industrialização e da tecnologia agrícola voltada para a exportação atraiu um volume considerável de pessoas para o campo, inclusive de migrantes de outras regiões do país, atraídos pelas oportunidades econômicas da agricultura.

Um aspecto relevante desse período foi a divisão do Estado de Goiás, a partir de 1989, dando origem ao Estado do Tocantins³. Essa separação influenciou os índices demográficos e socioeconômicos apurados a partir de então para o Estado de Goiás, apesar de não ter afetado diretamente a Região Sudoeste. Mas é preciso ressaltar que o território desmembrado caracterizava-se pela baixa densidade populacional, pela pouca urbanização, com economia voltada em grande parte para a criação extensiva de gado de corte e pouca modernização da economia. Portanto, a partir de 1989, os indicadores de Goiás sofreram uma mudança mais acentuada provocada pela retirada desses fatores do cômputo geral do Estado.

De certa forma, isso também ocorreu dentro da Região Sudoeste de Goiás, pela criação de 9 novos municípios somente entre 1980 e 2000, a partir do desmembramento de outros já existentes (Quadro 3). Algumas dessas emancipações vinham sendo politicamente trabalhadas há alguns anos e a partir do desenvolvimento econômico e social ocorrido nesse período, conseguiram ser aprovadas, melhorando as condições de gestão de toda a região. Deve-se lembrar que, até a década de 1940, todo o Sudoeste Goiano estava dividido em apenas três municípios (Rio Verde, Jataí e Mineiros), o que prejudicava a descentralização administrativa e o desenvolvimento.

Quadro 3 - Goiás / Região Sudoeste - Municípios criados após 1980

Município	Ano	Município de Origem
Aparecida do Rio Doce	1991	Jataí
Castelândia	1991	Rio Verde
Chapadão do Céu	1991	Mineiros, Serranópolis e Aporé
Gouvelândia	1987	Quirinópolis
Lagoa Santa	1997	Itajá
Montividiu	1987	Rio Verde
Perolândia	1991	Jataí
Santo Antônio da Barra	1992	Rio Verde
Turvelândia	1988	Acreúna

Fonte: Seplan/GO (2009)

³ A região norte do Estado de Goiás teve seu desenvolvimento prejudicado pela distância em relação à capital, Goiânia. Apesar de haver iniciativas de emancipação desde o século XIX, e de ter sido esta aprovada em 1985 pelo Congresso Nacional, a separação entre os dois Estados foi vetada pelo então Presidente José Sarney. A divisão só se efetivou pelo artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, em 1988, sendo criado oficialmente o Estado do Tocantins em 1º de janeiro de 1989.

Se parte das diferenças entre os municípios, no que se refere ao crescimento e à urbanização entre os anos de 1980 e 2000 pode ser atribuída a essas emancipações, parte também se deu pelas próprias características das atividades econômicas ali desenvolvidas. Maurilândia, por exemplo, que teve o segundo maior índice de aumento populacional nesse período (78,24%), só perdendo para Mineiros (79,92%), deve grande parte desse crescimento à Usina Vale do Verdão, que começou a ser construída em 1980, no município vizinho, Turvelândia, exatamente na região limítrofe entre os dois municípios. A abertura dessa destilaria incrementou acentuadamente a produção de cana-de-açúcar em ambos os municípios, provocando, inclusive, a migração de habitantes de outros municípios do Sudoeste. Esse e outros casos semelhantes justificam parte do crescimento e até da redução na população sofrida no período 1980-2000, já que a migração interna foi intensa na região.

A migração de outros Estados do país foi um dos motivos do crescimento da população entre 1980 e 2000, tanto em Goiás quanto na Região Sudoeste (Tabela 36).

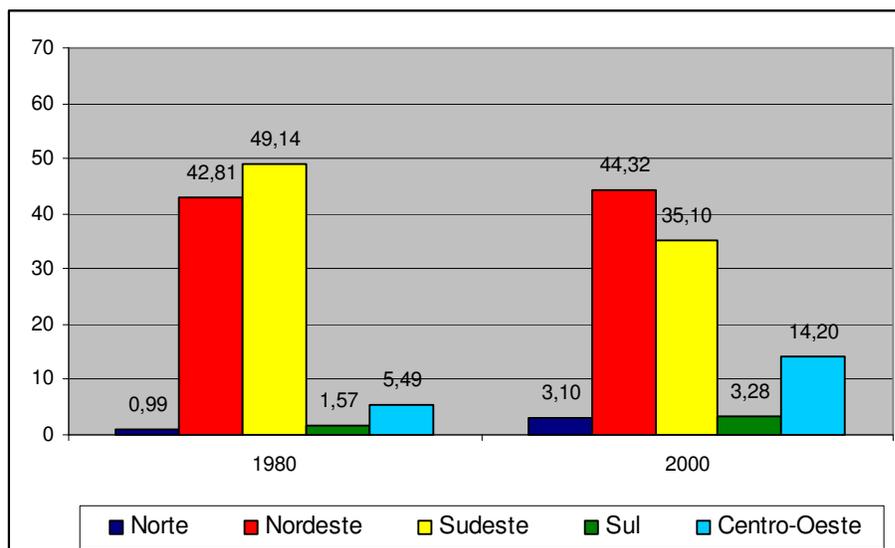
Alguns municípios atraíram mais migrantes do que outros, possivelmente por motivos históricos, relacionados à própria ocupação de seus territórios, ou econômicos, dependendo do tipo de produto que mais se desenvolveu em cada região. Na média, como seria de se esperar pela proximidade geográfica, a Região Sudeste é a origem da maior parte dos migrantes para o Sudoeste Goiano. Em 2000, 43,68% dos moradores que nasceram em outras regiões do país vinham do Sudeste, enquanto em Goiás esse índice era de 35,10% (Figuras 17 e 18).

É possível notar que a composição da migração do Sudoeste Goiano era diferente da média de Goiás, tanto em 1980 quanto em 2000. Nesse período, destaca-se o aumento da participação dos moradores originários das regiões Sul e Sudeste, enquanto no restante do Estado predominou o crescimento de oriundos das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Alguns Estados, entretanto, se destacam pela participação percentual na população migrante, e há, inclusive, alguns núcleos em determinados municípios que diferem do restante da região (Quadro 4).

Tabela 36 - Goiás/Sudoeste - População nascida em outros Estados do Brasil - 1980-2000

Município	1980		2000		% Migrantes	
	População	Migrantes	População	Migrantes	1980	2000
Acreúna	12.319	3.775	18.301	4.675	30,64	25,55
Aparecida do Rio Doce		-	2.402	461		19,19
Aporé	2.764	1.336	3.427	1.473	48,34	42,98
CachoeiraAlta	9.243	2.434	8.646	1.806	26,33	20,89
Caçu	10.739	2.448	10.575	2.274	22,80	21,50
Castelândia		-	3.882	1.299		33,46
Chapadão do Céu		-	3.778	2.305		61,01
Gouvelândia		-	4.009	1.021		25,47
Itajá	6.289	2.929	6.572	2.153	46,57	32,76
Itarumã	5.579	1.635	5.446	1.258	29,31	23,10
Jataí	53.394	8.068	75.451	11.943	15,11	15,83
Maurilândia	5.032	-	8.969	3.201	-	35,69
Mineiros	21.690	3.966	39.024	8.513	18,28	21,81
Montividiu		-	7.736	3.680		47,57
Paranaiguara	6.782	2.487	8.192	2.277	36,67	27,80
Perolândia		-	2.791	769		27,55
Portelândia	2.352	-	3.696	680	-	18,40
Quirinópolis	36.236	11.303	36.512	8.340	31,19	22,84
RioVerde	74.699	16.000	116.552	24.648	21,42	21,15
Santa Helena de Goiás	26.654	9.524	34.545	8.917	35,73	25,81
Santa Rita do Araguaia	3.933	1.384	5.087	1.894	35,19	37,23
Santo Antônio da Barra		-	4.052	1.027		25,35
São Simão	11.374	6.423	13.552	5.668	56,47	41,82
Serranópolis	5.390	665	6.447	1.122	12,34	17,40
Turvelândia		-	3.524	1.317		37,37
Total Sudoeste	294.469	74.231	433.168	102.040	25,21	23,56
Goiás	3.860.174	894.650	5.004.197	1.223.086	23,18	24,44
% Goiás	7,63	8,30	8,66	8,34		

Fonte: IBGE/Sidra (2009)

**Figura 17** - Goiás - Percentual de migrantes segundo as Regiões do país - 1980-2000. Fonte: IBGE/Sidra (2009).

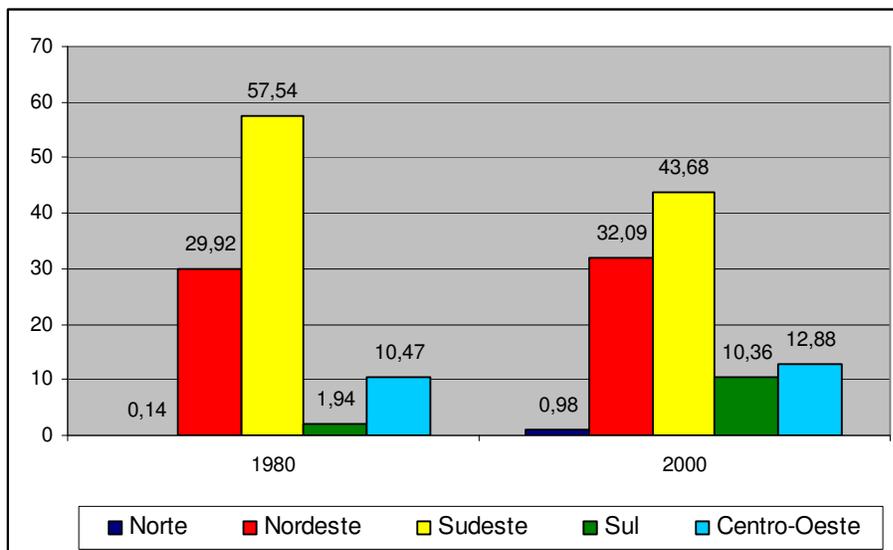


Figura 18 - Sudoeste Goiano - Percentual de migrantes segundo as Regiões do país - 1980-2000.
Fonte: IBGE/Sidra (2009).

Quadro 4 - Principais Estados de Origem dos Migrantes para Goiás e para o Sudoeste Goiano - 2000

Ranking	Goiás		Sudoeste Goiano	
	Estado	%	Estado	%
1	Minas Gerais	27,10	Minas Gerais	31,04
2	Bahia	15,41	Bahia	12,56
3	Distrito Federal	10,59	São Paulo	11,98
4	Maranhão	7,25	Mato Grosso	8,61
5	São Paulo	6,41	Rio Grande do Norte	8,38

Fonte: IBGE/Sidra (2009)

Em 2000, dentre os migrantes, a população originária da Região Nordeste era maioria nos municípios de Maurilândia (62,76%), Turvelândia (62,26%), Santo Antônio da Barra (56,18%), Santa Helena (52,10%), Acreúna (51,02%), Serranópolis (40,46%), Portelândia (36,03%) e Jataí (25,43%). Ao mesmo tempo, os oriundos da Região Sul eram maioria em Chapadão do Céu (48,33%) e Perolândia (31,34%). Essa região do país, aliás, possui uma comunidade significativa no Sudoeste Goiano, que abriga 32,3% de todos os gaúchos, 22,7% dos paranaenses e 18,3% dos catarinenses moradores de Goiás. Note-se que, novamente, Maurilândia e Turvelândia se destacam na proporção de migrantes da Região Nordeste do país, o que reforça a influência da cultura da cana-de-açúcar sobre os indicadores demográficos daqueles municípios.

Infelizmente, esse detalhamento dos dados demográficos só é feito em anos censitários, o que só deverá ocorrer em 2010. Entretanto, o IBGE realiza a contagem da população e a coleta de alguns outros indicadores, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que fornecem um perfil mais atualizado da situação do país.

Iniciando-se pela população, ao longo da década de 2000, houve uma acomodação da população nos municípios do Sudoeste, através da migração interna provocada pela abertura de novas oportunidades de trabalho distribuídas pelos municípios. Por esse motivo, a contagem da população de 2007, realizada pelo IBGE, mostra queda da população em algumas cidades e aumentos acentuados em outras (Tabela 37).

Tabela 37 - Sudoeste Goiano - População 1980-2007

Municípios	1980	2000	% Variação 1980-2000	2007	% Variação 2000-2007
Acreúna	12.319	18.301	48,56	18.553	1,38
Aparecida do Rio Doce		2.402		2.702	12,49
Aporé	2.764	3.427	23,99	3.554	3,71
Cachoeira Alta	9.243	8.646	(6,46)	8.103	(6,28)
Caçu	10.739	10.575	(1,53)	10.892	3,00
Castelândia		3.882		3.530	(9,07)
Chapadão do Céu		3.778		5.289	39,99
Gouvelândia		4.009		4.507	12,42
Itajá	6.289	6.572	4,50	5.409	(17,70)
Itarumã	5.579	5.446	(2,38)	5.338	(1,98)
Jataí	53.394	75.451	41,31	81.972	8,64
Lagoa Santa				1.225	
Maurilândia	5.032	8.969	78,24	10.769	20,07
Mineiros	21.690	39.024	79,92	45.189	15,80
Montividiu		7.736		9.255	19,64
Paranaiguara	6.782	8.192	20,79	7.724	(5,71)
Perolândia		2.791		2.748	(1,54)
Portelândia	2.352	3.696	57,14	3.310	(10,44)
Quirinópolis	36.236	36.512	0,76	38.064	4,25
Rio Verde	74.699	116.552	56,03	149.382	28,17
Santa Helena de Goiás	26.654	34.545	29,61	35.027	1,40
Santa Rita do Araguaia	3.933	5.087	29,34	5.873	15,45
Santo Antônio da Barra		4.052		4.134	2,02
São Simão	11.374	13.552	19,15	13.832	2,07
Serranópolis	5.390	6.447	19,61	7.333	13,74
Turvelândia		3.524		3.852	9,31
Total	294.469	433.168	47,10	487.566	12,56
Goiás	3.860.174	5.004.197	29,64	5.647.035	12,85
% Goiás	7,63	8,66		8,63	
Brasil	119.011.052	169.872.856	42,74	183.987.291	8,31
Região Centro-Oeste	7.545.769	11.638.658	54,24	13.222.854	13,61

Fonte: IBGE (2007); Seplan/Seplin (2009)

As causas dessa variação são diversas. Houve um aumento mais significativo naqueles municípios onde foram instaladas empresas com grande absorção de mão-de-obra, ou aqueles onde houve oportunidade de desenvolvimento do setor agropecuário para fornecimento de matéria-prima para essas indústrias. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Rio Verde, Chapadão do Céu e Maurilândia. É possível perceber essa acomodação pelos índices de aumento da população nesse período. O Sudoeste teve um crescimento de 12,56%, muito próximo da média do Estado (12,85%), o que indica que houve uma redução do fluxo migratório externo, que foi bastante acentuado entre 1980-2000 (crescimento de 47,10%).

Outra possível causa para a ocorrência do fluxo interno é o excesso de oferta de mão-de-obra, que migrou para o município nas décadas anteriores, e que por não conseguir ser absorvido buscou em outros locais novas oportunidades de trabalho. Isso parece ter ocorrido, por exemplo, nas cidades que apresentaram altos índices de crescimento populacional entre 1980 e 2000 e índices abaixo da média no período seguinte, como Acreúna e Portelândia, por exemplo.

De qualquer forma, é possível perceber que após o crescimento populacional acelerado ocorrido entre 1980 e 2000, o Sudoeste Goiano continua apresentando crescimento, mas agora mais próximo da média do restante do Estado, mas ainda acima do crescimento da população do país.

3.1.2 Educação e Saúde

A migração teve influência nos índices de escolaridade do Sudoeste Goiano, provocando uma redução menos acentuada no analfabetismo do que na média do Estado de Goiás (Tabela 38). Se em 1980 o índice de analfabetismo na Região Sudoeste era inferior ao da média do Estado (37,22% e 39,59%, respectivamente), essa tendência inverteu-se nos dados levantados pelo IBGE em 2000. O Sudoeste Goiano apresentou índice de analfabetismo de 14,15%, enquanto a média de Goiás foi de 12,94%.

Tabela 38 - Goiás / Sudoeste Goiano - Índices de Analfabetismo na População com mais de 5 anos de idade - 1980-2000

Municípios	1980 ⁽¹⁾			2000		
	População > 5 anos	<2 anos de estudo	%	População > 5 anos	Analfabetos	%
Acreúna	10.425	4.787	45,92	16.497	3.002	18,20
Aparecida do Rio Doce				2.179	393	18,04
Aporé	2.332	815	34,95	3.125	532	17,02
Cachoeira Alta	8.021	3.518	43,86	7.908	1.310	16,57
Caçu	9.298	3.309	35,59	9.754	1.384	14,19
Castelândia				3.524	752	21,34
Chapadão do Céu				3.366	249	7,40
Gouvelândia				3.707	628	16,94
Itajá	5.468	2.410	44,07	5.942	905	15,23
Itarumã	4.712	1.699	36,06	4.903	726	14,81
Jataí	45.987	15.531	33,77	68.337	8.168	11,95
Lagoa Santa						
Maurilândia				8.040	1.566	19,48
Mineiros	18.919	6.045	31,95	35.426	5.026	14,19
Montividiu				6.993	890	12,73
Paranaiguara	5.990	2.196	36,66	7.589	1.380	18,18
Perolândia				2.497	416	16,66
Portelândia				3.330	590	17,72
Quirinópolis	31.637	11.806	37,32	33.640	4.456	13,25
Rio Verde	64.576	23.779	36,82	106.047	13.021	12,28
Santa Helena de Goiás	22.905	9.447	41,24	31.451	5.114	16,26
Santa Rita do Araguaia	3.328	1.294	38,88	4.585	720	15,70
Santo Antônio da Barra				3.645	875	24,01
São Simão	9.891	3.742	37,83	12.383	2.018	16,30
Serranópolis	4.580	1.963	42,86	5.736	912	15,90
Turvelândia				3.166	686	21,67
Total Sudoeste Goiás	248.069	92.341	37,22	393.770	55.719	14,15
% Goiás	7,54	7,09		8,71	9,52	

(1) Nos dados do IBGE para 1980, há apenas a separação entre os que sabem ler e escrever e os que não sabem. Seguindo a tendência mais recente, que expande o conceito para o analfabetismo funcional, mesmo que de maneira estrita, optou-se por considerar como analfabetos, para fins de comparação, aqueles que declararam ter menos de 2 anos de estudos formais.

Fonte: IBGE/Sidra (2009).

Alguns comparativos impõem-se para fins de justificativa da influência da migração sobre esses índices. Note-se, por exemplo, que em Chapadão do Céu, onde o maior percentual de migrantes tinha origem na Região Sul, tradicionalmente mais desenvolvida sob o ponto de vista sócio-educacional, foi o município com menor índice de analfabetismo da região em 2000 (apenas 7,40%). Já os municípios onde a migração da Região Nordeste predominou, refletiram o perfil original dessa população, ou seja, foram os que apresentaram índices de analfabetismo superiores à média regional, principalmente os recém-criados (Tabela 39).

Tabela 39 - Sudoeste Goiano - Municípios com maior percentual de migrantes da Região Nordeste e Índices de Analfabetismo - 2000

Município	% Migrantes da Região NE	% Analfabetismo
Maurilândia	62,76	19,48
Turvelândia	62,26	21,67
Santo Antônio da Barra	56,18	24,01
Santa Helena	52,10	16,26
Acreúna	51,02	18,20
Portelândia	36,03	17,72
Médias do Sudoeste Goiano	32,09	14,15

Fonte: IBGE/Sidra (2009)

De certa forma isso se justifica porque a maior parte dos migrantes foi formada por adultos, que vieram em busca de oportunidades de trabalho nas lavouras, tarefa para a qual não é exigida escolaridade e sim capacidade braçal, especialmente na colheita das lavouras de cana-de-açúcar. Os dados da Tabela 39 reforçam essa conclusão, mostrando que, quando considera-se a população urbana e a população rural, os indicadores são um pouco diferentes, destacando-se municípios onde o analfabetismo é mais acentuado na zona urbana, outros na zona rural e outros ainda em que a diferença não é tão significativa entre as duas áreas.

Uma característica importante que precisa ser considerada na análise da Tabela 40 é que, nos municípios mais populosos, como é o caso de Jataí, Rio Verde, Santa Helena e Quirinópolis, a população economicamente menos favorecida, que contém os migrantes com menor escolaridade, está estabelecida na periferia das cidades, onde a caracterização entre zona urbana e rural é bem delimitada. Já nos municípios menores, e principalmente naqueles mais jovens, essa diferenciação não é tão evidente, o que pode provocar distorções no levantamento da população.

Mas a diferenciação entre as zonas rural e urbana mostra uma outra situação que não havia sido levantada anteriormente: no Sudoeste Goiano, o índice de analfabetismo da zona rural foi inferior à média de Goiás em 2000, enquanto na zona urbana ocorreu exatamente o contrário. É possível que essa diferença tenha ocorrido justamente em função das políticas de desenvolvimento governamentais ocorridas durante as décadas de 1970 e 1980, que provocaram um maior desenvolvimento tecnológico da produção agropecuária, atraindo uma mão-de-obra melhor preparada para poder acompanhar essa demanda. Em 2000, a

industrialização e sua influência sobre os indicadores da população urbana ainda eram recentes, e só irão se refletir na década seguinte.

Tabela 40 - Sudoeste Goiano - Analfabetismo da População com mais de 5 anos de idade, por situação de moradia - 2000.

Município	População > 5 anos		Analfabetos		%	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Acreúna	14.393	2.104	2.508	494	17,43	23,48
Aparecida do Rio Doce	1.647	532	282	111	17,12	20,86
Aporé	1.854	1.271	321	211	17,31	16,60
Cachoeira Alta	5.665	2.243	986	324	17,41	14,44
Caçu	7.467	2.287	1.081	303	14,48	13,25
Castelândia	3.148	376	656	96	20,84	25,53
Chapadão do Céu	2.531	835	152	98	6,01	11,74
Gouvelândia	2.763	944	487	141	17,63	14,94
Itajá	3.764	2.178	549	357	14,59	16,39
Itarumã	2.750	2.153	424	302	15,42	14,03
Jataí	62.357	5.980	7.301	867	11,71	14,50
Maurilândia	7.573	467	1.446	120	19,09	25,70
Mineiros	31.599	3.827	4.327	699	13,69	18,26
Montividiu	4.914	2.079	643	247	13,09	11,88
Paranaiguara	6.698	891	1.242	139	18,54	15,60
Perolândia	1.505	992	262	155	17,41	15,63
Portelândia	2.552	778	486	104	19,04	13,37
Quirinópolis	28.510	5.130	3.601	855	12,63	16,67
Rio Verde	96.787	9.260	11.719	1.302	12,11	14,06
Santa Helena de Goiás	29.364	2.087	4.790	324	16,31	15,52
Santa Rita do Araguaia	4.161	424	660	60	15,86	14,15
Santo Antônio da Barra	2.962	683	716	158	24,17	23,13
São Simão	12.137	246	1.984	34	16,35	13,82
Serranópolis	3.434	2.302	552	360	16,07	15,64
Turvelândia	2.054	1.112	519	166	25,27	14,93
Total Sudoeste	342.589	51.181	47.694	8.027	13,92	15,68
Goiás	3.971.135	550.315	477.424	107.696	12,02	19,57

Fonte: IBGE/Sidra (2009)

Outro fator que precisa ser ressaltado é que, em 2000, os municípios mais recentes ainda não tinham conseguido organizar de maneira adequada seus serviços públicos, o que inclui a rede escolar e o atendimento à saúde da população. Mesmo assim, a evolução da qualidade de vida nesses locais pode ser verificada na Tabela 41, que apresenta a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos anos de 1991 e 2000.

Tabela 41 - Sudoeste Goiano - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação (IDH-M Educação) - 1991-2000

MUNICÍPIO	1991	2000	% Variação 1991-2000
Acreúna	0,708	0,845	19,35
Aparecida do Rio Doce	0,619	0,815	31,66
Aporé	0,678	0,813	19,91
Cachoeira Alta	0,718	0,813	13,23
Caçu	0,748	0,856	14,44
Castelândia	0,606	0,772	27,39
Chapadão do Céu	0,728	0,908	24,73
Gouvelândia	0,648	0,818	26,23
Itajá	0,677	0,825	21,86
Itarumã	0,626	0,797	27,32
Jataí	0,775	0,874	12,77
Maurilândia	0,671	0,800	19,23
Mineiros	0,745	0,837	12,35
Montividiu	0,704	0,819	16,34
Paranaiguara	0,629	0,819	30,21
Perolândia	0,678	0,832	22,71
Portelândia	0,757	0,866	14,40
Quirinópolis	0,789	0,917	16,22
Rio Verde	0,747	0,871	16,60
Santa Helena de Goiás	0,721	0,840	16,50
Santa Rita do Araguaia	0,741	0,845	14,04
Santo Antônio da Barra	0,569	0,766	34,62
São Simão	0,712	0,876	23,03
Serranópolis	0,671	0,803	19,67
Turvelândia	0,674	0,764	13,35
Goiás	0,765	0,866	13,20

Fonte: Seplan/Sepin (2009)

Se em 1991, 23 dos municípios do Sudoeste Goiano apresentavam IDH-M de Educação inferiores à média do Estado, em 2000 esse número caiu para 19, sendo que praticamente todos os municípios da região apresentara percentual de crescimento superior ao da média de Goiás, com exceção de Mineiros e Jataí. Como o IDH-M é calculado com base nos dados do IBGE, e para a Educação são levados em consideração não só as taxas de analfabetismo mas também as taxas de matrícula em todos os níveis de ensino, os resultados apresentados pelo Sudoeste Goiano mostram não só uma evolução significativa se comparados com o restante do Estado, mas também uma tendência de desenvolvimento importante, pois, de maneira geral, os investimentos em educação não apresentam reflexos imediatos sobre os índices.

Segundo Barros e Mendonça (1997, p. 1), "o nível educacional da população adulta de um país é o resultado de décadas de investimento em educação, da

mesma forma que o estoque de capital físico da economia é o resultado de décadas de investimento em máquinas, equipamentos e infra-estrutura." Além disso, esses investimentos apresentam, a médio e longo prazos, resultados que ultrapassam a possibilidade real de mensuração, pois influenciam todos os setores da sociedade.

Uma das grandes dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação) mas, também, geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. Do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro. No entanto, acreditamos que as externalidades geradas pela educação podem, em geral, superar em grande medida os seus efeitos privados. A magnitude dos efeitos externos da educação é, contudo, bem pouco conhecida e difícil de estimar (BARROS; MENDONÇA, 1997, p. 1).

Dessa forma, mais importante do que verificar o aumento percentual no IDH-M durante a década transcorrida entre 1991 e 2000, é o resultado que esse investimento terá para as décadas seguintes, especialmente nos fatores destacados pelos autores, tais como o aumento na expectativa de vida ou a elevação de salários. Indiretamente, esses investimentos também provocam uma reação em cadeia, pois dentre os fatores que influenciam a escolha das empresas para instalação de suas plantas está o nível de escolaridade da população, ou seja, a oferta de mão-de-obra qualificada para atender suas necessidades.

A partir de 2000, esses investimentos continuaram a ser realizados, mas de maneira mais seletiva, já que houve uma mudança na taxa de crescimento geométrico populacional, com ocorreu em todo o restante do país (Tabela 42).

A análise da Tabela 42 mostra que as variações nas matrículas realizadas no Ensino Fundamental estiveram abaixo das alterações nas taxas de crescimento dos municípios. Em outras palavras, mesmo tendo havido uma redução nas taxas de crescimento da população, o que provoca uma mudança no perfil etário, reduzindo o número proporcional de crianças e adolescentes, a quantidade de matrículas no Ensino Fundamental não se reduziu na mesma proporção, o que indica que a população tem se mostrado mais atenta para a importância da educação para seu futuro pessoal e profissional.

[

Tabela 42 - Sudoeste Goiano - Matrículas no Ensino Fundamental e Taxa Geométrica de Crescimento - 2000-2007

Município	Matrículas			Taxa de Crescimento		
	2000	2007	% Var	2000	2007	% Var
Acreúna	4.263	3.640	-14,61	2,97	0,20	-93,27
Aparecida do Rio Doce	685	682	-0,44	-	1,70	
Aporé	717	591	-17,57	-4,07	0,52	87,22
Cachoeira Alta	1.737	1.314	-24,35	0,05	-0,92	-1940,00
Caçu	2.099	1.646	-21,58	-0,66	0,42	36,36
Castelândia	900	625	-30,56	-	-1,35	
Chapadão do Céu	910	1.089	19,67	-	4,92	
Gouvelândia	884	707	-20,02	-0,35	1,69	-382,86
Itajá	1.482	947	-36,10	0,76	-2,74	-460,53
Itarumã	1.126	1.017	-9,68	-0,81	-0,29	135,80
Jataí	16.731	13.890	-16,98	1,51	1,19	-21,19
Lagoa Santa	-	350		-	-	
Maurilândia	2.144	2.394	11,66	2,28	2,65	16,23
Mineiros	8.927	8.232	-7,79	2,54	2,12	-16,54
Montividiu	1.757	1.824	3,81	3,67	2,59	-29,43
Paranaiguara	1.895	1.294	-31,72	1,02	-0,84	-182,35
Perolândia	799	567	-29,04	-	-0,22	
Portelândia	1.088	882	-18,93	2,27	-1,56	-168,72
Quirinópolis	8.222	6.011	-26,89	0,70	0,60	-14,29
Rio Verde	25.804	24.556	-4,84	2,14	3,61	68,69
Santa Helena de Goiás	8.073	5.963	-26,14	0,46	0,20	-56,52
Santa Rita do Araguaia	1.100	976	-11,27	1,29	2,07	60,47
Santo Antônio da Barra	976	781	-19,98	-	0,29	
São Simão	2.631	2.417	-8,13	2,25	0,29	-87,11
Serranópolis	1.285	1.143	-11,05	-2,17	1,86	14,29
Turvelândia	821	745	-9,26	4,18	1,28	-69,38
Total	97.056	84.283	-13,16			
Goiás	1.124.217	960.166	-14,59	2,46	1,74	-29,27

Fonte: Seplan/Sepin (2009)

Tanto assim que, no caso do Ensino Médio, houve um aumento significativo de ingressantes, entre 2000 e 2007, como mostra a Tabela 43. A média no crescimento de matrículas nesse nível de ensino foi quase o triplo do verificado no restante do Estado (17,86% contra 6,89%).

Esse aumento acentuado na procura pelo Ensino Médio deve-se, em grande parte, às exigências do mercado de trabalho, ampliadas pela instalação de indústrias que demandam profissionais melhor capacitados para a operação de máquinas e equipamentos de última geração. Atualmente já quase inexistem vagas para candidatos que só possuam o Ensino Fundamental. Como o aumento na procura, aumentou, também, a participação da região no total de matriculados no Ensino Médio do Estado de Goiás, de 7,57% para 8,35%.

Tabela 43 - Sudoeste de Goiás - Matrículas no Ensino Médio - 2000-2007

MUNICÍPIO	2000	2007	%
Acreúna	602	670	11,30
Aparecida do Rio Doce	107	165	54,21
Aporé	113	146	29,20
Cachoeira Alta	345	293	-15,07
Caçu	529	500	-5,48
Castelândia	133	173	30,08
Chapadão do Céu	197	300	52,28
Gouvelândia	111	189	70,27
Itajá	212	317	49,53
Itarumã	108	217	100,93
Jataí	3.938	3.851	-2,21
Lagoa Santa	-	129	
Maurilândia	331	493	48,94
Mineiros	1.629	1.816	11,48
Montividiu	285	626	119,65
Paranaiguara	330	413	25,15
Perolândia	132	103	-21,97
Portelândia	105	176	67,62
Quirinópolis	1.887	1.750	-7,26
Rio Verde	5.288	7.106	34,38
Santa Helena de Goiás	1.576	1.651	4,76
Santa Rita do Araguaia	309	396	28,16
Santo Antônio da Barra	146	264	80,82
São Simão	476	503	5,67
Serranópolis	210	280	33,33
Turvelândia	171	185	8,19
Total	19.270	22.712	17,86
Goiás	254.548	272.086	6,89
% de Goiás	7,57	8,35	

Fonte: Seplan/Sepin (2009)

Da mesma forma como houve um aumento da demanda em todos os níveis de ensino, houve investimentos nas redes pública e privada para tentar acompanhar essa procura. Um sinal dessa preocupação pode ser observado através do incremento no número de salas de aula no período 2000-2007 (Tabela 44).

É importante notar que o crescimento no número de salas de aula no Sudoeste Goiano foi maior do que o crescimento populacional no mesmo período e bastante superior ao aumento verificado na média do Estado de Goiás. Como os números mostram as salas disponíveis para todos os níveis do Ensino Básico (Pré-Escola a Ensino Médio), e como houve uma redução na demanda pelo Ensino Fundamental, isso demonstra uma maior preocupação com as duas pontas desse

nível educacional, ou seja, uma maior oferta de vagas para a Pré-Escola e para o Ensino Médio, e foi o que realmente ocorreu.

Tabela 44 - Sudoeste Goiano - Número de Salas de Aula, nos níveis Pré-Escolar, Fundamental e Médio - 2000-2007

Municípios	2000	2007	%Var	% Crescimento da População 2000-2007
Acreúna	99	143	44,44	1,38
Aparecida do Rio Doce	19	19	0,00	12,49
Aporé	30	35	16,67	3,71
Cachoeira Alta	57	59	3,51	-6,28
Caçu	85	75	-11,76	3,00
Castelândia	22	24	9,09	-9,07
Chapadão do Céu	29	68	134,48	39,99
Gouvelândia	30	45	50,00	12,42
Itajá	46	43	-6,52	-17,70
Itarumã	28	42	50,00	-1,98
Jataí	456	607	33,11	8,64
Lagoa Santa	-	16		
Maurilândia	41	55	34,15	20,07
Mineiros	241	271	12,45	15,80
Montividiu	73	94	28,77	19,64
Paranaiguara	58	58	0,00	-5,71
Perolândia	17	22	29,41	-1,54
Portelândia	23	27	17,39	-10,44
Quirinópolis	264	283	7,20	4,25
Rio Verde	715	914	27,83	28,17
Santa Helena de Goiás	178	173	-2,81	1,40
Santa Rita do Araguaia	30	29	-3,33	15,45
Santo Antônio da Barra	27	35	29,63	2,02
São Simão	74	113	52,70	2,07
Serranópolis	44	50	13,64	13,74
Turvelândia	25	22	-12,00	9,31
Total	2.711	3.322	22,54	12,56
Goiás	30.036	34.020	13,26	12,85
% Goiás	9,03	9,76		

Fonte: Seplan/Sepin (2009)

Assim como foi mostrado na Tabela 43 para o Ensino Médio, que apresentou um aumento de 17,86% no número de matrículas, também houve um crescimento na procura pela Pré-Escola, que até há pouco tempo não vinha recebendo a importância necessária tanto por parte da população quanto das autoridades (Tabela 45).

Conforme o esperado, realmente houve um incremento no número de matrículas da Pré-Escola, no período 2000-2007, apesar deste ter sido menor do que a média do restante do Estado, 5,64% para 7,64%.

Tabela 45 - Sudoeste Goiano - Matrículas na Pré-Escola - 2000-2007

Município	2000	2007	% Var
Acreúna	433	429	-0,92
Aparecida do Rio Doce	30	80	166,67
Aporé	128	96	-25,00
Cachoeira Alta	113	97	-14,16
Caçu	214	248	15,89
Castelândia	119	44	-63,03
Chapadão do Céu	184	330	79,35
Gouvelândia	69	93	34,78
Itajá	166	124	-25,30
Itarumã	95	86	-9,47
Jataí	1.621	1.728	6,60
Lagoa Santa	-	34	
Maurilândia	239	108	-54,81
Mineiros	629	1.017	61,69
Montividiu	235	290	23,40
Paranaiguara	94	187	98,94
Perolândia	40	82	105,00
Portelândia	95	122	28,42
Quirinópolis	414	810	95,65
Rio Verde	2.867	2.138	-25,43
Santa Helena de Goiás	454	691	52,20
Santa Rita do Araguaia	217	159	-26,73
Santo Antônio da Barra	189	11	-94,18
São Simão	178	367	106,18
Serranópolis	187	123	-34,22
Turvelândia	62	90	45,16
Total	9.072	9.584	5,64
Goiás	87.153	93.808	7,64
% Goiás	10,41	10,22	

Fonte: Seplan/Sepin (2009)

Há duas consequências importantes a médio e longo prazos desse perfil do setor educacional para a região e para o Estado. Em primeiro lugar, o início da vida escolar mais precoce favorece a aprendizagem e melhora as condições de aproveitamento futuras para os alunos. Tanto assim que o Ensino Fundamental foi estendido de 8 para 9 anos. Assim, o aumento no número de crianças matriculadas na Pré-Escola sinaliza que no futuro os índices educacionais, ao menos em teoria, tendem a ser mais elevados.

No outro lado, o crescimento do Ensino Médio, mostra uma importante mudança de mentalidade tanto da população quanto das autoridades no que diz respeito à preparação do jovem para os desafios do mercado de trabalho presente e futuro. Com os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas, é cada vez mais importante o aumento na escolaridade, não só para poder acompanhar esse

desenvolvimento mas também para poder ascender aos níveis de ensino superiores, que tendem a ser também mais exigidos ao longo do tempo.

Uma pesquisa realizada pelo IPEA em 2002 mostrou que a cada ano adicional de educação há um aumento de cerca de 16% na renda do trabalhador, o que reforça ainda mais a importância dessa elevação nos níveis educacionais, tanto para a atração de novos investimentos quanto para a melhoria das condições socioeconômicas da população (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002).

Se o desenvolvimento econômico do Sudoeste Goiano começou a dar mostras de melhoria na qualidade de vida da população, o que foi sinalizado pelo aumento nos investimentos e na infraestrutura educacional, com relação à saúde o resultado também foi positivo.

Tome-se por exemplo a evolução nos índices da mortalidade infantil apresentados pela região entre 1990 e 2000 (Tabela 46).

Tabela 46 - Sudoeste Goiano - Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos) - 1990-2000

MUNICÍPIO	1990	2000	% Variação 1990-2000
Acreúna	35,64	21,13	-40,71
Aparecida do Rio Doce	39,53	17,77	-55,05
Aporé	39,53	23,82	-39,74
Cachoeira Alta	34,62	28,90	-16,52
Caçu	34,62	16,89	-51,21
Castelândia	39,53	20,02	-49,35
Chapadão do Céu	39,53	11,36	-71,26
Gouvelândia	34,62	22,10	-36,16
Itajá	34,62	22,10	-36,16
Itarumã	34,62	28,88	-16,58
Jataí	39,53	17,77	-55,05
Maurilândia	39,53	23,82	-39,74
Mineiros	39,53	16,58	-58,06
Montividiu	39,53	17,77	-55,05
Paranaiguara	34,62	22,10	-36,16
Perolândia	39,53	28,66	-27,50
Portelândia	39,53	12,12	-69,34
Quirinópolis	34,62	16,81	-51,44
Rio Verde	25,75	14,43	-43,96
Santa Helena de Goiás	39,53	25,03	-36,68
Santa Rita do Araguaia	39,53	20,02	-49,35
Santo Antônio da Barra	39,53	9,92	-74,91
São Simão	34,62	28,90	-16,52
Serranópolis	39,53	23,82	-39,74
Turvelândia	35,64	38,71	8,61
Goiás	33,90	21,30	-37,17
Brasil	49,40	27,40	-44,53

Fonte: Seplan/Seplan (2009)

Em 1990, apenas Rio Verde apresentava uma taxa de mortalidade infantil menor do que a média de Goiás (25,75 contra 33,90, respectivamente), mas todos tinham indicadores melhores do que a média nacional. Em 2000, dezesseis municípios já tinham conseguido superar a média do Estado, mas quatro permaneceram acima da média nacional, enquanto 11 conseguiram uma redução mais acentuada do que o restante do país.

Outro índice interessante para verificar os avanços obtidos na saúde da população é o IDH-M de Longevidade (Tabela 47). É certo que outros fatores interferem nesse indicador, tais como redução da pobreza e melhoria nas condições nutricionais da população. De certa forma, todos eles estão relacionados à saúde, mas, de maneira geral, o IDH-M mostra um panorama da qualidade da saúde em toda a população, incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Tabela 47 - Sudoeste Goiano - IDH-M Longevidade - 1991-2000

MUNICÍPIO	1990	2000	% Variação 1990-2000
Acreúna	0,658	0,751	14,13
Aparecida do Rio Doce	0,687	0,776	12,95
Aporé	0,676	0,734	8,58
Cachoeira Alta	0,650	0,703	8,15
Caçu	0,682	0,783	14,81
Castelândia	0,710	0,759	6,90
Chapadão do Céu	0,761	0,830	9,07
Gouvelândia	0,682	0,745	9,24
Itajá	0,663	0,745	12,37
Itarumã	0,598	0,703	17,56
Jataí	0,687	0,776	12,95
Maurilândia	0,671	0,734	9,39
Mineiros	0,656	0,785	19,66
Montividiu	0,618	0,776	25,57
Paranaiguara	0,678	0,745	9,88
Perolândia	0,617	0,704	14,10
Portelândia	0,687	0,823	19,80
Quirinópolis	0,646	0,783	21,21
Rio Verde	0,684	0,803	17,40
Santa Helena de Goiás	0,678	0,726	7,08
Santa Rita do Araguaia	0,644	0,759	17,86
Santo Antônio da Barra	0,722	0,844	16,90
São Simão	0,575	0,703	22,26
Serranópolis	0,671	0,734	9,39
Turvelândia	0,616	0,651	5,68
Goiás	0,668	0,745	11,53
Brasil	0,699	0,757	8,30

Fonte: Seplan/Sepin (2009)

Em relação a esse índice, em 1991, onze municípios apresentavam condições inferiores à média de Goiás, número que baixou para nove em 2000. Porém, nesse mesmo período, quinze dos municípios apresentaram aumento mais acentuado do que o Estado, sendo que dois deles, Montividiu e São Simão, tiveram uma melhoria superior ao dobro do que foi observado em todo o território goiano.

O Unicef criou recentemente um outro índice quinquenal que pode servir como referencial de desenvolvimento social, o Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI), que é calculado a partir de indicadores que incluem a escolaridade dos pais, a cobertura vacinal, o atendimento pré-natal às gestantes e o percentual de crianças matriculadas na Pré-Escola. Segundo o Unicef, esse instrumento foi criado para auxiliar na formulação de políticas públicas e acompanhar a evolução dos países, estados e municípios no alcance das Metas do Milênio. "o IDI é particularmente útil para mobilizar recursos e vontade política, no processo de descentralização e municipalização das políticas e dos serviços destinados ao desenvolvimento infantil." (UNICEF, 2007, p. 108). O IDI varia entre 0 e 1, considerando até 0,500 como um índice de desenvolvimento infantil baixo, entre 0,500 e 0,799 um desenvolvimento médio e acima de 0,800 um desenvolvimento elevado. A Tabela 48 mostra a situação dos municípios do Sudoeste Goiano, segundo esse índice, medido nos anos de 1999 e 2004.

Através desse indicador, é possível perceber ainda com mais clareza que o desenvolvimento social no Sudoeste Goiano se deu de maneira irregular, apesar da região, em média, ter apresentado um crescimento significativo nesse setor. Aparentemente, alguns municípios conseguiram criar políticas sociais voltadas para a infância que deram resultados, a ponto desses serem detectados pelos índices medidos pelo Unicef, e a curto prazo. São Simão, por exemplo, em apenas cinco anos, conseguiu o que provocou sua ascensão do 2.646^º lugar entre os municípios brasileiros, em 1999, para a 666^a posição, em 2004. Dentro do Estado, o município subiu do 173^º lugar para o 34^º lugar (UNICEF, 2007).

Infelizmente, alguns municípios, como Santa Rita do Araguaia e Perolândia, não conseguiram avançar nesses indicadores e até regrediram. No caso de Perolândia, o índice que mais influenciou essa queda foi o percentual de matrículas na Pré-Escola, o que, ao menos aparentemente, foi corrigido, pelo que pode ser observado na Tabela 45. Entre 2000 e 2007, Perolândia foi o 3^º município da região em aumento no número de matrículas nesse nível de ensino (105,00%), só perdendo para Aparecida do Rio Doce (166,67%) e São Simão (106,18%). Se houve

ou não influência do IDI sobre as políticas públicas de incentivo para que houvesse esse aumento, não é possível determinar. Mas é possível que os indicadores divulgados a partir de 2009 poderão ser melhores para Perolândia, já que essa deficiência começou a ser sanada.

Tabela 48 - Sudoeste Goiano - Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) - 1999/2004.

Município	1999	2004	% Var
Acreúna	0,598	0,692	15,72
Aparecida do Rio Doce	0,648	0,663	2,31
Aporé	0,602	0,657	9,14
Cachoeira Alta	0,646	0,646	0,00
Caçu	0,700	0,765	9,29
Castelândia	0,634	0,765	20,66
Chapadão do Céu	0,744	0,813	9,27
Gouvelândia	0,608	0,754	24,01
Itajá	0,630	0,677	7,46
Itarumã	0,534	0,705	32,02
Jataí	0,670	0,748	11,64
Lagoa Santa		0,817	
Maurilândia	0,593	0,629	6,07
Mineiros	0,645	0,755	17,05
Montividiu	0,587	0,737	25,55
Paranaiguara	0,526	0,619	17,68
Perolândia	0,596	0,579	-2,85
Portelândia	0,652	0,655	0,46
Quirinópolis	0,694	0,708	2,02
Rio Verde	0,642	0,674	4,98
Santa Helena de Goiás	0,601	0,680	13,14
Santa Rita do Araguaia	0,662	0,589	-11,03
Santo Antônio da Barra	0,585	0,696	18,97
São Simão	0,562	0,789	40,39
Serranópolis	0,573	0,693	20,94
Turvelândia	0,552	0,575	4,17
Goiás	0,642	0,691	7,63
Brasil	0,609	0,667	9,52

Fonte: Unicef (2007)

De qualquer forma, entre 1999 e 2004, apenas dez municípios da região apresentaram evolução percentual menor do que a da média de Goiás, enquanto outros quinze foram superiores a esta. Mas, no cômputo geral, houve uma evolução significativa no número de município enquadrado em cada décimo do índice, conforme pode ser visto na Figura 19.

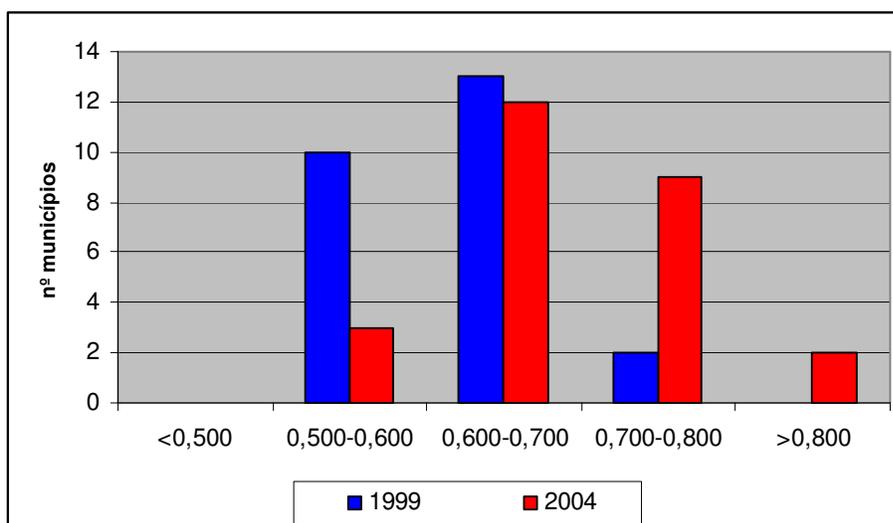


Figura 19 - Sudoeste Goiano - Número de municípios de acordo com a classificação do IDI - 1999/2004. Fonte: Unicef (2007)

3.1.3 Emprego e Renda

Para que os indicadores sociais vistos anteriormente sejam significativos e sustentáveis, é necessário que tenha havido, também, uma evolução nos níveis de emprego e renda, garantindo à população condições mais dignas e melhor qualidade de vida.

A Tabela 49 mostra a evolução da renda *per capita* na Região Sudoeste, entre 1991 e 2000. Infelizmente não há dados para os dois limites temporais que estão sendo utilizados nessa parte do trabalho, porém com esse intervalo é possível perceber as mudanças provocadas pelo novo perfil econômico da região.

O IPEA fornece essas informações já devidamente ajustadas com os índices inflacionários, o que permite um equilíbrio, apesar do período avaliado. Em ambos os anos, vinte municípios tiveram renda *per capita* inferior à do Estado. Isso não surpreende, quando considera-se que o aumento da população no Sudoeste Goiano foi significativamente superior à média do restante do Estado nesse período (47,10% contra 29,64%). Portanto, apesar de relativizada a comparação, é importante perceber que, se fosse mantido o mesmo crescimento populacional, a renda *per capita* seria superior, já que esse indicador é calculado através da média ponderada renda *per capita* familiar.

Tabela 49 - Sudoeste Goiano - Renda *per Capita* (em R\$ de 2000)
- 1991-2000

Município	1991	2000	% Var
Acreúna	166,94	249,96	149,72
Aparecida do Rio Doce	133,76	218,70	163,50
Aporé	143,14	273,28	190,92
Cachoeira Alta	193,11	251,54	130,26
Caçu	241,82	276,40	114,30
Castelândia	138,03	209,71	151,93
Chapadão do Céu	192,23	381,03	198,22
Gouvelândia	153,90	191,45	124,40
Itajá	180,17	216,73	120,30
Itarumã	209,91	265,60	126,53
Jataí	236,30	304,95	129,05
Maurilândia	180,45	184,78	102,40
Mineiros	262,48	289,86	110,43
Montividiu	229,15	383,36	167,30
Paranaiguara	203,43	241,72	118,82
Perolândia	131,97	211,07	159,94
Portelândia	137,04	237,93	173,63
Quirinópolis	205,63	243,30	118,32
Rio Verde	220,78	339,81	153,91
Santa Helena de Goiás	201,47	220,85	109,62
Santa Rita do Araguaia	206,31	208,77	101,19
Santo Antônio da Barra	124,65	168,51	135,19
São Simão	130,73	233,65	178,73
Serranópolis	199,01	241,27	121,24
Turvelândia	131,29	181,34	138,12
Goiás	211,90	285,96	134,95
Brasil	230,30	297,23	129,06

Fonte: Ipeadata (2009)

Entretanto, é preciso destacar que no período disponibilizado (1991-2000) já havia uma certa acomodação dessa renda. Os aumentos mais significativos haviam ocorrido nas duas décadas anteriores, que coincidem com a consolidação das políticas de expansão agrícola da década de 1970 e o início da implantação das indústrias, e sua conseqüente influência sobre os demais setores da economia, ocorridos na década de 1980.

As figuras 20 e 21 mostram essas mudanças, entre os anos 1980 e 2000, com valores relacionados ao salário-mínimo, respectivamente para o Sudoeste Goiano e para a média do Estado de Goiás.

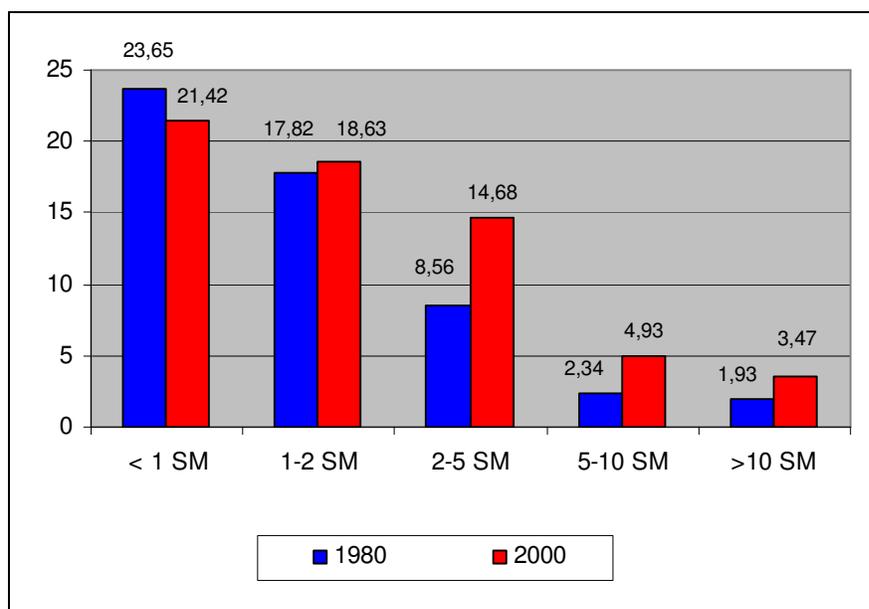


Figura 20 - Sudoeste Goiano - Percentual de Trabalhadores Economicamente Ativos, segundo as faixas de renda, em salários-mínimos - 1980-2000. Fonte: Ipeadata (2009)

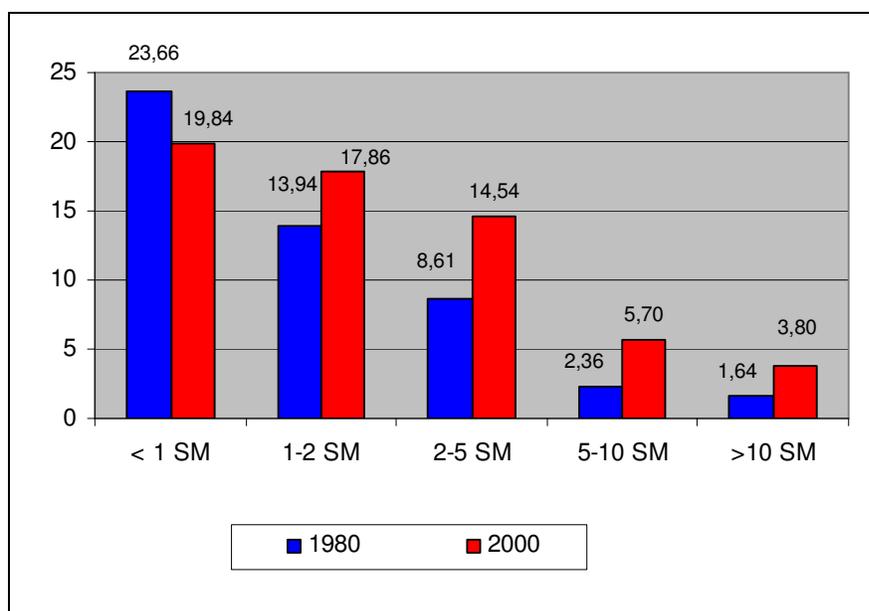


Figura 21 - Goiás- Percentual de Trabalhadores Economicamente Ativos, segundo as faixas de renda, em salários-mínimos - 1980-2000. Fonte: Ipeadata (2009)

A análise dos gráficos das Figuras 20 e 21 mostra que houve uma importante evolução da renda dos trabalhadores entre 1980 e 2000, apesar disso ter ocorrido com mais relevância na média do Estado de Goiás do que no Sudoeste Goiano. Porém, apesar de não ser tão evidente, no Sudoeste do Estado houve um aumento

mais relevante para a população que recebia entre 1 e 5 salários-mínimos, quando comparado à média do Estado.

O crescimento da economia, que será visto a seguir, mostra mais detalhes sobre os efeitos causados pelos incentivos governamentais sobre as condições de vida do Sudoeste Goiano.

3.2 INDICADORES ECONÔMICOS

3.2.1 Agropecuária

A agropecuária sempre foi o principal setor econômico da região, tanto por motivos históricos quanto pela vocação natural e pelas características geográficas do Sudoeste Goiano. Entre 1980 e 2000, o crescimento da produção total da região foi mais acentuado do que o do Estado, conforme pode ser visto na Tabela 50.

Os dados permitem verificar que o crescimento da produção total da agropecuária do Sudoeste Goiano foi mais acentuado na década de 1980 do que na década de 1990, pelo que mostra o comparativo com o ano de 2007. Os valores individuais não são tão representativos porque podem ter sido influenciados por fatores climáticos ou de mercado, mas o comparativo entre a produção da região com os mesmos totais para Goiás e para o Brasil mostra que as diferenças são significativas.

Parte desse crescimento se deve às políticas de expansão da agricultura e da pecuária da década de 1970, que trouxeram tecnologia e novas práticas produtivas para o setor, melhorando sua produtividade por área e favorecendo os produtos para exportação. Outra parte, entretanto, foi provocada pela entrada na região de agroindústrias de beneficiamento ou que dependem dessa produção como matéria-prima, como é o caso da Perdigão, que inaugurou uma fábrica em Rio Verde, em 2003, para abate e industrialização de aves e suínos, o que movimentou toda a cadeia produtiva da região. Além da criação dos animais, as propriedades rurais precisaram ampliar sua produção de milho e soja, utilizados na alimentação das aves e suínos.

Tabela 50 - Sudoeste Goiano - Produção Total da Agropecuária - em R\$ de 2000 (mil) - 1980-2007*

Municípios	1980	1990	2007	% Var 2007- 1980	% Var 2007- 1990
Acreúna	92.522	34.112	35.258	38,11	103,36
Aparecida do Rio Doce			744		
Aporé	10.797	37.919	1.875	17,37	4,95
Cachoeira Alta	7.364	1.057	641	8,70	60,63
Caçu	14.188	1.088	853	6,01	78,45
Castelândia			11.356		
Chapadão do Céu			163.168		
Gouvelândia		4.289	12.008		279,96
Itajá	2.730	2.618	311	11,38	11,87
Itarumã	10.816	2.188	2.171	20,07	99,22
Jataí	37.865	57.352	248.441	656,12	433,18
Maurilândia	12.682	9.409	19.831	156,38	210,77
Mineiros	27.776	45.166	143.532	516,76	317,79
Montividiu		22.131	92.748		419,08
Paranaiguara	4.771	3.024	623	13,06	20,61
Perolândia			36.673		
Portelândia	4.165	9.486	21.413	514,08	225,73
Quirinópolis	57.003	12.158	24.634	43,21	202,62
Rio Verde	120.027	110.825	214.769	178,93	193,79
Santa Helena de Goiás	62.465	45.034	71.516	114,49	158,80
Santa Rita do Araguaia	2.745	1.072	5.538	201,76	516,53
Santo Antônio da Barra			5.774		
São Simão	3.723	435	659	17,69	151,59
Serranópolis	11.075	25.224	23.625	213,31	93,66
Turvelândia		27.748	27.449		98,92
Total	482.715	452.334	1.165.611	241,47	257,69
Goiás	1.840.715	1.528.265	3.685.742	200,23	241,17
Brasil	59.479.914	50.031.585	65.697.344	110,45	131,31

Fonte: Ipeadata (2009) / (*) Valores deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB Nacional

Além da Perdigão, a maioria das agroindústrias instaladas no Sudoeste Goiano a partir de 1980 está ligada ao agronegócio, tais como frigoríficos, beneficiadoras de soja, laticínios, etc, o que provocou o aumento na produção total da Agricultura e da Pecuária, visando atender à demanda dessas empresas.

Dentre os principais produtos agrícolas tradicionalmente cultivados no Estado e no Sudoeste Goiano, o que mais perdeu espaço para outras culturas foi o arroz (Tabela 51), com uma redução em toneladas, respectivamente, de -78,61% e -87,90%. O café também perdeu espaço na Região Sudoeste, apesar de ter sofrido uma redução menor na produção do Estado, já que novas lavouras foram implantadas na região Sudeste, que possui características mais semelhantes ao Triângulo Mineiro, onde essa cultura está consolidada há muitas décadas.

Tabela 51 - Goiás / Sudoeste Goiano - Principais Produtos Agrícolas (em toneladas) - 1980-2007

Produtos	Sudoeste		Goiás		%Variação		%Participação	
	1980	2007	1980	2007	Sudoeste	Goiás	1980	2007
Algodão	28.842	180.471	62.689	296.553	525,72	373,05	46,01	60,86
Arroz	284.491	34.431	1.161.433	248.375	-87,90	-78,61	24,49	13,86
Café	1.005	547	20.273	19.043	-45,57	-6,07	4,96	2,87
Cana	713.225	6.487.235	1.440.895	22.387.147	809,56	1.453,70	49,50	28,98
Feijão	1.215	21.910	31.942	253.668	1.703,29	694,15	3,80	8,64
Milho	496.209	1.858.014	1.687.593	4.090.090	274,44	142,36	29,40	45,43
Soja	159.398	2.539.108	455.696	5.864.617	1.492,94	1.186,96	34,98	43,30

Fonte: Ipeadata(2009)

Em compensação, os demais produtos demandados pela agroindústria ou voltados para a exportação, como é o caso do algodão, da cana-de-açúcar (para produção de álcool e açúcar), milho e soja, tiveram um aumento bastante elevado na produção entre 1980 e 2007, e mais acentuada ainda no Sudoeste Goiano, fazendo com que essa região também tivesse um crescimento na participação da produção total do Estado.

O feijão também aparece com um crescimento relevante na produção da região (1.703,29%), apesar de ainda aparecer com uma pequena participação no total de Goiás (8,64%). Merecem destaque, também, o algodão, cuja produção do Sudoeste representa 60,86% do total do Estado, o milho (45,43%) e a soja (43,30%).

Apenas os municípios do Sudoeste Goiano foram responsáveis, em 2007, por 9,12% da produção nacional de milho e 16,75% da produção de soja, o que representa um aumento bastante significativo, se for considerado que, em 1980, essa participação era apenas de 2,44% e 1,05%, respectivamente.

A produção de cana-de-açúcar também está em ascensão, apesar de ainda ter pouca representatividade, já que o Estado de São Paulo ainda é responsável pela maior parte da produção. Entretanto, entre 1980 e 2007, o Sudoeste Goiano aumentou sua participação na produção nacional de 0,46% para 1,18%. Entre 2007 e 2008, entretanto, a produção da região dobrou, passando de 6.487.235 toneladas para 12.874.135 toneladas (Figura 22), mostrando uma tendência crescente que segundo as previsões, tornará Goiás, até 2012, o segundo maior produtor nacional de biocombustíveis (LIMA. 2008).

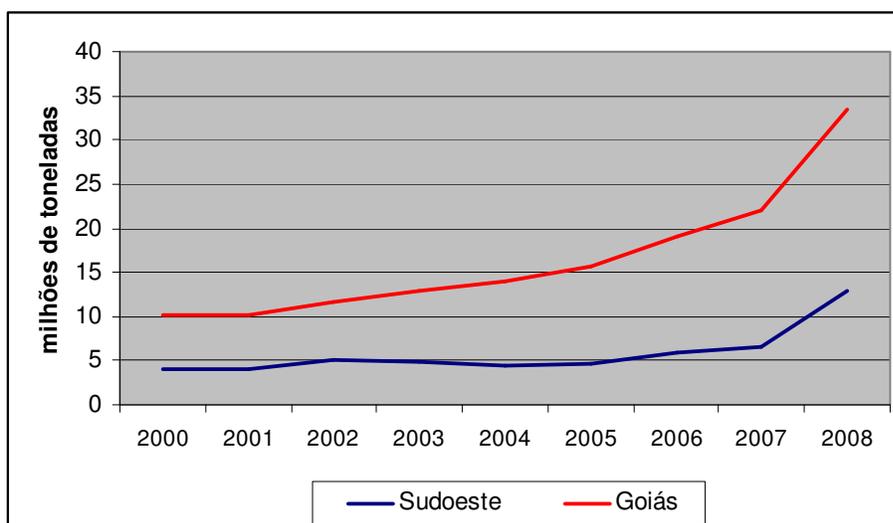


Figura 22 - Goiás / Sudoeste - Produção de cana-de-açúcar. 2000-2008. Fonte: Seplan/Sepin (2009)

Um levantamento efetuado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), divulgado em 2009, mostrou que entre 2008 e 2009, a área plantada de cana-de-açúcar no Estado teve um aumento de 36,5%, contra 9,5% registrado em todo o país, havendo um crescimento, também, na produtividade, que passou de 73,78 toneladas/ha para 83,67 toneladas/ha, o que indica um aumento de 13,4%, enquanto o restante do país obteve apenas 0,5% (LIMA, 2009).

Portanto, se não houver nenhum fator que modifique essa tendência, em poucos anos Goiás, e também o Sudoeste Goiano, terão uma posição de destaque na produção nacional de cana-de-açúcar e de seus principais produtos, o açúcar e o etanol.

A pecuária da região também sofreu uma mudança importante de perfil, privilegiando o aumento do rebanho dos animais comerciais, destinados ao abastecimento da agroindústria (Tabela 52).

Novamente referindo-se às indústrias de abate e beneficiamento de produtos de origem animal, percebe-se que os rebanhos de suínos e de aves do Sudoeste Goiano tiveram um aumento muito superior ao do restante do Estado entre 1980 e 2007. Ao mesmo tempo, atividades mais tradicionais, como a pecuária de corte e a produção leiteira, não apresentaram o mesmo crescimento, apesar de não terem sido abandonadas no mesmo período.

Tabela 52 - Goiás / Sudoeste Goiano - Rebanho e Produção Leiteira - 1980-2007

Produto	Sudoeste		Goiás		% Variação 1980-2007		% Participação	
	1980	2007	1980	2007	Sudoeste	GO	1980	2007
Bovinos (cabeças)	2.796.438	3.268.460	16.453.598	20.466.360	16,88	24,39	17,00	15,97
Suínos (cabeças)	186.986	637.570	1.859.161	1.592.760	240,97	-14,33	10,06	40,03
Aves (cabeças)	821.458	19.875.160	11.815.875	47.651.370	2.319,50	303,28	6,95	41,71
Leite (litros)	162.710	407.362	914.992	2.638.568	150,36	188,37	17,78	15,44

Fonte: IBGE/Sidra (2009)

Destacam-se os crescimentos nos rebanhos de suínos (240,97%) e de aves (2.319,50%). No caso destas últimas, houve também uma diversificação das espécies, já que a Perdígão, por exemplo, também abate e beneficia perus e chesters em sua unidade instalada em Mineiros. Tanto que os maiores aumentos percentuais no rebanho de aves ocorreram em Rio Verde (5.298%), Mineiros (2.688%) e Jataí (2.182%), o que influenciou o total apresentado pela região. A influência da industrialização desses animais sobre o rebanho local é efetiva, tanto que, em alguns municípios mais distantes das empresas de abate e beneficiamento, houve até redução, como é o caso de Itajá (-47,15%), Aporé (-32,00%) e Acreúna (-20,87%).

O mesmo fenômeno ocorreu com o rebanho suíno. Enquanto Rio Verde apresentou um aumento de 942,85% no número de cabeças, influenciado pela presença da indústria da Perdígão, outras cidades tiveram uma redução acentuada, como é o caso de Itarumã (-75,53%), Itajá (-75,17%) e Quirinópolis (-69,66%).

É importante ressaltar que a redução na atividade pecuária desses municípios não significa uma retração na economia, já que há uma complementaridade nessa produção. Ou seja, onde a pecuária não teve crescimento tão significativo, a agricultura ocupou o espaço das pastagens, ou outros produtos foram privilegiados, fazendo com que esses municípios participassem da demanda por produtos. Em Itajá, por exemplo, houve um aumento na indústria cerâmica (tijolos e telhas), mantendo-se a pecuária de corte, que teve uma pequena redução no rebanho (-2,76%), o que pode ser considerado como uma variação sazonal.

Em Itarumã, outro município onde a pecuária teve redução no número de cabeças, está em fase de construção o Complexo Bioenergético Itarumã S/A (destilaria de álcool e produção de energia elétrica a partir do aproveitamento do

bagaço da cana), iniciada em 2007 e que deverá entrar em produção a partir de 2010.

Portanto, é possível concluir que o complexo agropecuário e agroindustrial do Sudoeste Goiano, que ainda está em fase de implantação, tende a ser autosustentável, com a implantação de novas empresas e reutilização das áreas de lavoura e/ou pastagens, de acordo com a demanda que vai sendo estabelecida em cada localidade. A descentralização dessas atividades tem sido de fundamental importância para todos os municípios, pois impede que haja núcleos excessivamente concentrados de atividade econômica, tornando o desenvolvimento de toda a região mais homogêneo.

3.2.2 Indústria

Uma das melhores formas de se verificar o efeito da industrialização sobre a economia dos municípios do Sudoeste Goiano é através da análise da evolução da participação desse setor da economia no PIB (Tabela 53).

A primeira consequência dos dados acima é a diferença entre as variações ocorridas para o Estado de Goiás e aquelas do Sudoeste Goiano. Entre 1980 e 2007, o PIB dos municípios cresceu 214,11% enquanto o restante do Estado apresentou um aumento de 159,48%. No mesmo período, o PIB Industrial do Sudoeste aumentou 753,53%, cinco vezes mais do que ocorreu em Goiás como um todo (146,47%). Por esse motivo, o PIB Industrial do Sudoeste Goiano teve sua participação ampliada de 12,69% da produção total para 34,49%, nesse período, enquanto no Estado houve uma ligeira redução nessa participação, passando de 24,64% para 23,40%. Assim, o PIB do Sudoeste Goiano aumentou sua participação de 10,67% no PIB total do Estado para 12,91%. Quanto ao PIB Industrial, essa elevação foi de 5,50% para 19,03%.

Deve ser ressaltado que esses dados são de 2006 e não incluem, ainda, as novas plantas instaladas na região nos últimos três anos.

Tabela 53 - Sudoeste Goiano - PIB Municipal e PIB Municipal Industrial (em R\$ mil, de 2000) - 1980/2006*

Municípios	PIB			PIB Indústria			% Participação	
	1980	2006	% Var	1980	2006	% Var	1980	2006
Acreúna	64.548	127.294	97,21	3.057	25.300	727,71	4,74	19,88
Aparecida do Rio Doce		14.967			1.481			9,90
Aporé	20.019	26.142	30,58	266	1.926	624,01	1,33	7,37
Cachoeira Alta	38.474	63.197	64,26	2.825	23.283	724,08	7,34	36,84
Caçu	58.133	47.316	-18,61	3.087	4.040	30,90	5,31	8,54
Castelândia		20.552			1.104			5,37
Chapadão do Céu		78.739			3.500			4,44
Gouvelândia		22.912			1.132			4,94
Itajá	35.446	27.706	-21,83	3.561	1.927	-45,89	10,05	6,95
Itarumã	65.806	36.907	-43,92	734	3.484	374,89	1,11	9,44
Jataí	211.367	684.009	223,61	42.863	165.691	286,56	20,28	24,22
Maurilândia	24.179	44.345	83,41	891	3.145	252,84	3,69	7,09
Mineiros	85.656	272.907	218,61	9.878	50.649	412,74	11,53	18,56
Montividiu		77.519			4.884			6,30
Paranaiguara	37.851	30.025	-20,68	1.899	2.997	57,81	5,02	9,98
Perolândia		23.915			1.279			5,35
Portelândia	8.160	24.775	203,62	404	1.429	253,70	4,95	5,77
Quirinópolis	223.450	189.087	-15,38	16.644	23.518	41,30	7,45	12,44
Rio Verde	290.340	1.602.784	452,04	34.205	593.670	1.635,63	11,78	37,04
Santa Helena de Goiás	166.919	239.451	43,45	49.719	66.122	32,99	29,79	27,61
Santa Rita do Araguaia	18.295	20.110	9,92	1.375	1.372	-0,18	7,51	6,82
Santo Antônio da Barra		15.943			1.427			8,95
São Simão	26.017	537.809	1.967,16	4.906	482.675	9.738,06	18,86	89,75
Serranópolis	18.428	45.014	144,27	519	2.703	420,87	2,82	6,01
Turvelândia		102.382			40.567			39,62
Total	1.393.088	4.375.806	214,11	176.832	1.509.307	753,53	12,69	34,49
Goiás	13.061.979	33.892.600	159,48	3.217.994	7.931.433	146,47	24,64	23,40
% de Goiás	10,67	12,91		5,50	19,03			

Fonte: Ipeadata (2009)

(*) Valores deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB Nacional, ajustados para R\$ de 2000.

Esse aumento nas receitas municipais foi responsável por boa parte da melhoria das condições sociais vistas anteriormente, apesar de uma parcela significativa desse incremento ainda estar sendo aplicada em obras de infraestrutura, necessárias para a consolidação do novo perfil econômico da região.

É importante ressaltar que o aumento extraordinário do PIB Industrial não significa, obrigatoriamente, uma redução equivalente na participação da agropecuária na economia regional. Em alguns municípios, efetivamente houve uma redução nos valores absolutos desse setor (Tabela 54), mas em outros houve aumento, o que provocou uma redução menor na participação da agropecuária na

produção regional quando comparada ao restante do Estado (-9,76% contra -11,37%).

Tabela 54 - Sudoeste Goiano - PIB Municipal e PIB Municipal Industrial (em R\$ mil, de 2000) - 1980/2006*

Municípios	PIB			PIB Agropecuária			% Participação	
	1980	2006	% Var	1980	2006	% Var	1980	2006
Acreúna	64.548	127.294	97,21	38.270	26.436	-30,92	59,29	20,77
Aparecida do Rio Doce		14.967			5.944			39,71
Aporé	20.019	26.142	30,58	17.254	12.227	-29,14	86,18	46,77
Cachoeira Alta	38.474	63.197	64,26	28.092	11.868	-57,75	73,02	18,78
Caçu	58.133	47.316	-18,61	40.833	14.938	-63,42	70,24	31,57
Castelândia		20.552			8.460			41,16
Chapadão do Céu		78.739			35.503			45,09
Gouvelândia		22.912			9.740			42,51
Itajá	35.446	27.706	-21,83	24.005	9.676	-59,69	67,72	34,92
Itarumã	65.806	36.907	-43,92	57.891	18.306	-68,38	87,97	49,60
Jataí	211.367	684.009	223,61	63.519	88.682	39,61	30,05	12,96
Maurilândia	24.179	44.345	83,41	12.258	17.130	39,74	50,70	38,63
Mineiros	85.656	272.907	218,61	35.209	54.664	55,26	41,10	20,03
Montividiu		77.519			31.804			41,03
Paranaiguara	37.851	30.025	-20,68	28.765	8.426	-70,71	75,99	28,06
Perolândia		23.915			13.459			56,28
Portelândia	8.160	24.775	203,62	5.848	6.976	19,30	71,67	28,16
Quirinópolis	223.450	189.087	-15,38	153.100	40.378	-73,63	68,52	21,35
Rio Verde	290.340	1.602.784	452,04	123.117	120.428	-2,18	42,40	7,51
Santa Helena de Goiás	166.919	239.451	43,45	57.760	52.611	-8,91	34,60	21,97
Santa Rita do Araguaia	18.295	20.110	9,92	9.910	5.607	-43,43	54,17	27,88
Santo Antônio da Barra		15.943			5.899			37,00
São Simão	26.017	537.809	1.967,16	10.304	3.079	-70,12	39,61	0,57
Serranópolis	18.428	45.014	144,27	13.315	23.731	78,23	72,25	52,72
Turvelândia		102.382			23.240			22,70
Total	1.393.088	4.375.806	214,11	719.449	649.211	-9,76	51,64	14,84
Goiás	13.061.979	33.892.600	159,48	3.460.885	3.067.254	-11,37	26,50	9,05
% de Goiás	10,67	12,91		20,79	21,17			

Fonte: Ipeadata (2009)

(*) Valores deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB Nacional, ajustados para R\$ de 2000.

Em alguns municípios, como Serranópolis e Perolândia, a agropecuária ainda era, em 2006, responsável por mais de metade do PIB Municipal, e em outros, como Aporé (46,77%) e Itarumã (49,60%), aproximava-se desse valor. Em apenas quatro municípios a agropecuária participava com menos de 20% do PIB total, Cachoeira Alta, Jataí, Rio Verde e São Simão, sendo que Jataí e Rio Verde são os dois maiores centros econômicos para onde, normalmente, ocorrem os principais investimentos produtivos.

Em outras palavras, entre 1980 e 2006, a Região Sudoeste apresentou um aumento na participação do PIB Industrial muito acima dos índices do Estado, sem deixar de manter a agropecuária como importante setor da economia (Figura 23).

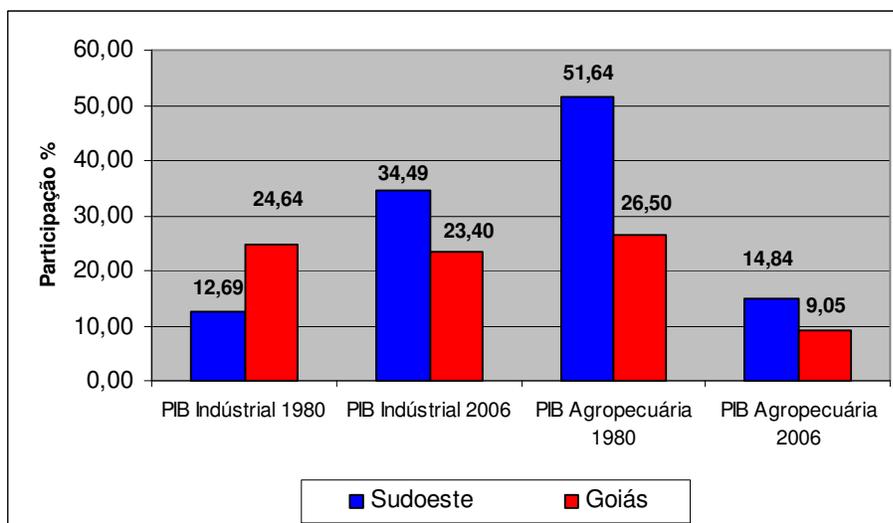


Figura 23 - Goiás / Sudoeste Goiano - Participação percentual do PIB Industrial e do PIB Agropecuário no PIB Total - 1980/2006. Fonte: Ipeadata (2009).

Pela análise da Figura 23, é possível afirmar-se que a industrialização provocou uma agregação de valor aos produtos que anteriormente eram comercializados na forma bruta, melhorando a rentabilidade da economia da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação e colonização de Goiás foi responsável pelo desenvolvimento desigual de suas diversas regiões, concentrando-se, até meados do século XX, nas regiões centro-oeste e sudeste do Estado, tanto pela presença das jazidas minerais quanto pela proximidade com os centros mais populosos do país.

Em virtude disso, algumas regiões só começaram a explorar seu potencial econômico a partir da criação de políticas governamentais de incentivo ao desenvolvimento, da agropecuária na década de 1970 e da industrialização nas décadas de 1980 e 1990.

Por sua situação geográfica, o Sudoeste Goiano demorou um pouco mais para acompanhar o crescimento do Estado. Não fazia parte das rotas de transporte para outras regiões do país nem contava com a proximidade de Brasília, a partir da década de 1960, para onde convergiu grande parte da imigração que ajudou no desenvolvimento da capital, Goiânia, e das regiões circunvizinhas. Apesar de ocupar uma área considerável de Goiás, esse espaço permaneceu até recentemente como uma região preferencialmente dedicada à pecuária, atividade que exige grandes áreas, e para a agricultura, esta em menor grau, mais voltada para o consumo local ou das demais regiões do Estado.

Aparentemente, pelos dados levantados neste trabalho, foram as políticas de incentivo ao desenvolvimento da agropecuária da década de 1970 que possibilitaram a descoberta do potencial produtivo que foi aproveitado a partir da década seguinte. A criação de novas tecnologias de aproveitamento do Cerrado, até então considerado como terra improdutivo ou com vocação apenas para pastagens, foi o marco inicial da mudança de perfil da região, com a atração de migrantes do Nordeste e do Sul, interessados na exploração das novas fronteiras agropastoris abertas para o desenvolvimento.

Mesmo tendo sofrido críticas e retaliações por parte de outras unidades da federação, provocadas pelos incentivos fiscais para atração de novas indústrias, considerados agressivos e prejudiciais para a economia nacional, sem esses projetos é provável que a região não teria alcançado o desenvolvimento socioeconômico que apresenta na atualidade. agroIndústrias como a Perdigão e outras de menor projeção mas não menos importância, como as inúmeras destilarias

ou frigoríficos que têm se instalado no Sudoeste Goiano, foram e continuam sendo fundamentais para que haja o crescimento quantitativo e qualitativo da economia regional, provocando a conseqüente melhoria nas condições de vida e nos índices sociais da população ali residente.

As idéias da administração pública contemporânea aparentam estar sendo bem assimiladas pelos governos municipais da região, que utilizam parte do aumento na renda para oferecer serviços em maior número e qualidade para a população. Os avanços observados nos indicadores de Educação e Saúde, por exemplo, são um reflexo desses investimentos. Diante da tendência de continuidade na evolução da economia regional, os dados sugerem que o Sudoeste Goiano pode atingir patamares ainda mais elevados a curto prazo, destacando-se em Goiás como um pólo de qualidade de vida e pujança econômica e social.

A apresentação histórica que ocupa a parte inicial deste trabalho foi importante para destacar a influência das ações políticas sobre o desenvolvimento regional, sem prejudicar a iniciativa privada ou, ao contrário, incentivando-a a realizar investimentos produtivos de médio e longo prazos, com benefícios para todos. Desde a implantação da Estrada de Ferro Goiás até os dias atuais, é obrigação dos administradores promover condições que favoreçam esse tipo de parceria, encarregando-se daquilo que é de sua responsabilidade, infraestrutura e serviços sociais, e deixando a cargo do capital privado o fomento do desenvolvimento econômico e profissional, com seu conseqüente aumento de renda e de melhoria nas condições de vida da população por seus próprios esforços.

Ao contrário de diversas iniciativas que têm se destacado no país nas últimas décadas, a criação de políticas de incentivo à industrialização, como as que existem em Goiás, fogem do perfil meramente assistencialista, provocando o desenvolvimento social pela elevação dos níveis educacionais e profissionais da população. Esse tipo de melhoria resulta em uma elevação nos patamares de renda de forma sustentável a médio e longo prazos, sem sobrecarregar as finanças públicas e distribuindo riquezas, em um círculo virtuoso que traz benefícios a todos os atores participantes. Se a indústria demanda mão-de-obra melhor preparada, a população procura aumentar seus níveis educacionais. Uma população melhor educada também atinge melhores níveis de saúde e de bem-estar social, mas por seus próprios meios e não na dependência de verbas oficiais para atingir esses objetivos.

É provável que as críticas e as retaliações provocadas pela denominada guerra fiscal possam ter fundamento sob o ponto de vista político e jurídico, especialmente para aqueles estados que perdem investimentos para outras regiões. Mas sob o ponto de vista social elas se justificam, e os dados apresentados neste trabalho reforçam essa conclusão. É provável que, a curto prazo, essas políticas de incentivo não sejam mais necessárias, já que o próprio mercado acaba por determinar suas vias de crescimento, retroalimentando-se: a indústria aumenta a oferta de empregos e a renda da população, que por sua vez procura investir no desenvolvimento do comércio e do setor de serviços, setores que, reforçados, apóiam e oferecem condições cada vez melhores para o desenvolvimento da agropecuária e da própria agroindústria.

Também não cabem, neste caso, as preocupações mais modernas com a influência do desenvolvimento industrial sobre a preservação do meio-ambiente. De maneira geral, a legislação estadual privilegia os investimentos que não tragam prejuízo ecológico. Mesmo o setor agropecuário, que serve de fonte de matéria-prima para a agroindústria, não necessita avançar sobre as áreas de preservação permanente, pois o desenvolvimento de tecnologias e novas práticas produtivas têm provocado um incremento significativo na produtividade das áreas já ocupadas, e ainda há muito o que possa ser feito no Sudoeste Goiano para ser desenvolvido. Alguns dos dados levantados por este trabalho mostram que algumas áreas que anteriormente eram dedicadas apenas às pastagens podem agora ser utilizadas para a agricultura, uma vez que a pecuária também se desenvolveu e conseguiu aumentar o número de cabeças por área ocupada, através do melhoramento genético e do manejo racional do rebanho.

Desta forma, a industrialização do Sudoeste Goiano, que ainda está em fase de crescimento, já apresenta-se, em apenas três décadas de atividades, como uma excelente alternativa para o desenvolvimento do Estado, influenciando positivamente não só a economia local como também a melhoria na qualidade de vida de toda a população.

É importante ressaltar que esse círculo virtuoso de desenvolvimento depende mais das autoridades governamentais do que da iniciativa privada. No levantamento efetuado sobre os indicadores de educação e saúde da Região Sudoeste, foi possível perceber que ainda há fortes desigualdades entre os municípios. Em parte, essas diferenças podem ser justificadas pelo histórico de cada um, alguns mais jovens, outros com mais tempo de existência. Mas essa não é a regra geral.

Tradicionalmente, as administrações municipais procuram justificar a falta de investimentos com a precariedade das verbas que lhes são destinadas pelos governos Federal e Estadual, o que é uma realidade em boa parte dos municípios brasileiros. Não é o caso, entretanto, dos municípios do Sudoeste Goiano, onde a circulação de bens e serviços e o investimento direto realizado pela iniciativa privada têm oferecido condições econômicas favoráveis para o trabalho dos prefeitos.

Os municípios mais antigos, como Rio Verde, Jataí e Mineiros, apesar de terem sofrido uma redução em sua área, pelo desmembramento de seus territórios em novas municípios, com a conseqüente redução na distribuição dos fundos de participação, apresentam uma evolução histórica dos indicadores socioeconômicos mais homogênea, mostrando que essa variação não foi suficiente para reduzir os investimentos realizados pelos administradores.

A favor dos novos municípios deve-se levar em consideração, entretanto, que mesmo herdando a infraestrutura já existente, sempre há muito mais o que fazer, pois a consolidação de sua autonomia depende da construção do que não havia antes, especialmente de uma estrutura administrativa para os poderes Executivo e Legislativo locais. Não é incomum, entretanto, que os esforços para essa construção sejam mais relevantes do que aqueles que visam a melhoria do bem estar da população, que deveria ser a primeira preocupação de qualquer administrador público.

Os dados levantados por este trabalho mostram que o desenvolvimento da Região Sudoeste aparenta ser autosustentável, já que as atividades econômicas que dão suporte a esse crescimento são modernas e diversificadas, caminhando de acordo com as tendências verificadas no Brasil e no exterior. Para os especialistas, a agroindústria e a produção de combustíveis a partir de fontes renováveis, apesar de ainda sujeitas às flutuações de oferta e demanda do mercado mundial, são as que apresentam as melhores condições de desenvolvimento. Como a região ainda apresenta grandes áreas com potencial de aproveitamento superior ao atualmente existente, um planejamento adequado poderá transformar o Sudoeste Goiano em uma região importante, sob o ponto de vista econômico, tanto para o Centro-Oeste quanto para o país.

A dificuldade parece estar justamente no planejamento. A partir do momento em que a disponibilidade de verbas não é mais um problema crucial para as administrações municipais, o Governo deve dedicar-se a construir uma cultura para sua aplicação eficiente, ou seja, estabelecer projetos de curto, médio e longo prazos

para que esses recursos possam não só dar respaldo para a continuidade dos investimentos da iniciativa privada como também para a melhoria das condições socioeconômicas da população e para sua qualidade de vida.

Uma vez que o mercado exige mão-de-obra cada vez mais especializada, o investimento em educação torna-se indispensável para a atração e conservação de novos projetos, garantindo a oferta de vagas para o contingente de jovens que entra todos os anos no mercado de trabalho, além de melhorar as condições daqueles que já se encontram ocupados.

Conclui-se, portanto, que os projetos de incentivos fiscais para a atração de investimentos têm produzido resultados positivos sobre a economia goiana, especialmente sobre o desenvolvimento do Sudoeste Goiano. Muitos benefícios já foram oferecidos à população, mas esse crescimento ainda carece de homogeneidade. Numa primeira etapa, procurou-se estimular o potencial natural da região, ou seja, sua vocação agropecuária. O segundo passo foi estabelecer condições favoráveis para um melhor aproveitamento dessa produção, através da atração de agroindústrias que agregassem valor à agricultura e à pecuária locais.

Como os resultados desses incentivos mostraram-se positivos, é importante que os governos se dediquem à próxima fase, indispensável, que é o planejamento e a implementação de projetos que mantenham essas condições favoráveis, garantindo a continuidade desse progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; RODRIGUES, Roberto do Nascimento; FIGOLI, Moema Gonçalves Bueno. Síntese da migração em Goiás e no Distrito Federal nas últimas décadas. **Sociedade e Cultura**, v. 5, n. 2, p. 127-136, jul./dez. 2002.

BARREIRA, Aluizio Antunes; DEUS, João Batista de. Goiânia - da Utopia à Construção do Lugar. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, n. 1, p. 69-91, jan./jun. 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Texto para Discussão nº 525.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Pelo Fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BORGES, Barsanulfo Gomide. A Economia Agrária Goiana (1930-1960). In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 3., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 1999. Disponível em <<http://ideas.repec.org/p/abp/he1999/021.html>>. Acesso em 18 nov. 2008.

CAMPOS JR, Paulo Borges. Goiás nos Trilhos. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 2, p. 15-18, nov. 2004.

CAMPOS JR, Paulo Borges; CAMPOS, Rosarlane Gláucia Mendonça. Educação e Economia em Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 4, p. 22-28, 2005.

CARDOSO, Edson Espíndola. **A Produção de Couro no Centro-Oeste**. Campo Grande: Embrapa, 2002. Série Documentos, n. 135.

CHAIM, Marivone Matos. **A Sociedade Colonial Goiana**. Goiânia: Oriente, 1978.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

FONSECA, Reinaldo. Uma nova proposta de política industrial para Goiás.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 1, p. 19-24, jul. 2004.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). **Situação da Criança Brasileira - 2006**. Rio de Janeiro: Unicef, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003

GALLI, Ubirajara. **A História da Mineração em Goiás**. Goiânia: UCG, 2005.

GALLI, Ubirajara. **A História da Pecuária em Goiás**. Goiânia: UCG, 2005.

GONÇALES, Claudécir. Reflexões Sobre a Importância da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (Comigo) no Desenvolvimento da Região de Rio Verde-GO. In: Simpósio Regional de Geografia "Perspectivas para o Cerrado no Século XXI". 2., Uberlândia, **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 26-29 nov. 2003. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/2srg/1/1-97.pdf>>. Acesso 11 ago. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Recenseamento Geral do Brasil - 1940 - Série Regional - Parte XXI - Goiaz. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário**

Estatístico do Brasil - 1952. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

Demográfico 1950 - Série Regional - Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1962**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1960 - Série Regional** - Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Industrial de 1960** - Mato Grosso/Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agrícola de 1960** - Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1972**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1970 - Série Regional** - Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário Goiás - 1970 - Série Regional** - Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário Brasil - 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Comercial Goiás - 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Industrial Brasil 1970 - Produção Física**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Comercial Goiás - 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Goiás 1980 - Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - v. 1, tomo 4, n. 25 - Goiás.** Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Goiás 1980 - Mão-de-Obra - v. 1, tomo 5, n. 25 - Goiás.** Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Brasil 1980 - Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - v. 1, tomo 4, n. 25 - Goiás.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas Históricas do Brasil:** séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991 - Características Gerais da População e Instrução - Goiás.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da População - 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra.** 2009. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso a partir de 08 nov. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata.** Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 11 nov. 2009.

JALFIM, Anete; RIBEIRO, Fernanda B. Competitividade da indústria gaúcha: o caso da agroindústria de aves. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 24, n. 2, p. 229-250, 1996.

LECLERCQ, Vincent. Condições e Limites da Inserção do Brasil no Mercado Internacional da Soja. **Revista de Economia Política**, v. 7, n. 3, p. 135-145, jul./set. 1987.

LIMA, Edmilson. **Safra de cana cresce mais em Goiás**. Federação da Agricultura do Estado de Goiás. 3 set. 2009. Disponível em <http://www.faeg.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3722:safra-de-cana-cresce-mais-em-goias&catid=14:ultimas-noticias>. Acesso em 13 nov. 2009.

LIMA, Isabelle Moreira. Cana-de-açúcar invade sudoeste de Goiás e modifica perfil das cidades. **Globo.com**. 17 jun. 2008. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL603255-9356,00-CANADEACUCAR+INVADE+SUDOESTE+DE+GOIAS+E+MODIFICA+PERFIL+DA+S+CIDADES.html>. Acesso em 18 nov. 2009.

LUCE, Fernando Bins; KARSTEN, Ricardo. Análise Competitiva da Indústria de Frangos do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 3-11, jan./mar. 1992.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX**. 2004. 260f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de História, Direito e Ciência Social. Franca, 2004.

MAIA, Valter Estácio. **Desenvolvimento Econômico de Goiás**. Goiânia: Kelps, 2005.

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O Desenvolvimento Sustentável da Agricultura do Cerrado Brasileiro**. 2003. 64 f. Monografia (MBA em Gestão Sustentável da Agricultura). Fundação Getúlio Vargas - Instituto Superior de Administração e Economia. Brasília, 2003.

MARTIN NETO, L.; BAYER, C.; MELNICZUK, J. Alterações qualitativas da matéria orgânica e os fatores determinantes da sua estabilidade num solo podzólico vermelho-escuro em diferentes sistemas de manejo. In: CONGRESSO BRASILEIRO

DE CIÊNCIA DO SOLO, 26., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1997. P. 443, ref. 6-141.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Carta corografica da provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da provinca de Minas Geraes.** 1839. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em < <http://purl.pt/3432>>. Acesso em 15 nov. 2009.

MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o atlântico e o sertão: mulheres e vida urbana na capitania de Goiás.** 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Márcio de. A participação goiana na construção de Brasília. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 1, p. 97-109, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA-REIS, Francisco Carlos. **Aspectos do Contato e Formas Socioculturais da Sociedade Akwê-Xerente (Jê).** 2001. 120f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Modernização da Agricultura e (Re)Organização do Espaço no Município de Jataí - Go.** 2003. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente (SP), 2003.

RODRIGUES, Waldecy. Impactos dos programas de incentivo fiscal no processo de industrialização em Goiás - 1990 a 2001. **Revista de Economia e Administração**, Campo Grande (MS), p. 5-11, 2003.

ROSSETTO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiaes” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. **Anais do Museu Paulista**, v. 14, n. 2, p. 141-191, jul./dez. 2006.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE GOIÁS. **Produzir.** 2009. Disponível em

<http://www.sic.goias.gov.br/index.php?&page=apr_produzir&js_mnu=segundo>.

Acesso em 10 nov. 2009,

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (Seplan).

Superintendência de Pesquisa e Informação (Sepin). **Estatísticas Municipais.**

Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepim/perfilweb/estatistica_bde.asp>.

Acesso em 5 nov. 2009.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **A Economia Goiana no Contexto Nacional: 1970-2000.** 2002. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia. Campinas, 2002.

SILVA, Manuel Gomes da. **Incentivos Fiscais Como Instrumento do Planejamento Tributário no Estado de Goiás.** 2002. 139f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002;

TEIXEIRA NETO, Antônio. Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 137-163, jul./dez. 1982.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **Evolução histórica e geográfica das fronteiras do Estado de Goiás.** Observatório de Goiás. 2003. Disponível em <http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/artigos_pdf/TEIXEIRA%20NETO%20_3_,%20Antonio.pdf>. Acesso em 15 jun. 2008.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **Pequena História da Agropecuária Goiana.** Goiânia: UFG, 2006. Mimeografado.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)